

21

cadernos temáticos CRP SP

**Psicologia em
emergências e desastres**



Conselho Regional de **PSICOLOGIA SP**



cadernos temáticos CRP SP

Psicologia em emergências e desastres

São Paulo · 2016 · 1ª Edição
Conselho Regional de Psicologia SP - CRP 06



Conselho
Regional de
PSICOLOGIA SP
Psicologia todo dia, em todo lugar.

Caderno Temático nº 21 – Psicologia em emergências e desastres

XIV Plenário (2013-2016)

Diretoria

Presidente | Elisa Zaneratto Rosa
Vice-presidente | Adriana Eiko Matsumoto
Secretário | José Agnaldo Gomes
Tesoureiro | Guilherme Luz Fenerich

Conselheiros

Alacir Villa Valle Cruces; Aristeu Bertelli da Silva; Bruno Simões Gonçalves; Camila Teodoro Godinho; Dario Henrique Teófilo Schezzi; Gabriela Gramkow; Graça Maria de Carvalho Camara; Gustavo de Lima Bernardes Sales; Ilana Mountian; Janaína Leslão Garcia; Joari Aparecido Soares de Carvalho; Livia Gonsalves Toledo; Luís Fernando de Oliveira Saraiva; Luiz Eduardo Valiengo Berni; Maria das Graças Mazarin de Araujo; Maria Ermínia Ciliberti; Marília Capponi; Mirnamar Pinto da Fonseca Pagliuso; Moacyr Miniussi Bertolino Neto; Regiane Aparecida Piva; Sandra Elena Spósito; Sergio Augusto Garcia Junior; Silvio Yasui

Organização do caderno

Itala Moradei

Revisão ortográfica

Paulo Paranhos | Vírgula & Crase

Projeto gráfico e editoração

Paulo Mota | Comunicação do CRP SP

C755c Conselho Regional de Psicologia de São Paulo.
Psicologia em emergências e desastres.
Conselho Regional de Psicologia de São Paulo. - São Paulo: CRP SP.
2016.

106p.; 21x28cm.(Cadernos Temáticos CRP SP)

ISBN: 978-85-60405-41-1

1. Psicologia – emergências. 2. Catástrofes – Aspectos Psicológicos. I. Título

CDD 155.9

Ficha catalográfica elaborada por Marcos Antonio de Toledo – CRB-8/8396.

Cadernos Temáticos do CRP SP

Desde 2007, o Conselho Regional de Psicologia de São Paulo inclui, entre as ações permanentes da gestão, a publicação da série *Cadernos Temáticos do CRP SP*, visando registrar e divulgar os debates realizados no Conselho em diversos campos de atuação da Psicologia.

Essa iniciativa atende a vários objetivos. O primeiro deles é concretizar um dos princípios que orienta as ações do CRP SP, o de produzir referências para o exercício profissional de psicólogas(os); o segundo é o de identificar áreas que mereçam atenção prioritária, em função de seu reconhecimento social ou da necessidade de sua consolidação; o terceiro é o de, efetivamente, garantir voz à categoria, para que apresente suas posições e questionamentos acerca da atuação profissional, garantindo, assim, a construção coletiva de um projeto para a Psicologia que expresse a sua importância como ciência e como profissão.

Esses três objetivos articulam-se nos *Cadernos Temáticos* de maneira a apresentar resultados de diferentes iniciativas realizadas pelo CRP SP, que contaram com a experiência de pesquisadores(as) e especialistas da Psicologia para debater sobre temáticas ou assuntos variados na área. Reafirmamos o debate permanente como princípio fundamental do processo de democratização, seja para consolidar diretrizes, seja para delinear ainda mais os caminhos a serem trilhados no enfrentamento dos inúmeros desafios presentes em nossa realidade, sempre compreendendo a constituição da singularidade humana como fenômeno complexo, multideterminado e historicamente produzido. A publicação dos *Cadernos Temáticos* é, nesse sentido, um convite à continuidade dos debates. Sua distribuição é dirigida a psicólogas(os), bem como aos diretamente envolvidos com cada temática, criando uma oportunidade para a profícua discussão, em diferentes lugares e de diversas maneiras, sobre a prática profissional da Psicologia.

Este é o 21º Caderno da série. O seu tema é “Psicologia em emergências e desastres”.

Outras temáticas e debates ainda se unirão a este conjunto, trazendo para o espaço coletivo, informações, críticas e proposições sobre temas relevantes para a Psicologia e para a sociedade.

A divulgação deste material nas versões impressa e digital possibilita a ampla discussão, mantendo permanentemente a reflexão sobre o compromisso social de nossa profissão, reflexão para a qual convidamos a todas(os).

Os Cadernos já publicados podem ser consultados em www.crpssp.org.br:

- 1 – Psicologia e preconceito racial
- 2 – Profissionais frente a situações de tortura
- 3 – A Psicologia promovendo o ECA
- 4 – A inserção da Psicologia na saúde suplementar
- 5 – Cidadania ativa na prática
- 5 – *Ciudadanía activa en la práctica*
- 6 – Psicologia e Educação: contribuições para a atuação profissional
- 7 – Nasf – Núcleo de Apoio à Saúde da Família
- 8 – Dislexia: Subsídios para Políticas Públicas
- 9 – Ensino da Psicologia no Nível Médio: impasses e alternativas
- 10 – Psicólogo Judiciário nas Questões de Família
- 11 – Psicologia e Diversidade Sexual
- 12 – Políticas de Saúde Mental e juventude nas fronteiras psi-jurídicas
- 13 – Psicologia e o Direito à Memória e à Verdade
- 14 – Contra o genocídio da população negra: subsídios técnicos e teóricos para Psicologia
- 15 – Centros de Convivência e Cooperativa
- 16 – Psicologia e Segurança Pública
- 17 – Psicologia na Assistência Social e o enfrentamento da desigualdade social
- 18 – Psicologia do Esporte: contribuições para a atuação profissional
- 19 – Psicologia e Educação: desafios da inclusão
- 20 – Psicologia Organizacional e do Trabalho

Sumário

07	APRESENTAÇÃO
08	1º SEMINÁRIO ESTADUAL: PSICOLOGIA EM EMERGÊNCIAS E DESASTRES: ATUALIDADES E PERSPECTIVAS <i>Joari Carvalho</i>
	Política de Defesa Civil e a garantia de direitos
11	<i>Cássio Rogério Dias Lemos Figueiredo</i>
15	<i>Paulo Victor Novaes</i>
20	Debates
	Psicologia e emergências e desastres: território e subjetividade
27	<i>Gustavo Sales</i>
28	<i>Luiz Henrique de Sá</i>
34	<i>Eda Terezinha de Oliveira Tassara</i>
38	Debates
	Experiências de Psicologia nas situações de emergências e desastres
45	<i>Cecília Araújo Melo</i>
46	<i>Elaine Gomes dos Reis Alves</i>
50	<i>Christian Coutinho</i>
53	<i>Ricardo Dias Erguelles</i>
56	Debates

2º SEMINÁRIO ESTADUAL DE PSICOLOGIA EM SITUAÇÕES DE EMERGÊNCIAS E DESASTRES: Contribuições para as políticas públicas na redução de riscos e desastres.

61 *Joari Carvalho*

63 *José Agnaldo Gomes*

64 *Simone Ferreira da Silva Domingues*

65 *Elaine Cristina da Cruz*

67 MESA REDONDA: "AS CONTRIBUIÇÕES DA PSICOLOGIA PARA AS POLÍTICAS PÚBLICAS NA GESTÃO DOS RISCOS E DESASTRES".

Joari Carvalho

72 Sociologia dos Desastres e Ajuda Humanitária
Mariana Siena

77 Gestão de Riscos e Desastres na área da Saúde
Gabriela Marques Di Giulio

83 O protagonismo dos afetados na gestão dos riscos e a preparação para o enfrentamento dos Desastres
Maria dos Anjos Pires

86 Debates

100 RELATO DAS OFICINAS, SOCIALIZAÇÃO, SUGESTÕES E DEBATE FINAL.

106 ENCERRAMENTO

Apresentação

Núcleo de Psicologia em Emergências e Desastres - NED CRP SP

A Psicologia, no Brasil e no mundo, tem cada vez mais debatido e feito parte dos cuidados ofertados às pessoas, comunidades e outros atores sociais que sofrem com todo tipo de desastres ou se encontram em situação de risco. No Brasil, o Conselho Regional de Psicologia de São Paulo, desde a década de 2000, mantém e tem ampliado o compromisso com o debate sobre as questões de emergências e desastres e, sobretudo, a atuação profissional da Psicologia nessa área, organizando uma série de eventos periódicos, participando de debates em espaços de formação e de pesquisa e participando propositivamente dos espaços de controle social que vem sendo estruturados sobre a Política de Proteção e Defesa Civil.


Para tanto, o CRP SP tem mantido instâncias específicas sobre a temática em sucessivas gestões, como o Grupo de Trabalho de Emergências e Desastres - GTED, na Gestão 2010-2013, e o atual Núcleo sobre Emergências e Desastres - NED, na Gestão 2013-2016, com a finalidade de subsidiar e materializar ações da autarquia em relação às(aos) profissionais de Psicologia que trabalham ou pesquisam esse assunto, bem como para atender pessoas, comunidades e organizações governamentais e não governamentais que solicitam orientação, parceria ou outra ação do CRP SP em relação à temática.

Tendo em vista este crescente debate, que anda de par e passo com a também crescente oferta de profissionais brasileiros que trabalham com esse assunto no Brasil e em outros países, entendemos que é fundamental se produzir e publicar referências e orientações técnicas, baseadas tanto nos saberes acumulados da ciência e da profissão da Psicologia, mas também de outros campos relacionados de saberes e práticas, para contribuir com a qualificação da atuação de

psicóloga(o)s que se dispõem a trabalhar com situações de emergências e desastres.

Assim, é com muita satisfação que publicamos o presente documento da série de Cadernos Temáticos do CRP SP, que compila os debates de dois Seminários Estaduais realizados por ocasião de mobilizações da sociedade nas Semanas Nacionais de Redução de Desastres, em 2011 e 2015. O primeiro seminário teve como tema: “*Psicologia em emergências e desastres: atualidades e perspectivas*”, realizado em 10/10/2011, no auditório do CRP SP. O segundo teve a seguinte temática: “Contribuições para as políticas públicas na redução de riscos e de desastres”, que aconteceu em 15/10/2015, no auditório da Unicsul, campus Anália Franco, na cidade de São Paulo.

Nos dois seminários a proposta foi debater o papel da Psicologia na gestão integral de riscos e desastres, tendo em vista sua articulação com outros saberes, com as políticas públicas específicas de Proteção e Defesa Civil, bem como suas interfaces intersetoriais com saúde, assistência social, educação, etc. e, ainda mais importante, com a comunidade afetada. Assim como em outras áreas da Psicologia, a perspectiva que embasou a organização desses eventos foi a de que a(o)s psicóloga(o)s, para atuarem, devem estar inserida(o)s nos debates sociais, políticos, técnicos, éticos e teóricos de nossa área e de áreas correlatas.

Esperamos que o presente Caderno possa contribuir com o compromisso da Psicologia para a construção de comunidades mais seguras e com a promoção do protagonismo da população para o enfrentamento de situações de riscos e desastres. Boa leitura. 

1º Seminário Estadual: “Psicologia em emergências e desastres: atualidades e perspectivas”

Abertura

Joari Carvalho

Conselheiro do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo – CRP SP; Coordenador do GTED (Grupo de Trabalho Emergências e Desastres) e psicólogo social da Secretaria Municipal de Promoção da Cidadania e Inclusão Social de Suzano – SP

Boa tarde a todas e a todos presentes. Colegas psicólogos e colegas psicólogas, colegas de outras profissões e estudantes, pessoas da comunidade que se interessaram em discutir também a questão da Psicologia em situações de emergências e desastres e aceitaram esse convite que é também uma provocação.

“Esta área tem bastante interação com as Políticas de Defesa Civil, às vezes mais e outras menos, dependendo do local”

O seminário é transmitido pela internet e alguns colegas estão assistindo. Faço essa saudação também aos colegas que estão à distância acompanhando o Seminário e que poderão participar com perguntas que serão apresentadas aos debatedores no momento em que estivermos fazendo essa troca de ideias, em seguida às apresentações de cada uma das pessoas.

Eu sou Joari Carvalho, psicólogo e trabalhador da Assistência Social no município de Suzano, a quem agradeço pela minha disponibilidade por estar aqui hoje.

“A proposta de política, que já nasce intersetorial, fala um pouco deste local. A minha interface com esta política vem muito nessa interação entre dois setores de políticas públicas”

Esta área tem bastante interação com as Políticas de Defesa Civil, às vezes mais e outras menos, dependendo do local. Essa proposta de política, que já nasce intersetorial, fala um pouco deste local. A minha interface com esta política vem muito nessa interação entre dois setores de políticas públicas.

Aqui, no Conselho Regional de Psicologia (CRP SP), componho a Comissão de Assistência Social e o Grupo de Trabalho de Emergências e Desastres, que foi composto no começo deste ano, muito em virtude das situações contingenciais: as enchentes, os alagamentos que causaram, mais uma vez, mais um ano que se sucede, bastantes danos e prejuízos às populações no Estado de São Paulo, como exemplo, a região da Grande São Paulo, principalmente Guarulhos, o Grande ABC.

As regiões de Ribeirão Preto, do Vale do Paraíba e Vale do Ribeira são sistematicamente afetadas pelos intitulados desastres naturais e que muito se discute, de fato, se são naturais ou, na verdade, se depende de como nós humanos os tratamos, porque certas intempéries e movimentos da natureza são previsíveis.

“...nas situações de alagamento e enchente, mas sabemos que não é só isso e que precisamos nos preparar para uma outra forma de abordagem”

Estas situações têm afetado bastante o Estado de São Paulo. Algumas outras, que são menos conhecidas, como as queimadas na região Oeste do Estado, também afetam muito a vida das pessoas. Há ainda situações de baixa umidade, vivenciada em algumas cidades e que foi bastante difícil. São várias situações.

A Defesa Civil tem uma proposta de atuar em muitas situações distintas. Neste momento, fazemos um recorte muito direcionado a essas situações principais de Defesa Civil, nas situações de alagamento e enchente, mas sabemos que não é só isso e que precisamos nos preparar para uma outra forma de abordagem.

Esta semana, a segunda de outubro, é a Semana Nacional de Redução de Desastres. Desde 2005, quando o Governo Federal propôs como um momento de reflexão sobre a atuação e a intervenção da Defesa Civil e a relação com a sociedade. Em alguns locais ainda não é muito conhecida. Estamos inaugurando; essa vai ser a primeira e esperamos inserir este debate na nossa agenda da categoria de psicólogas e psicólogos. E por vários motivos, senão outro, o fato de que esta é uma situação que prevê no nosso código de ética uma disponibilidade para atuar, exercendo a profissão, inclusive, sem visar o benefício pessoal, às vezes o provimento, são momentos em que nós somos requisitados para além do assalariamento. Mas que não é só isso, e, muitas vezes, o trabalho voluntário acaba sendo utilizado de uma forma inadvertida e não contribui para fazermos a discussão da estruturação da própria política pública, seja para inserção de psicólogos e de todos os outros profissionais, da estruturação e qualificação dos profissionais que já existem.

Por essas e outras que trazemos, na primeira mesa, a discussão da gestão política e as propostas do Sistema Conselhos que, enquanto ação unificada com os outros Conselhos Regionais e o Conselho Federal, promove em termos de debate.

“...a perspectiva da discussão não é só a ação nas situações dadas de calamidade quando requer uma ação imediata, célere, eficiente, eficaz e efetiva, mas também discutir os modelos de preparação para essas situações”

Na segunda mesa, discutiremos um pouco do ponto de vista teórico-metodológico, a noção de territorialidade e redes de cuidados, trazendo a experiência da situação gravíssima da Região Serrana, que muito se ouviu falar entre o final do ano passado e o começo deste. E mesmo as/os colegas psicólogas e psicólogos de lá já estavam se preparando, não deu para evitar, mas, certamente, essa rede de cuidados, que envolvia psicólogos e vários outros profissionais, contribuiu bastante para mitigar, como se diz nos termos da Defesa Civil, os danos naqueles locais. E até mesmo para articular os apoios que vieram de outras regiões.

Para concluir, conversaremos um pouco com pessoas que estão lidando com a experiência da Psicologia no campo, seja exercendo a Psicologia, seja tendo a formação em Psicologia, sendo gestores que estão lidando com a presença ou não dos psicólogos nas redes dos serviços públicos, principalmente, mas nas redes de apoio a essas situações de emergência.

Como se trata de um Seminário na Semana Nacional de Redução de Desastres vale lembrar que a perspectiva da discussão não é só a ação nas situações dadas de calamidade quando requer uma ação imediata, célere, eficiente, eficaz e efetiva, mas também discutir os modelos de preparação para essas situações, o que ajuda bastante a reduzir os danos e os prejuízos, a prevenção para que não aconteçam essas situações e também se elas acontecem e o que se faz depois. Muita gente quer ir lá atuar, mas não se sabe o que acontece depois, mesmo o que muitas vezes motiva os psicólogos e as psicólogas, o que acontece depois, o pessoal vai lá, depois de um

tempo ele volta. E quem fica fazendo o quê? Aonde é que vai estar a rede, os serviços de apoio referenciados para aquelas pessoas continuarem acessando, as que precisarem, e, geralmente, não são todas, mas as que precisarem o que farão depois e como vão reconstruir os seus projetos de vida?

Esta é a proposta do Seminário. Um momento oportuno. Já que, lamentavelmente, estamos ouvindo falar mais uma vez que começaram os alagamentos de algumas cidades e que algumas pessoas foram afetadas. Mesmo com a proximidade da chegada do verão, que é um período de bastante incidência das situações de desastres e emergências, pode-se pensar e agir para diminuir os seus efeitos.

Convido os colegas a comporem a primeira mesa, parceiros de longa data, desde a inauguração do Grupo de Trabalho. Paulo Vitor Novaes é diretor da Defesa Civil da Prefeitura de Guarulhos. E Cássio Rogério Dias Lemos Figueiredo, Conselheiro do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo e membro do Grupo de Trabalho de Emergências e Desastres (GTED). O combinado é, aproximadamente, 20 minutos de apresentação para cada debatedor, que sucederá por uma ou duas rodadas de perguntas e debates ou colocações dos colegas presentes e dos que nos acompanham à distância via internet, na medida do possível e que o tempo nos permitir. Cássio a palavra é sua, pode iniciar. 🙏

Mesa/Painel: Política de Defesa Civil e a garantia de direitos

Cássio Rogério Dias Lemos Figueiredo

Conselheiro do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo – CRP SP e membro do GTED

Boa tarde a todas e a todos. Eu sou Cássio, Conselheiro do CRP SP, trabalho na Secretaria Municipal da Saúde e também docente na Universidade São Marcos. Repetirei um pouco o que o Conselheiro Joari Carvalho falou sobre os motivos da existência do Grupo de Trabalho e um pouco do histórico.

O Grupo de Trabalho foi criado em 2011 pelo Conselho Regional de Psicologia de São Paulo para, inicialmente, apoiar e articular a realização de oficinas sobre práticas da Psicologia nas situações de emergências e desastres coordenadas pelo Conselho Federal de Psicologia. Contamos com uma consultoria da Ângela Coelho, que esteve em cinco oficinas realizadas em Campinas, Taubaté, Guarulhos, Santos e São Paulo, para profissionais psicólogos, dos serviços públicos, de ONGs e voluntários que estariam atuando ou viriam a atuar no atendimento das pessoas que vivem nos locais atingidos pelas calamidades no Estado de São Paulo, principalmente enchentes, alagamentos e deslizamentos. Houve uma recepção muito boa por parte dos psicólogos. A oficina era para 50 pessoas e se inscreveram 328 só na cidade de São Paulo; tivemos que fazer uma seleção das pessoas, dado o interesse sobre o assunto.

“O Grupo de Trabalho foi criado em 2011 pelo Conselho Regional de Psicologia de São Paulo para, inicialmente, apoiar e articular a realização de oficinas sobre práticas da Psicologia nas situações de emergências e desastres...”

A discussão da Psicologia nas situações de emergências e desastres, ela foi inserida na agenda do Sistema Conselhos, dos CRPs e do CFP, como um tema para ações unificadas como forma de cumprir várias deliberações do 7º Congresso Nacional de Psicologia; a tese 59 do Congresso trata especificamente desse tema. Assim, o GTED está incumbido de contribuir, promover debates e ações com vistas ao aprimoramento do exercício da profissão nessas situações de calamidade, mas, sobretudo, debates e defender a melhoria da Política Pública de Defesa Civil e das ações inter-setoriais para prevenir essas situações, preparar as pessoas para elas e, se não for possível evitar, agir com eficiência e qualidade nas situações de calamidade, mantendo o compromisso de recuperação da dignidade das pessoas atingidas. E esse é o grande objetivo, a nossa grande missão.

Façamos uma reflexão sobre esta foto. Quantas vezes vocês já viram fotos parecidas com essa da enchente de 2007, em São Paulo? Coloquei 2008-2009-2010-2011 porque esse é um evento recorrente na cidade, não é? E a reflexão que faço é que isso não é normal. Não podemos achar que isso é um fato normal. Observa-se a situação de perigo em que essas crianças estão. Mas se banalizam essas cenas no dia a dia.

A questão do Shopping Center Norte, por exemplo, tem um sério risco de explosão ou qualquer outra situação de acidente e, ainda assim, hoje aberto, discute-se a possibilidade de fechar. No trajeto para este Seminário, o motorista de táxi comenta sobre o Center Norte: “Nossa, o senhor não sabe quanta gente eu levo para lá todos os dias”. Podemos observar como essa questão da percepção de risco é importante para trabalharmos.

“...o GTED está incumbido de contribuir, promover debates e ações com vistas ao aprimoramento do exercício da profissão nessas situações de calamidade, mas, sobretudo, debates e defender a melhoria da Política Pública de Defesa Civil e das ações intersetoriais para prevenir essas situações, preparar as pessoas para elas e se não for possível evitar, agir com eficiência e qualidade nas situações de calamidade mantendo o compromisso de recuperação da dignidade das pessoas atingidas”

Qual é a relação da saúde mental com situações de calamidade, emergências e desastres? Inserir a subjetividade nas intervenções da Defesa Civil, considerar que, além das perdas materiais, é o ser humano que está em questão. Na verdade, é óbvio que a Defesa Civil tem um papel fundamental e importante no restabelecimento da ordem no local, mas não podemos esquecer – tem a ver até com o que o Joari falou no começo – que as pessoas vão para lá, ajudam e depois saem. E aí como é que fica essa questão no território daqueles atores que lá já estavam, que são profissionais e que podem continuar tratando daquelas pessoas que estão lá.

Sabemos que há uma ruptura, mas que pode não ser fatal e traumática para todos, sabe-se hoje que já existem 140 ou mais possíveis comportamentos psicológicos em situações de calamidades e desastres: vitimização, desordem psíquica, transtornos psiquiátricos, estresse entre outros.

Muitas situações na vida cotidiana são desastres para as pessoas, no entanto, tem sido cada vez mais importante que as comunidades delimitem qual é a especificidade psicológica de uma situação para dizer se é ou não um desastre ou emergência. É preciso desenvolver a percepção de risco. Para uns tem um significado, para outros, por exemplo, a pessoa que mora na beira do rio, porque não tem onde morar, tem outro sentido.

Uma atividade preventiva, por exemplo, é realizar oficinas com essas comunidades para sensibilizá-las à percepção do risco. Viu-se, recentemente, o depoimento de uma pessoa que esteve em Teresópolis, na Região Serrana do Rio de Janeiro, falando sobre o terreno aonde estava, e que aconteceram os piores deslizamentos. A pessoa já havia percebido e falava o que poderia acontecer: era uma árvore torta, fio que tinha caído, bica de água que nasceu não se sabe de onde, rachadura em uma parede, enfim, eram sinais de que, provavelmente, aconteceria alguma coisa.

As respostas psicológicas dos atingidos têm três fases. A primeira é o estado de choque, aturdimento, estupor, apatia, confusão. No segundo momento há uma dualidade que pode durar horas ou dias, os atendidos ficam mais tranquilos e os não atendidos angustiados. E na terceira fase tem o estado de euforia por estar vivo, de solidariedade, de colaboração e pode haver também atos de delito e depressão.

“Uma atividade preventiva, por exemplo, é realizar oficinas com essas comunidades para sensibilizá-las a percepção do risco”

Já as manifestações psicológicas dependem das características do agente que iniciou o desastre, das diferenças de personalidade, da experiência durante o impacto e das suas consequências; ou seja, tudo isso faz diferença na hora de as pessoas se manifestarem psicologicamente.

Há também os níveis de vítima. O primeiro nível são aquelas pessoas que sofrem impacto direto do desastre, com ou sem machucados; o segundo nível são os familiares e amigos; o terceiro são os integrantes das equipes de assistência emergencial; o quarto são os membros da equipe de resgate e serviços de apoio, membros da mídia que cobriram os fatos, a comunidade em volta do desastre e quem poderia estar, mas não se encontrava no local por diversos motivos. Isso é uma coisa importante, inclusive, recomendo que as pessoas leiam a Política Nacional de Defesa Civil, que contém recomendações e algumas ações intersetoriais que precisam sair do papel, efetivamente.

Alguns objetivos terapêuticos da intervenção psicológica. O que faz uma/um psicóloga/o em um caso de desastre ou calamidade? O profissional pode aliviar a aflição e conseguir a modificação da conduta; restaurar a capacidade dos afetados para resolver a situação de estresse; fomentar os mecanismos adaptativos da comunidade; reordenar o mundo através da interação social; trabalhar a autoestima e a confiança; trabalhar com sentimentos e pensamentos confusos relacionados à causa do desastre.

Muitas vezes quem está no desastre não sabe da sua dimensão. Na Região Serrana do Rio as pessoas não sabiam que tinha acontecido apenas na localidade, algumas achavam que aquilo tinha sido no mundo, que era um desastre muito maior do que aquele. A informação, quando correta, é superimportante de tê-la.

“O profissional pode aliviar a aflição e conseguir a modificação da conduta; restaurar a capacidade dos afetados para resolver a situação de estresse; fomentar os mecanismos adaptativos da comunidade”

O psicólogo também pode identificar fatores de risco ou condições que dificultam o trabalho das equipes de saúde mental; trabalhar no entorno social onde estão os atingidos; colaborar de maneira contínua com outros grupos profissionais que estão dando apoio; criar equipes de suporte constituindo grupos de profissionais que trabalham com a prevenção e a promoção em saúde mental.

Fatores humanos que intervêm na ocorrência de desastres, que o Joari cita no começo, de que nem sempre a enchente pode se caracterizar como catástrofe natural: a impermeabilização do solo, por exemplo, é um grave problema, inclusive, para a cidade. Há ainda conceitos socioculturais; modalidades da organização social. É muito comum quando há uma catástrofe as pessoas comentarem: “Mas eles que foram morar lá na beira do rio, eles que foram culpados de jogar o lixo na água”.

Enfim, são questões que temos que refletir por que qual é o outro lugar que é dado para essas pessoas morarem? Temos que pensar um pouco nisso. Sabemos que há falta de equidade na organização social; falta de capacidade para atuação diante de uma emergência. E isso ocasiona vulnerabilidades, pobreza estrutural e conjuntural; concentração da população em área de risco; aglomeração e precariedade das habitações; deterioração das condições de vida e saúde; disparidade na distribuição de renda e falta de investimento em segurança. É mais fácil gastar muito para uma resposta pouco eficiente que investir para prevenir algo que poderia não ocorrer. No Brasil, ainda se trabalha muito pouco com promoção e prevenção e são vitais para que possamos, se não evitar algumas catástrofes, pelo menos trabalhar melhor com elas.

“Krug realizou uma pesquisa no Centro de Prevenção e Controle de Danos de Atlanta, onde estudou 377 condados dos Estados Unidos, entre 82 e 89, e constatou que as inundações e suicídios aumentaram 13,8% nos quatros anos posteriores...”

Temos duas pesquisas internacionais, considerando que se tem pouca pesquisa nacional sobre o tema. Krug realizou uma pesquisa no Centro de Prevenção e Controle de Danos de Atlanta, onde estudou 377 condados dos Estados Unidos, entre 82 e 89, e constatou que as inundações e suicídios aumentaram 13,8% nos quatros anos posteriores; com os furacões, teve-se um aumento de 31% no suicídio durante os dois anos posteriores, e com terremotos ocorreu uma alta de 62,9% no número de suicídios no ano posterior. Por outro lado, a pesquisa realizada pelo Centro de Pesquisa Nacional de Opinião da Universidade de Chicago com mil participantes, que estiveram envolvidos em vários tipos de emergências e desastres, constataram o seguinte resultado: pânico e comportamentos fora de controle pareciam ocorrer em situações limitadas; a forma de conduzir as informações sobre o evento tem uma importância fundamental. Esses dois aspectos são importantes. Não é todo mundo que vai reagir àquele acidente com um surto psicótico ou com uma reação psicológica extrema.

Ressalta-se a questão da informação que, emitida em tempo real, orientaram as pessoas do território. Recentemente, vi o depoimento de uma oriental que estava no tsunami do Japão e ela diz que quando acabou a onda só tinha lixo e destroços e que não conseguia se orientar para onde ir, porque a rua que ela conhecia com prédios e edificações já não estava mais lá. Ela relata o quanto foi importante receber uma informação de um grupo que também estava na mesma situação.

Em São Paulo não é muito diferente. Recentemente ocorreu um deslizamento na zona Sul à noite e o local ficou sem o fornecimento de energia, deixando as pessoas no escuro, sem saber aonde elas estavam, o que caracteriza uma situação bastante complexa. O que importa não é só a magnitude do evento, mas o que representa para as pessoas que passaram por ele; de outra forma seria impossível explicar por que as vivências e reações são tão diferentes em cada indivíduo diante do mesmo estímulo: a enchente, terremoto, dilúvio é igual para todos, mas o que acontece psicologicamente é diferente para cada pessoa. Precisa-se ter isso muito claro: as pessoas significam acidente e emergência cada uma a seu modo.

“O que importa não é só a magnitude do evento, mas o que representa para as pessoas que passaram por ele...”

Houve também um episódio na Rodovia dos Imigrantes, quando 300 carros bateram quando estavam subindo a serra. Uma situação extremamente delicada e complicada, mas que logo se esquece, mesmo sentido o impacto do momento, quando toda a mídia noticia e que todos comentam no dia. O mesmo ocorreu com a Região Serrana, não se observa mais nos noticiários. Devemos começar pelo menos a discussão com as comunidades principalmente, sensibilizá-los de que acidentes, desastres, catástrofes existem.

O Brasil é abençoado por Deus, mas não está livre de catástrofes, não é? Mora-se em um país tropical, abençoado por Deus, mas que não está livre de uma catástrofe. Muito obrigado! 🙏

Paulo Victor Novaes

Diretor da Defesa Civil da
Prefeitura de Guarulhos.

“Há uma violência quando se destrói uma casa, quando tem que negociar com a família para sair da casa em que, muitas vezes, moram crianças, idosos”

Boa tarde a todos e a todas. Meu nome é Paulo Victor, sou gestor do Departamento de Defesa Civil da Prefeitura Municipal de Guarulhos. Estou muito agradecido pela oportunidade, da possibilidade de estar no evento. A minha primeira ligação com o Conselho de Psicologia ocorreu durante a organização da 1ª Conferência Nacional de Defesa Civil com a psicóloga Maria Clara, do Estado de Pernambuco, que intermediou o contato com o Joari. E a partir daí me dispus a participar da discussão que a Psicologia promove, que vejo com muitos bons olhos e que sejam bem-vindos por trazer a criticidade da categoria, o que é de fundamental importância para o desenvolvimento do nosso trabalho.

Trouxe dois materiais. O primeiro é um filme de aproximadamente cinco minutos com recortes de reportagem de uma situação bem marcante que vivemos recentemente em Guarulhos. Como o tema é Política Pública de Defesa Civil, o vídeo serve para demonstrar o trabalho. Nessa pequena amostra, o componente emocional que tem embute várias alternâncias da necessidade do fazer do nosso trabalho. Há uma violência quando se destrói uma casa, quando tem que negociar com a família para sair da casa em que, muitas vezes, moram crianças, idosos. Ali tem gente afetada, como é nosso caso, enquanto profissio-

nal. O Cássio Rogerio falou sobre o emocional, as perdas, os vários níveis de envolvimento com a catástrofe. Mas eu coloquei o vídeo como aquecimento justamente para provocar um pouco, trazer para esse ambiente a dimensão do trabalho de Defesa Civil.

Os slides que disponibilizo para vocês é um material que recentemente apresentei em Maceió no Encontro Nacional de Coordenadores Municipais de Defesa Civil, onde houve uma participação muito grande, e levei a prática do trabalho da Política Pública Municipal de Defesa Civil da cidade de Guarulhos. Como os senhores e as senhoras provavelmente não têm contato com a literatura e com a legislação de Defesa Civil, é importante eu fazer um parêntese, o porquê da afirmação de que é a Política Pública do município de Guarulhos, não é a estadual nem a nacional. No Sistema Nacional de Defesa Civil, embora haja a preocupação de se pontuar os órgãos de Defesa Civil de nível nacional, estadual e municipal e do Distrito Federal, não há hierarquia entre esses entes. Portanto, meu chefe da Defesa Civil Municipal é o chefe do Executivo - o prefeito -, assim como dos agentes estaduais é o governador e dos agentes nacionais o presidente da República, a rigor é isso. E essa é a primeira questão abordada na 1ª Conferência Nacional de Defesa Civil.

“O nome Defesa Civil é oriundo das origens históricas que tem raiz na segunda guerra, das organizações das pessoas que defendiam as populações civis.”

Durante o evento também se deliberou a constituição de um Sistema Nacional de Defesa Civil, que haja uma vinculação entre os níveis. Fez-se um paralelo buscando algo parecido com o SUS que, embora seja autônomo entre os estados, município e federação, há uma vinculação por conta do repasse de recursos financeiros, etc. Feito esse parêntese, ponho a questão de que em Guarulhos é muito forte a questão do nosso trabalho, em que entendemos que o nome Defesa Civil não dá conta. Recentemente a Secretaria Nacional de Defesa Civil também mudou o nome, coincidentemente, hoje é Secretaria Nacional de Proteção Civil. O nome Defesa Civil é oriundo das origens históricas que têm raízes na Segunda Guerra, das organizações das pessoas que defendiam as populações civis. Hoje questionamos esse nome. Em Guarulhos, o mais adequado seria chamar Políticas de Proteção Civil, porque ela é mais abrangente e muda o enfoque.

A definição do nosso trabalho é a lei que define. O Sistema Nacional de Defesa Civil, que se instituiu SINDEC, diz que Defesa Civil tem o objetivo de planejar e articular, coordenar as ações de Defesa Civil em todo território nacional e que, para efeito da lei, entende-se que são ações preventivas de socorro assistenciais recuperativas e se destinam ou a evitar o desastre ou eliminar totalmente o desastre, o que é impossível. O desastre é um fenômeno natural, ocorrerá por mais que a humanidade tome cuidado e atitudes contrárias. O SINDEC quer minimizar as perdas humanas, materiais, ambientais etc. Percebem-se no slide verbos importantes, como: prevenção, prevenir; socorrer; assistir; recuperar e reconstruir.

Atualmente, a realidade urbana de uma boa parcela da população brasileira usa a criatividade para viver. O município de Guarulhos tem quase um milhão e 300 mil habitantes, segundo o senso do IBGE em 2010, e com 318 quilômetros quadrados. E para vocês saberem o tamanho da encrenca, chove em média quase 1.500 milímetros por ano. Para se ter ideia, é como se tivesse em um ano 1.500 litros de água por metro quadrado do município, cada milímetro de chuva corresponde a um litro d'água por metro quadrado. Guarulhos tem um desenho geográfico metropolitano muito parecido com a cidade de São Paulo, com a região da Grande São Paulo, com a diferença de que Guarulhos está entre o Vale do Tietê e a Serra da Cantareira, que se chama Cantareira por conta da produção de água que era recolhida dos cântaros. É uma região muito rica em córregos e que todos buscavam desaguar no rio Tietê.

O fenômeno da urbanização nos leva a alguns números. Comparando os anos de 2009, 2010 e 2011 tivemos um crescimento significativo por conta do período chuvoso, que consideramos o mais crítico, percebe-se pelos alagamentos. E qual é a diferença entre alagamentos e enchentes? Chamamos de alagamentos do viário, alagamentos de pátios, de edifícios, mas são acúmulos temporários de água que não causam transtornos ou perdas. E chamamos de enchente o transbordamento da água do seu curso natural e que invade residências e provoca danos e perdas.

“Comparando os anos de 2009, 2010 e 2011 tivemos um crescimento significativo por conta do período chuvoso, que consideramos o mais crítico, percebe-se pelos alagamentos”

Em 2011, ocorreram 47 alagamentos contra 21 em 2009; houve 180 enchentes em 2011 e 158 em 2009; 71 desabamentos por conta do acúmulo de chuvas em 2011 e 56 em 2009; os deslizamentos, que são fenômenos de movimentação de terra, totalizam 261 em 2011 e 201 em 2009. Observa-se que é crescente.

Nosso desafio é propor uma política pública para o enfrentamento dessa situação conjugando aqueles verbos do nosso trabalho: prevenir, socorrer, reconstruir etc. Chegamos à conclusão de que precisávamos conhecer os fenômenos para conseguir preveni-los; capacitar para socorrer; crescer a estrutura para fazer as assistências necessárias; monitorar e alertar para conviver com o risco, porque não temos mais a possibilidade de fazer o planejamento urbano para eliminar o risco, é utopia, nós não temos nem espaço físico seguro mais para toda a população que existe em área de risco, então fomos conviver com ele na medida do possível; convencer para superar os riscos.

O Cássio Rogério colocou uma coisa aqui que anotei, é a questão da percepção do risco. Eu vinha conversando com o colega que atua na África e uma das nossas propostas (quem somos nós para propor para vocês?), mas uma das visões que temos da atuação do psicólogo é justamente na percepção do risco, não que não seja importante nas

outras fases. As pessoas sempre acham que as coisas vão acontecer com o outro, nunca consigo mesmas e nós, no nosso trabalho, temos uma dificuldade enorme, de convencer as pessoas a deixarem a área de risco ou a entenderem que estão em risco e qual é o risco que correm. E construir o conceito de uma Defesa Civil cada vez mais cidadã.

“...nós não temos nem espaço físico seguro mais para toda a população que existe em área de risco, então fomos conviver com ele na medida do possível; convencer para superar os riscos”

Fomos então atrás de conhecer os potenciais riscos em Guarulhos e distribuímos assuntos em gráficos, mapeamos os riscos, catalogamos e classificamos cada um deles, de maneira que, hoje, conhecemos profundamente a problemática de risco na cidade. E classificamos esses riscos entre: naturais, que é outra discussão, se ele é natural ou se ele é provocado pelo homem, mas de qualquer forma eles são de raiz natural, que são os riscos hídricos, as enchentes, os alagamentos, etc.; os geológicos ou geodinâmicos, que são as questões dos morros, dos taludes; os climatológicos, aqueles referentes à temperatura, a questão da qualidade do ar, seja em matéria de umidade, seja em matéria de poluição e os atmosféricos, aqueles que estamos sujeitos por conta da formação de chuvas, de alterações atmosféricas no globo, dos efeitos El Niño, El Niña etc. Riscos humanos ou tecnológicos, incêndios, os riscos elétricos, os químicos, os radiativos, os aeronáuticos. Estes são os mais presentes na cidade de Guarulhos, não que não haja outros. Então vocês veem que a cidade de Guarulhos é uma cidade rica, inclusive, do ponto de vista de risco, não é? Conhecedores então dos riscos, temos a obrigação de desenvolver planos de contingência. Precisamos conhecer cada um dos pontos que nós levantamos no nosso estudo, o número potencial e o perfil dos possíveis afetados, a característica de quem está lá e quantos estão lá.

Se formos para uma ocorrência, quem socorremos primeiro? Qual é a casa aonde tem um deficiente, um idoso, crianças? Quem abordamos primeiro? Quem precisa mais da nossa ajuda? Precisamos saber quais as rotas de entrada e de fuga da área

afetada, se não, possivelmente, ficaremos impedidos de prestar o socorro, pois não adianta querer chegar em uma área de carro e estar alagada. Neste caso, preciso de um barco, não é? Também temos que garantir a nossa própria segurança; parceiros e equipamentos disponíveis: Corpo de Bombeiros, outras secretarias da prefeitura, empresas particulares, empresa que detém guindaste de grande porte, porque, eventualmente, pode-se precisar de um empréstimo de um equipamento mais específico.

“Qual é a casa aonde tem um deficiente, um idoso, crianças? Quem abordamos primeiro? Quem precisa mais da nossa ajuda?”

As referências de socorro e saúde são necessárias, pois com elas já conseguimos identificar o comprometimento físico do indivíduo, caso ele esteja na área afetada. Se é com queimadura, para onde se deve levar? É com uma fratura? Para onde se encaminha uma pessoa com fratura de maior ou menor grau de complexidade? Se sei que a área é um local de risco, tenho a obrigação de combinar com aquela comunidade, se acontecer alguma coisa no local, de apontar o local seguro, que conta com o apoio de psicólogos e outros profissionais.

Sobre o cadastro de afetados, é terrível o indivíduo procurar informação sobre um ente seu e não ter quem lhe informe sobre se ele, por exemplo, é ou não da lista de fatais. O cadastro e controle de vítimas são bastante importantes. E evita situações como estas: “Para onde foi a vítima? Sei que uma senhora saiu daqui e foi socorrida, mas não sei exatamente para onde”. E sai o familiar buscando de hospital em hospital.

Prestação de assistência humanitária, e depois a reconstrução, possui alguns itens, que são:

1. Capacitar para socorrer - dentro do trabalho nós dedicamos uma parte do ano, aquela com um volume de trabalho um pouco menor, para capacitar o pessoal.
2. Capacitação e simulação - criamos esta função. É uma invenção nossa formar agentes de Defesa Civil, até por que a figura do agente de Defesa Civil formalmente não existe no Brasil todo. E a criação é outra luta

nossa, e resolução da Conferência Nacional de Defesa Civil, inclusive, a formalização da profissão do agente de Defesa Civil, fazer parte do rol das profissões brasileiras.

3. Curso de técnicas verticais - enfrentamos taludes, nos colocamos em risco, pois, eventualmente, precisamos fazer resgate também em altura.
4. Exercícios simulados de socorro, de evacuação de área e de emergências aeronáuticas.

Uma parte importante da Defesa Civil de Guarulhos é o monitoramento permanente. Ora, se sei de áreas de risco e se eu não monitorar permanentemente, tenho que ser responsabilizado por não avisar às populações de um eventual desastre que possa atingi-las.

“Aonde temos uma possibilidade de desmoronamento, de deslizamento de terra muito grande? A prefeitura já põe todo mundo em alerta”

Temos mapeado na cidade de Guarulhos os pontos críticos, que classificamos como R1-R2-R3 e R4, sendo o 1 o risco baixo e o 4 o muito alto e no meio tem o médio e o alto. Resumindo: classificamos como baixo, médio, alto e muito alto que, para este, temos uma política de retirada das populações dos lugares.

Todo ano atualizamos essa lista; então sabemos onde são locais, às vezes até uma parte da rua, para os quais no verão precisamos ficar mais atentos, por exemplo. Temos também um sistema de alerta para dentro da prefeitura e parceiros: “Atenção, Secretaria de Obras, deixe as máquinas de plantão porque estamos em alerta máximo”. Quer dizer, ocorrência de chuva forte nos últimos cinco dias, sem parar. Aonde temos uma possibilidade de desmoronamento, de deslizamento de terra muito grande, a prefeitura já põe todo mundo em alerta. E nós temos um sistema de alerta para fora, onde desenvolvemos o trabalho de NUDEC (Núcleo de Defesa Civil). O NUDEC é formado por pessoas que moram na área de risco. Enviamos uma mensagem via SMS: “Estamos em observação”. Observação, aliás, é o nosso estado

permanente, é quando estamos tranquilos - estamos em observação. O procedimento é este: “NUDEC, estamos em atenção”. O que significa atenção? Na prática, para eles: “Opa, preciso avisar os meus vizinhos que pode ocorrer uma catástrofe e preciso iniciar a minha preparação para o enfrentamento dessa catástrofe”. O que ele faz? Orienta pessoas, o que é previamente combinado. E as pessoas fazem o quê? Elas juntam os seus pertences mais importantes - de valor financeiro ou não -, álbum de fotografia da família, documentos pessoais, remédios, etc. Com isso a pessoa se prepara, pois, estava em atenção.

“A pessoa tem que ir lá para aquele lugar, aquele ponto de encontro seguro onde nós previamente combinamos”

A situação se agravou, a chuva que vinha, o Instituto de Meteorologia confirmou e falou que piorou a situação. Então, mudamos para o alerta laranja, com eles também previamente combinado. Aquilo que eles tinham arrumado, eles já põem na malinha e na porta da saída de casa. Colocam os blocos debaixo da geladeira, levanta a televisão e outros eletrodomésticos. Isso não é mais atenção, pois vai acontecer: “Prepare-se porque vai acontecer”. E quando acontece, sempre em uma intensidade tão grande, passamos para o alerta vermelho que é a evacuação. A pessoa tem que ir lá para aquele lugar, aquele ponto de encontro seguro onde nós previamente combinamos. Essa é a nossa atuação com os NUDECs.

O NUDEC é implantado dentro da comunidade, onde temos a felicidade, inclusive, de uma família ter saído e a comunidade guardou o barracinho para nós, então a Defesa Civil tem um barracinho dentro da comunidade. Local aonde acontecem aulas, orientações, formação e primeiros socorros. O nosso corpo de assistência social lá é extremamente comprometido, então temos relação de banco de leite materno, há uma série de atividades que podem acontecer dentro do NUDEC, mas a sua principal função é a organização para o enfrentamento do desastre.

Chegamos à conclusão de que para se fazer uma Defesa Civil cidadã o processo é, na realidade, interdisciplinar.

“Habitação, envolve desenvolvimento urbano, meio ambiente, assistência social, obras, trânsito, segurança, saúde, fundo social de solidariedade e a Secretaria da Educação”

Algumas áreas do conhecimento humano que identificamos e procuramos trabalhar na nossa Defesa Civil: a Psicologia pode ser utilizada com o agente de Defesa Civil, com a vítima, mas, principalmente, com a percepção do risco; Assistência Social; Engenharia, extremamente importante; Geologia; a Meteorologia; Pedagogia do risco.

Estamos brigando muito para implantar dentro da Defesa Civil de Guarulhos um setor em que tenhamos pedagogos pensando como ensinarão para as pessoas que elas vivem em risco e como devem se comportar; a logística, gerenciamento das múltiplas atividades; tecnologia, temos pouco acesso a equipamento tecnológico, sabemos que temos a possibilidade de ter prospecção de subsolo, conhecer melhor o nosso subsolo, as possibilidades de escorregamento; saúde; economia, já que os desastres são desastrosos também para o desenvolvimento econômico local e até mesmo nacional, considerando o quanto retarda o desenvolvimento da economia um desastre. E outras áreas, porque não chegamos ainda na totalidade do conhecimento do contexto do desastre. E também áreas de governo. Insisto muito nisso dentro da minha administração. Temos boa abertura em credibilidade do nosso gestor municipal do executivo - do prefeito -, porém temos sempre que cavar espaço na Secretaria de Governo. Habitação, que envolve desenvolvimento urbano, meio ambiente, assistência social, obras, trânsito, segurança, saúde, fundo social de solidariedade e a Secretaria da Educação.

Tenho duas observações. O Cassio Rogério colocou e acho importante pelo menos dissecar um pouquinho: é a questão da prevenção. Temos uma naturalidade ao dizer não investimos em prevenção. Na verdade, o termo prevenção precisa ser no mínimo dividido em dois: uma prevenção sistêmica e uma prevenção global. Deste ponto de vista, todas as ações

do desenvolvimento de uma cidade podem ser consideradas ações de prevenção de Defesa Civil. Quando uma cidade decide investir em tratamento de esgoto e saneamento básico, ela está efetivamente investindo em prevenção de Defesa Civil, porque está investindo em prevenção de situações ruins para a sua população, por isso há a discussão do termo “Defesa Civil” contra “Proteção Civil”. Quando se usa o termo proteção, admitem-se todas essas ações. Quando se decide varrer as ruas de uma cidade, podar as suas árvores, manter o seu bota-fora, o seu lixão regularizado, respeitando o meio ambiente, são ações de prevenção de Defesa Civil, só que globais. A outra ação, na qual temos deficiência, é a que chamamos “prevenção do pré-impacto”, que ocorre quando identificamos a área de risco, onde tem pessoas e não temos a capacidade de tirá-las ou de resolver os problemas que desencadearão aquele possível desastre.

Somos extremamente deficitários no pré-impacto, porque ele concorre com os recursos daqueles investimentos globais, então é uma decisão difícil para os administradores. Procuramos fazer o trabalho da prevenção e de preparação para o pré-impacto e fazemos o atendimento dos afetados como seres humanos completos. A Psicologia tem uma participação ímpar. Ajuda até quem não é profissional entender o que é um ser humano completo, físico, social, emocional, espiritual etc.

A diminuição contínua do tempo da resposta é uma questão de vida ou de morte, se chegamos antes, pode-se ter mais vidas. A profissionalização dos agentes de Defesa Civil e a formação permanente destes são assuntos que precisam ser mais esmiuçados, tive que ser bastante rapidinho. Essa é a contribuição que eu trago para vocês. Obrigado. 🙏

“Somos extremamente deficitários no pré-impacto porque ele concorre com os recursos daqueles investimentos globais, então é uma decisão difícil para os administradores”

Joari Carvalho: Paulo, agradeço pelas suas contribuições. O objetivo desta mesa e painel é justamente entender melhor o que é exatamente a execução de uma Política de Defesa Civil, que acaba sendo, muitas vezes, algo incógnito, um mistério para, principalmente, quem não está atuando diretamente e, muitas vezes, os colegas profissionais são afetados pelas situações de emergência ou se envolvem nelas somente nas situações de socorro. Sua fala foi bastante importante, foram minutos preciosos para entendermos melhor que campo é esse em que circulamos e de que falamos exatamente.

“O objetivo é justamente reunir não só profissionais de Psicologia, mas abrir diálogos. Um dos costumes entre os psicólogos é promover diálogos entre os diferentes e as pessoas que estão em diferentes locais”

Faço menção da presença de Fauzi Salim Kattibe, se eu estiver correto, que é diretor de comunicação social da Defesa Civil do Estado de São Paulo, da CEDEC, agradecemos a sua presença. Também agradecemos a presença de Sidnei Furtado Fernandes, que é coordenador Regional da Defesa Civil da REDEC de Campinas.

O objetivo é justamente reunir não só profissionais de Psicologia, mas abrir diálogos. Um dos costumes entre os psicólogos é promover diálogos entre os diferentes e as pessoas que estão em diferentes locais.

Faço um lembrete em relação ao material que está sendo apresentado, uma vez disponibilizado: vai ficar na página do Conselho Regional de Psicologia. Aproveito para convidá-los também a conferir outros materiais que já estão no site, tanto da área de emergências e desastres, quanto do nosso Seminário na Luta Antimanicomial sobre calamidades e saúde mental, assim como os materiais que citei no início, que estão sendo reunidos em um espaço temático para esse assunto na página do Conselho Regional de Psicologia, além da gravação deste evento; posteriormente, ficará no site do Conselho, disponível para ser assistido a qualquer momento, para ser divulgado, para quem quiser baixar e usar como referência.

Faço uma primeira rodada entre os colegas do plenário, com três ou no máximo cinco perguntas e alternância com algumas perguntas que vieram pela internet. Havendo tempo remanescente, faremos uma nova rodada.

Othon Vieira Neto:

“Atuo em algumas emergências e um tema que tem me interessado muito é a preparação emocional dos profissionais da Defesa Civil”

Tenho uma pergunta para o Paulo Victor. Atuo em algumas emergências e um tema que tem me interessado muito é a preparação emocional dos profissionais da Defesa Civil. A Defesa Civil, como o Corpo de Bombeiros, na minha opinião, é composta por heróis, mas heróis humanos que também sofrem, choram,

que também têm seus entes que sofreram o mesmo desastre que aquelas vítimas que vocês estão socorrendo. Em Santa Catarina eu atendi um bombeiro que perdeu a família enquanto ele salvava outras famílias. Em Nova Friburgo, neste ano, logo no início, já três bombeiros faleceram e isso trouxe um impacto muito grande para a corporação toda, a ponto de o coronel pedir uma assistência psicológica para os bombeiros antes de atendermos a população. Que tipo de preocupação e de preparo está havendo em relação aos integrantes da Defesa Civil?

Jussara:

“...gostaria de entender um pouco melhor sobre a Defesa Civil na cidade de Guarulhos”

Boa tarde. A minha pergunta é também para o diretor Paulo Victor. Eu gostaria de entender um pouco melhor sobre a Defesa Civil na cidade de Guarulhos, porque em cada local é diferente, como você mesmo falou, ainda não tem certa uniformidade de composição dos trabalhadores. A pergunta é: se são todos bombeiros ou concursados diretamente, qual é o perfil do profissional e da Defesa Civil na cidade de Guarulhos? Tem alguns técnicos da área de humanas como Psicologia, assistente social que compõe a Defesa Civil da cidade? E também que você contasse, brevemente, em que momento a integração com a Defesa Civil Estadual, só para esclarecer um pouco sobre essa dinâmica de funcionamento de vocês, por favor. Obrigada.

Maria Izabel Calil Stamato:

“Porque estamos aqui também por conta disso, e já iniciamos uma parceria com a Subsede do CRP em Santos...”

Boa tarde. Meu nome é Isabel, sou coordenadora do curso de Psicologia da Universidade Católica de Santos. E a minha pergunta, na verdade, uma parte é para o coordenador da Defesa Civil e a outra parte é para o nosso colega Cássio. Acompanhamos há um tempo a avaliação da Agenda 21 no município de Cubatão pela Universidade, e eu, coincidentemente,

avalei a área da segurança pública, onde entrou a questão da Defesa Civil. Fiquei muito surpresa e impactada também de ver a pouca quantidade de recursos do orçamento público municipal destinado a esta área em um município com uma envergadura de Cubatão e ainda com uma topografia que também favorece muito essa questão de desastres e emergências. Como é essa dinâmica em Guarulhos, se isso é uma característica das Defesas Civas e seus Núcleos? Porque para fazer tudo isso capacitar e preparar precisa de recursos, não é? E o que percebemos é que esses recursos são escassos. E também se há alguma inter-relação com as universidades locais.

E agora para o Cássio: você que é professor de universidade, como é que está essa inter-relação com as universidades? Porque estamos aqui também por conta disso, e já iniciamos uma parceria com a Subsede do CRP em Santos para fazer algumas ações conjuntas entre universidade e o Conselho nessa questão das emergências e desastres.

Helen:

“...nos cursos que vocês promovem, gostaria de saber a faixa etária, o que precisa acontecer para esses cursos estarem obrigatoriamente dentro das escolas preparando as crianças para detectar os riscos...”

O Cássio colocou as três fases das emoções da situação de risco e eu falo que as três fases estão iguais ao tempo em São Paulo, que varia tanto, e que vimos uma situação de uma pessoa no Rio que tinha perdido 11 membros da família e falou, “meu jeito de superar é ajudar”. E ele já começou a pôr a mão na roda. Uma outra questão, nós temos visto muitas crianças vítimas de acidentes e também muitos pequenos heróis salvando outras crianças e sabemos que a criança convence muito a família. Então, nos cursos que vocês promovem, gostaria de saber a faixa etária, o que precisa acontecer para esses cursos estarem obrigatoriamente dentro das escolas preparando as crianças para detectar os riscos, para serem também socorristas e também para que elas consigam tirar essa família dessa área de risco. Então, o que precisaria acontecer?

Dárcio:

"Acho que a proteção civil é mais uma ação social, talvez, na minha forma de entender"

Boa tarde. Meu nome é Dárcio. Com todo respeito, acho que a proteção civil é mais uma ação social, talvez, na minha forma de entender. E, principalmente, as questões dos desastres naturais...acho que é uma emergência grande e que vai aumentando mesmo. Mas estou na categoria da Psicologia do Trânsito e estamos desenvolvendo um estudo. Como entra se não é necessário... Não é uma resposta, mas um pensamento. Se a questão do sistema trânsito, desastres, com todas as perdas, inclusive, em nível de preocupação mundial, se isso entra também na questão da categoria da Defesa Civil ou Proteção Civil, se tem a ver e como entra? E até na questão organizacional que em São Paulo, por exemplo, a questão do trânsito fica com o DETRAN, não é? E eu não sei até onde se tem respaldo para lidar com essa questão dos acidentes de trânsito.

Joari Carvalho: Passo a palavra e vou remanescendo o tempo para além das perguntas que já chegaram via internet.

Cássio Rogério:

"...eu mesmo como professor na universidade que atuo, acabo levando o tema para lá..."

Eu acho que ainda está começando essa relação, Isabel. Algumas universidades estão mais próximas, eu mesmo como professor na universidade que atuo, acabo levando o tema para lá. Temos alguns colegas que têm inserção dentro de universidades. Mas acho que ainda precisa aperfeiçoar, que precisa estabelecer um canal de diálogo um pouco mais sistemático para, inclusive, conseguirmos interferir na formação. Uma das ações que estão no planejamento do CRP é estreitar a nossa relação com os estudantes de Psicologia, que é exatamente poder interferir na formação e acostumar esse estudante a ter uma relação de proximidade e parceria com o Conselho. É um pouco nessa linha que estamos pensando.

Paulo Victor:

"Quando estamos na ocorrência todo mundo se dedica e trabalha muito, mas quando para, acabou a ocorrência aí entramos em uma crise ..."

Professor, é nulo e não existe. É uma preocupação que sentimos no convívio e que sabemos que existe, mas é nulo. Na prefeitura de Guarulhos, eu estava conversando com o Joari, tem um número significativo de psicólogos, mas todos eles já estão devidamente focados nas suas ações, na educação, saúde, assistência social etc. Então nós não temos, na nossa Defesa Civil, volto a dizer, é uma preocupação, reconhecemos que precisamos. Inclusive, digo para o meu pessoal, o qual tem uma parte aqui, de que o nosso problema é justamente quando paramos de atender ocorrência. Quando estamos na ocorrência todo mundo se dedica e trabalha muito, mas quando para, acabou a ocorrência, aí entramos em uma crise e, às vezes, não consegue se reconhecer. Tenho certeza absoluta que é um dos aspectos do nosso trabalho e precisamos muito dessa ajuda. Tínhamos uma companheira, mas ela teve uma oportunidade profissional melhor passando em um concurso e foi embora e o trabalho parou. Parabéns pela sua preocupação, agradecemos.

A pergunta da Jussara é sobre o perfil dos profissionais, não é? Então, como coloquei, no perfil dos profissionais não existe a figura do agente de Defesa Civil. Na proposta, queremos propor em lei a existência do agente de formação básica, média e superior. Naturalmente, quando entrarem os profissionais, os agentes de formação superior, trataremos dos assistentes sociais, psicólogos, engenheiros, geólogos e todos os técnicos que precisamos para o contexto do nosso trabalho, mas hoje não existe. Na Defesa Civil de Guarulhos temos três assistentes sociais. É um município de um milhão e 300 mil habitantes, três assistentes sociais que trabalham conosco, dois engenheiros civis e outros 70 companheiros de formação média e de formação fundamental. É mais ou menos isso.

Você perguntou também a respeito da relação com a Defesa Civil do Estado, que por sinal há um representante no evento. A nossa relação é boa, procuramos nos ajudar. Sempre que recorro

à Defesa Civil do Estado, até mesmo por conta da necessidade de doações, somos imediatamente atendidos, sem grandes problemas.

A Defesa Civil do Estado também entra com recurso financeiro, não para Guarulhos apenas, mas para municípios menores também, como reconstrução de ponte, viário, residências, etc. Assim como o Estado, o município tem a sua política própria. Resumindo: é uma relação cortês entre entes federativos. Quando necessário, temos um trabalho em conjunto e não tem problema nenhum. Eles são subordinados à política estadual e nós ao prefeito - à política municipal.

“Já temos um número bastante relevante de estagiários nos ajudando muito”

Sobre as universidades, professora Isabel, com muita honestidade, Guarulhos não é uma cidade que tem uma cultura universitária. Nós temos uma universidade pública em Guarulhos há pouquíssimo tempo, que foi uma conquista, e até gostaria de melhorar o perfil dos cursos que estão lá. Veja, todos os cursos são importantes, mas há aqueles que são mais incisivos à população, mas que não estão disponíveis nessa universidade.

Temos algumas universidades particulares, mas é complicado entrar e fazer a incisão sobre alguns problemas da cidade. Mesmo assim, temos algumas parcerias, por exemplo, na Universidade de Guarulhos tem o curso de assistência social e abrimos um canal de cooperação. Já temos um número bastante relevante de estagiários nos ajudando muito.

Estamos construindo esse mesmo canal na área de engenharia, porque eles oferecem o curso de engenharia civil. E toda a previsão meteorológica e a climatologia da cidade é estudada por professores de universidade. Temos esse vínculo, que não é institucional, mas um vínculo de esforço pessoal, e ainda é uma iniciativa muito pequenininha.

Respondendo ao colega Dárcio. Serei muito humilde. Nós não damos conta do nosso universo, sendo muito verdadeiro e humilde com você. Acho que é um problema de que quando tivermos maturidade,

de trabalho sólido, com muito acúmulo, acredito que poderemos contribuir, porque temos uma outra visão do mundo; muitas vezes o trânsito tem a visão do trânsito, a Defesa Civil vê um universo um pouco maior. E quando se trata da denominação “proteção civil” maior ainda. Então é isso, mas neste momento nós não damos conta nem das nossas demandas.

Tem uma pergunta que não respondi. É sobre os recursos financeiros. Literalmente tiramos leite de pedra. E assim, em geral tudo o que eu vi, tudo o que conheço de Defesa Civil, me sinto um privilegiado porque o prefeito da cidade de Guarulhos me dá pouquinho, mas ele me dá muito mais do que a maioria dos prefeitos dão para as suas Defesas Cívicas.

Cássio Rogério: Paulo, tem um programa de nível nacional que tem muito recurso financeiro, que é o VIGI Desastres.

“Existe uma iniciativa do Governo Federal louvável que é o cartão de Defesa Civil, é uma experiência que está acontecendo em 25 cidades brasileiras...”

Paulo Victor:

Então, quando tem, o recurso é na área da reconstrução, é do socorro e da reconstrução. Existe uma iniciativa do Governo Federal louvável que é o cartão de Defesa Civil, é uma experiência que está acontecendo em 25 cidades brasileiras, mas o recurso não vem como preventivo para o pré-impacto, ele vem como obra estruturante para o PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) que é estruturante e ele vem para a resposta, para a reconstrução. Para o pré-impacto, para a formação do agente, para essas coisas mais do nosso dia a dia, o recurso é o que o governador quis colocar na Defesa Civil Estadual ou que o prefeito quis colocar na Defesa Civil Municipal e posso te garantir é muito pequenininho.

“...traz a preocupação com a manipulação de agentes de risco radiativos”

Joari Carvalho:

Há algumas perguntas feitas pela internet, eu vou passá-las e vou passar também a palavra para o representante da CEDEC, que pediu a palavra até para complementar a resposta sobre a relação entre Estado e município.

A colocação da enfermeira Elenice Batista é bastante longa, mas também pertinente e vai um pouco além da discussão. Ela traz a preocupação com a manipulação de agentes de risco radiativos. Ela manifesta uma grande preocupação principalmente pelo pouco que se tem falado sobre isso em termos de prevenção e preparação para essas situações. Além disso, ela aponta a necessidade, apesar de não parecer muito evidente, a preparação para enfrentamento de desastres nucleares de grandes montantes como, por exemplo, algum acidente que aconteça em São Paulo e Rio de Janeiro, já que estão exatamente no meio da usina de Angra dos Reis. Entendo que a pergunta deva ser dirigida para o Paulo Victor.

A Maria nos enviou uma antes de iniciarmos o evento, que é sobre o papel do psicólogo nas situações de enchentes e ela atesta que no município em que ela está se sente muito só no papel de distribuir a cesta básica. Acho que já apontamos alguns caminhos, se o Cássio puder contribuir ou o Paulo, fiquem à vontade.

O Márcio Aluísio que é componente do GT de Emergências e Desastres, está lá em Assis, junto com outros colegas na subsede, faz apenas uma saudação.

E a Rita de Cássia Maciel, de Sorocaba, pede alguma explanação sobre os desastres aéreos, que também são situações que acabam evocando. Estamos, oportunamente, com o Paulo Victor que tem o Aeroporto Internacional de Guarulhos sobre seus cuidados. Antes das respostas, passo a palavra para você Falzi. Em seguida, responderemos às perguntas e às considerações finais.

“...ela coordena ações nas quatro fases já mencionadas pelo Paulo Victor - que é na preventiva, de socorro, assistencial e recuperativa”

Falzi:

Boa tarde a todos. Estou aqui representando o secretário que está em uma viagem a Curitiba. Achei importante fazer uma intervenção na pergunta, não lembro de quem, sobre o relacionamento do Estado com o município.

Antes de falar sobre essa relação, é importante dizer como é organizada a Defesa Civil do Estado. Ela é a Coordenadoria Estadual de Defesa Civil ligada à Casa Militar, que é um órgão ligado ao gabinete do governador do Estado e os agentes de Defesa Civil são integrantes da Polícia Militar do Estado. O secretário chefe da Casa Militar, que é o coordenador também estadual de Defesa Civil, que é o Coronel Gervásio e a Defesa Civil do Estado, como o próprio nome diz, ela coordena ações nas quatro fases já mencionadas pelo Paulo Victor - que é na preventiva, de socorro, assistencial e recuperativa.

Então, como é o relacionamento? Dependendo da situação que o município estiver enfrentando, normalmente vai um membro da Defesa Civil do Estado até esse local, que é da emergência, para tentar ajudar de alguma forma coordenando os órgãos que possam, eventualmente, assessorar naquela situação. Tivemos uma ocorrência na pedreira de Santos e a Defesa Civil do Estado, juntamente com a Coordenadoria Regional de Defesa Civil e também a Defesa Civil do município de Santos, estudaram então quais eram os meios necessários, órgãos que poderiam contribuir para que pudéssemos resolver a ocorrência da melhor forma possível, por exemplo. Porque às vezes um meio não está disponível no município, mas tem o município vizinho que tem aquele meio ou uma Secretaria de Estado que pode ajudar ou até um órgão civil que tem um determinado aparelho, equipamento, enfim. Dessa forma, a Defesa Civil do Estado, em conjunto com a Coordenadoria Regional e a Coordenadoria Municipal, fazem esse intermédio para que os meios cheguem até aquele local. Então, não sei se respondi, mas é mais ou menos assim que funciona. Obrigado.

“... óbvio, que em uma situação de tragédia, de emergência nós vamos ter que botar a mão na massa também...”

Cássio Rogério:

Sobre a pergunta que questiona o papel do psicólogo, falávamos agora pouco da carência de ter esse profissional. O Paulo disse que não tem esse profissional e que o lugar que tem também não sabe utilizar desse profissional. Acho que tem muitas coisas a serem feitas, não é? Ela falou que o papel dela é somente entregar cesta básica, é isso? Isso só teria cabimento se fosse um pretexto para sua atuação como psicóloga, óbvio, que em uma situação de tragédia, de emergência nós vamos ter que botar a mão na massa também, vamos ter que ajudar a equipe que está lá a fazer coisas que talvez nunca tenhamos pensado em fazer.

Por outro lado, isso tem que ser um disparador para atuação mais específica, mais qualificada, uma vez que esse profissional está lá à disposição e pode fazer outra leitura daquela situação, das pessoas que lá estão, enfim, acho que existem muitas possibilidades. Num incêndio no Peru, os psicólogos foram chamados para ajudar as famílias a reconhecerem os corpos. Então, que é uma coisa que talvez nunca ninguém tenha pensado fazer e absolutamente necessário em uma situação como essa. A questão do papel do psicólogo em uma equipe de resgate, em uma equipe que vai atuar como socorrista, tem inúmeras possibilidades, eu acho que isso está colocado.

Agradeço a presença de todos. Ficamos contentes com esse cenário e a possibilidade de todos participarem. Estamos no Conselho à disposição para fazer essa discussão e o nosso trabalho ficar o mais amplo possível. Obrigado.

Paulo Victor:

“É absurdo uma cidade lidar com a questão da ocupação do solo e de desmontar as moradias dando kit barraco, sobretudo, para uma família que já vem de área de risco.”

Respondendo à pergunta feita sobre o risco radiativo. Tipicamente risco tecnológico. Vivemos com a questão do risco radiativo, é uma questão presente na nossa vida, tem a questão de Angra dos Reis onde é mais, lógico, muito mais potencializado, mas temos aparelhos de Raios-x espalhados nos hospitais, laboratórios, etc., por todas as nossas cidades.

Vejam, quando a Defesa Civil pega um caso, uma ocorrência tão específica recorremos, naturalmente, a entidades credenciadas e especializadas. Então temos na nossa relação de parceiros entidades como CETESB para produtos perigosos, como o Instituto Nacional de Ciência Nuclear; então acionamos os meios necessários para atuarem, nós não somos capacitados para isso. E acredito que no caso da enfermeira que perguntou, talvez por que viva próximo, conviva no trabalho dela com isso, fica muito também no campo da segurança do trabalho, que tem um papel importante na prevenção nesses ambientes. Então fica uma dica aqui: se tiver alguma dúvida busque o engenheiro do trabalho que está mais próximo de você.

A questão da política da cesta básica: de verdade, quando cheguei na Defesa Civil, já faz um tempinho, tivemos que lutar contra a política do kit barraco que existia. É absurdo uma cidade lidar com a questão da ocupação do solo e de desmontar as moradias dando kit barraco, sobretudo, para uma família que já vem de área de risco. Então nós eliminamos isso, não existe mais a política do kit barraco. Mesma coisa é a cesta básica, haverá um dia que nós teremos que eliminar a política da cesta básica, hoje ainda é necessário. Por quê? Porque as famílias quando sofrem enchentes e alagamentos, de fato, muitas perdem todos os seus mantimentos, todas as reservas de alimento, então aplicamos a política de cesta básica, infelizmente. Isso é uma questão de avançarmos no entendimento da assistência humanitária quando conseguirmos resolver outros problemas que são associados a este.

Temos a pergunta sobre o aeroporto. O aeroporto é um mundo à parte; Guarulhos é uma cidade aeroportuária e abriga o maior aeroporto da América Latina, tanto em movimento de carga quanto em movimentação de passageiros. São algumas centenas ou, diria para vocês, alguns milhares de *pousos e decolagens todos os dias*.

“...as cidades aeroportuárias, elas tem, do ponto de vista de atendimento do aeroporto, uma preparação mais para dentro dos limites do aeroporto.”

Nós participamos do plano de emergência do aeroporto, que se chama CVE. O aeroporto é obrigado a fazer um exercício simulado, anualmente, até para ele se manter credenciado como aeroporto internacional, é protocolar para o aeroporto. Porém, o aeroporto desenvolve esse plano para dentro dos seus limites, quer dizer, quando acontece um acidente lá dentro do aeroporto o município é chamado a participar, assim como toda estrutura, Corpo de Bombeiros etc. Agora, se a aeronave cair fora do aeroporto tem um raio legal de seis quilômetros: estando dentro desse raio, a partir do centro geográfico do aeroporto, inclusive, está delimitado no mapa que o aeroporto nos envia qual é o raio, é como se pusesse um compasso e fizesse um círculo. Então, fora do raio de seis quilômetros a estrutura aeroportuária não tem nenhum comprometimento com o desastre. Se vai ajudar na ocorrência e atender também, eu não estou dizendo que não vá, mas a legislação compreende exatamente isso, é isso que estou colocando. Recebemos frequentemente os chamados de alerta por conta das possibilidades dos acidentes aeronáuticos.

Estivemos em Maceió recentemente e vivemos a experiência da aeronave arremeter. Ela estava se aproximando do pouso e teve que abortar o pouso e arremeteu. Foi a minha primeira experiência, espero que seja a única. Normalmente recebemos por rádio chamando que um determinado voo não baixava o trem de pouso e há as suas manobras para minimizar esses desastres. Então, na verdade as cidades aeroportuárias, elas têm, do ponto de vista de atendimento do aeroporto, uma preparação mais para dentro dos limites do aeroporto.

Ressalto a importância e a minha alegria em poder participar de um evento com vocês aqui do CRP. Estaremos sempre à disposição para trazer a nossa humilde contribuição. As portas, eu falo pela Defesa Civil de Guarulhos, mas entendo que o Sistema Nacional de Defesa Civil precisa do profissional psicólogo, desse novo entendimento que vocês estão discutindo. Entendo isso desde quando comecei a ter contato na organização da 1ª Conferência Nacional. Parabenizar o CRP e a iniciativa da categoria e, mais uma vez, nos colocamos à disposição para qualquer dúvida, seja do CRP, seja de vocês.

No nosso trabalho não tinha o contato, mas se vocês quiserem anotar é: paulonovais@guarulhos.sp.gov.br, por esse e-mail eu posso responder e estar à disposição dos senhores e das senhoras.

Muito obrigado pela oportunidade. Saio daqui feliz pela companhia de vocês. Obrigado.

Joari Carvalho:

“O objetivo do Conselho, cumprindo suas funções regimentais, é orientar, regulamentar e referenciar a profissão, isso nós estamos fazendo aqui.”

O objetivo do Conselho, cumprindo suas funções regimentais, é orientar, regulamentar e referenciar a profissão, isso nós estamos fazendo aqui. O compromisso da gestão do Conselho é com as Políticas Públicas, com os direitos humanos e a partir dessa lógica do compromisso com as políticas públicas, com os direitos humanos e com o diálogo com a profissão é que nós vamos validando a nossa participação nesses espaços; mais do que estarmos nos apresentando, estamos apresentando um projeto de trabalho também e que tem já um legado multifacetado, um cardápio de possibilidades para os profissionais da Psicologia atuarem para além, com certeza, da cesta básica, como a colega Maria afirmou. Algumas experiências já emergem na Política de Saúde, na Política de Assistência Social, temos aqui alguns colegas que trabalham em CRAS, que fazem essa referência intersetorial com alguns NUDECs e que estão sendo criados, que também é uma estrutura nova. Então fica a colocação que é justamente a confiança na profissão, na produção da profissão, validando a nossa inserção. Passo a palavra para o Gustavo Sales, da Subsede de Campinas e componente do GT de Emergências e Desastres do CRP SP. 🙌

Mesa/Painel: Psicologia e emergências e desastres: território e subjetividade

Gustavo Sales

Subcoordenador da Comissão Gestora da subsede de Campinas e membro do Grupo de Trabalho de Emergências e Desastres (GTED).

“A ideia é que consigamos um pouco convergir um olhar para o território e vendo, analisando a potência desse território...”

Muito boa tarde a todos e todas. Cumprimento os colegas e as colegas psicólogos e psicólogas que estão hoje na plenária, aqueles que estão também nos acompanhando via internet, os colegas também da Defesa Civil que estão aqui e a esses colegas faço uma observação: temos participado, em especial os membros do Grupo de Trabalho de Emergências e Desastres, de alguns eventos da Defesa Civil, Seminários e reuniões com o pessoal da Defesa Civil, e cabe dizer que somos sempre muito bem recebidos. E espero que vocês também se sintam bem recebidos, e se sintam em casa aqui também conosco. Aproveito essa oportunidade para deixar um abraço também para os colegas do Grupo de Trabalho de Emergências e Desastres, que não estão todos aqui hoje.

Não vou me alongar demais até por conta do nosso tempo, mas só um pouquinho para falar desse painel que vamos fazer agora, “Psicologia, Emergências e Desastres, Território e Subjetividade”. A ideia é que consigamos um pouco convergir um olhar para o território e vendo, analisando a potência desse território, a potência para redes de cuidado, articulações e reconhecimento, além do reconhecimento do risco, dos recursos e dos territórios.

Do ponto de vista da subjetividade vou emprestar aqui um conceito de um programa, chamado Programa Claves, que fala de soluções artesanais, não nos casos específicos de emergências e desastres, em outra esfera de atuação, nos casos de violência contra criança e adolescente, mas que também cabe aqui para pensarmos a subjetividade nas emergências e desastres em uma atuação nossa de psicólogos e psicólogas que seja criativa e competente, sem dúvida, antes, durante e depois da emergência. Os colegas já adiantaram que temos um papel nesses três momentos. Olhando para que marcas e significados que esses eventos, essas situações de emergências e desastres, enfim, causam nas pessoas e na comunidade onde eles acontecem. Desta forma, não vou me alongar.

Convido a compor a mesa comigo, Luiz Henrique de Sá, que é psicólogo, psicoterapeuta, supervisor gerencial da 4ª Região de Saúde do Município de Petrópolis, no Rio de Janeiro, e gerente executivo da Rede de Cuidados do Rio de Janeiro. Obrigado Luiz, bem-vindo.

Convido também Eda Terezinha de Oliveira Tassara, que é professora da Universidade de São Paulo, coordenadora do grupo de pesquisas em Psicologia Socioambiental do Instituto de Estudos Avançados da USP e na comissão de especialista sobre ética e mudanças climáticas da UNESCO para América Latina e Caribe. Bem-vinda, obrigado. Passo agora a palavra ao Luiz. 🌍

Psicólogo e Psicoterapeuta; Supervisor gerencial da IV região de saúde do município de Petrópolis-RJ e Gerente Executivo da Rede de Cuidados – RJ.

"...o grande sinônimo para emergência e desastre é complexidade."

Boa tarde a todos e a todas. Agradeço o convite do CRP SP pela oportunidade.

Começo fazendo um pedido. Uma das coisas que temos aprendido na rede de cuidados é que teremos que voltar a aprender a brincar de roda, porque se não dermos as mãos não daremos conta de nada do que conhecemos sobre emergência e desastre, pois acho que o grande sinônimo para emergência e desastre é complexidade. Então, acho que temos o nosso papel dentro desses eventos, mas, sem dúvida, teremos que dar as mãos a todos os outros órgãos e a todos os outros profissionais. E aí, nesse sentido, peço licença para dizer que fizemos no ano que passou uma pequena pesquisa com os estudantes da Universidade Católica de Petrópolis. Essa pesquisa acabou se convertendo em um capítulo de um livro publicado pelo CRP RJ sobre emergências e desastres. E, nós da rede, estamos dando continuidade a esse trabalho e tenho alguns questionários. Posso passar para a plateia e pedir que eles respondam e me devolvam até o fim? São pouquinhos perguntas. A ideia é que possamos começar a ter dados concretos sobre o que a classe pensa sobre emergência e desastre.

Podíamos teorizar e trazer vários autores etc., mas prefiro conversar com vocês sobre o que eu tenho vivido e sobre o que tenho aprendido ao longo desses quase quatro anos traba-

"Acreditamos em três eixos de atuação: prevenção, ação e reconstrução. Diferentemente da Defesa Civil que divide em quatro..."

lhando nessa área. Em 2008, fundamos a "Rede de Cuidados da Região Serrana". A ideia era que pudesse atuar nos 16 municípios da Região Serrana. Acreditamos em três eixos de atuação: prevenção, ação e reconstrução. Diferentemente da Defesa Civil, que divide em quatro, não é? Trabalhamos dois anos fazendo prevenção nos 16 municípios, não chegamos a ir a todos porque não tínhamos perna, mas a rede foi colhida pelo evento de janeiro e tivemos que começar a trabalhar no eixo da ação porque não dava mais para trabalhar com prevenção. Hoje estamos trabalhando na reconstrução. Também chamo atenção de que esses eixos são simplesmente didáticos porque, na verdade, eles se sobrepõem, se mesclam e precisamos fazer coisas que uma hora pertence a um eixo e daqui a pouco já está pertencendo a outro.

"...o psicólogo vai basear o seu trabalho no respeito e na promoção da liberdade, da dignidade, da igualdade e da integridade do ser humano, apoiado nos valores que embasam a Declaração Universal dos Direitos Humanos..."

Esse é um pequeno histórico da rede que eu já estou falando para vocês que nasceu em 2008, quando passamos por essa catástrofe, que é a maior catástrofe do nosso país até hoje. Atingiu sete municípios, tenho os dados do número de mortes, mas também chamo atenção que nesses eventos não é possível saber com exatidão o número de vítimas fatais, porque existem pessoas que moram isoladas e que, devido à dimensão da catástrofe, às vezes você perde famílias inteiras, então não tem ninguém para reclamar aquela pessoa que sumiu. Triste também é pensar que muitos corpos não são resgatados.

No Vale do Cuiabá, se pensarmos que tínhamos o chão, aproximadamente, na altura da mesa, vocês imaginem que de uma hora para outra, em cima de uma mesa, tem seis metros de escombros; então praticamente o que temos é um enterro natural de um número pequeno, mas considerável de vítimas.

É importante, e já foi dito aqui, é um campo iminentemente interdisciplinar, daí a necessidade de darmos as mãos.

"...o psicólogo visa promover saúde e a qualidade de vida das pessoas e das coletividades; que precisamos prestar atenção em negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão..."

A inserção do psicólogo nesses órgãos como a Defesa Civil que estava aqui e etc., vem sendo discutida já há algum tempo, mas acho que precisamos caminhar lentamente com isso, prestando muita atenção para que a nossa ação seja discutida e muito bem discutida, que não corramos o risco de distorções do nosso papel nessas situações.

Buscamos o Código de Ética da Psicologia para poder fundar a rede. Levantamos o número um, dois e sete artigos, de que o primeiro diz que o psicólogo vai basear o seu trabalho no respeito e na promoção da liberdade, da dignidade, da igualdade e da integridade do ser humano apoiado nos valores que embasam a Declaração Universal dos Direitos Humanos; que o psicólogo visa promover saúde e a qualidade de vida das pessoas e das

coletividades; que precisamos prestar atenção em negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. E isso é uma coisa muito delicada quando estamos em campo atuando, porque, na verdade, você tem inúmeras entidades e órgãos oficiais atuando e, assim, são limites muito tênues e que precisamos ter muita delicadeza ao abordar determinadas situações com os outros órgãos. Não nos cabe fazer críticas ao trabalho de outras entidades e órgãos, mas também, muitas vezes, não podemos simplesmente nos eximir e deixar que a situação continue seguindo da maneira como está sendo feita se ela atinge esse tipo de dado do nosso próprio código de ética.

"...constatamos que são deveres fundamentais, primeiro prestar serviços profissionais em situações de calamidade pública ou de emergência sem visar benefício pessoal"

Vimos um pouquinho das responsabilidades do psicólogo, constatamos que são deveres fundamentais, primeiro prestar serviços profissionais em situações de calamidade pública ou de emergência sem visar benefício pessoal. Temos uma discussão que vem sendo travada e continuará sobre qual é o papel do voluntário nessas situações. Talvez seja importante ressaltarmos que, por mais bem equipada que esteja uma comunidade, por exemplo, como o Japão, quando acontece alguma coisa, dependendo da dimensão do acontecido vai ser necessário, sim, poder contar com voluntariado e aí cabe a nós discutirmos qual é o papel do voluntariado da Psicologia, qual é o tempo desse voluntariado, quais são as ações desse voluntariado, como é que é a relação desse voluntariado com os órgãos oficiais e aí temos aqui material que poderíamos gastar o resto do tempo aqui discutindo isso.

Provavelmente vou levantar muitas perguntas para vocês, porque assim descobriremos qual é a contribuição que a Psicologia pode dar nesses eventos. Tenho aprendido que os eventos têm muito a doar para a Psicologia, à medida que vamos vivenciando e passando pelas situações, vamos mudando um pouco a forma mais inflexível que tínhamos até então de ver a nossa participação. Esse é um dado sobre como vêm

crescendo os desastres e as emergências. Tanto o gráfico de cima quanto as colunas abaixo, apontam um crescimento exponencial e que podemos esperar nos próximos anos, não sei se um crescimento, mas fatalmente uma grande demanda desses eventos e também a intensidade de cada um desses eventos.

Se pararmos um pouquinho para olhar o que temos observado hoje sobre o planeta, existem ainda algumas correntes de cientistas que dizem que, na verdade, não houve aumento, o que temos é uma informação mais clara e mais objetiva em torno do tema, enquanto existem outros estudos como um feito por uma universidade na Inglaterra sobre as geleiras na América do Sul, que mostra que nos últimos dez anos elas derreteram cerca de 12 a 20% mais rápido do que aquilo que era esperado. Então, fatalmente, teremos alterações climáticas que contribuirão para que tenhamos aí esses eventos acontecendo mais amiúde.

"...os vales ficam cheios d'água e acabam afetando a vida das pessoas quando não acontece o que aconteceu agora com o desmoronamento das encostas..."

Esse é um gráfico também que mostra o crescimento de mortos por desastres; vocês podem ver lá em 95 um pouquinho abaixo de 100 mil mortes e, se pegarmos 2004, e aqui não está incluído o tsunami, nem todos os outros que tivemos de lá para cá, já estamos lá para cima de 250 mil. Então, o que podemos perceber é que o número de vidas que vêm se perdendo tem aumentado significativamente.

A rede de cuidados, dizemos que ela é intermunicipal, intersetorial e interdisciplinar.

Esse é o mapa do nosso país, aqui nós temos o Estado do Rio de Janeiro e aqui a Região Serrana que foi onde nasceu a rede; esses são os 16 municípios onde ela se propunha a atuar. Hoje ela não se chama mais "Redes de Cuidados na Região Serrana", porque temos atuado em outros municípios que não são da Região Serrana, então, ela hoje é só "Rede de Cuidados RJ". Desses 16 municípios que vocês estão vendo, tivemos sete atingidos pela catástrofe que foram

Petrópolis, Teresópolis, Nova Friburgo, Bom Jardim, Cordeiro, São José do Vale do Rio Preto e Sumidouro, que já não é da Região Serrana e Areal.

Essa é uma foto da Região Serrana da cidade de Petrópolis. Colocamos ela aí só para vocês terem uma ideia de que a maior parte dos municípios da Região Serrana tem essa conformação geográfica, ou seja, a cidade é construída no fundo dos vales e quando se tem o índice pluviométrico muito grande, os vales ficam cheios d'água e acabam afetando a vida das pessoas quando não acontece o que aconteceu agora com o desmoronamento das encostas.

Na Região Serrana, temos esses municípios compartilhando enchentes, queimadas, ocupação desordenada do solo, contaminação da água e do solo, precariedade de instalação sanitária, taxas altas de analfabetismo e lixo a céu aberto. Ou seja, esses municípios acabam sofrendo das mesmas mazelas. E alguns desses que acabei de citar, certamente, contribuem para que aconteçam as emergências e os desastres.

Faço uma parada aqui para lembrar que eventos de emergências e desastres, na verdade, são grandes lentes de aumento que são colocadas sobre a região onde eles acontecem e o que se percebe ao longo do tempo de trabalho com as populações é que uma grande parte, se não a maior parte, do desastre e da emergência tem um passivo municipal grande, o cuidado foi pequeno no município, por isso que o desastre tomou o tamanho que teve. Se tivéssemos um cuidado e uma ação preventiva maior, poderíamos prever e a minimizar muito desses riscos.

"A rede de cuidados se propõe a atuar nos eixos da prevenção, ação e reconstrução"

Só para vocês terem uma ideia, sabe-se da existência de comunidades hoje em área de risco que foram formadas a partir de um outro evento climático e as pessoas foram transferidas para esse local; até hoje essas pessoas estão desassistidas, não têm posse da sua própria terra e já faz 20 anos. Então, tínhamos uma categoria de desalojados e que chamamos de desabrigados; hoje se tem uma nova categoria que são abandonados de emergências e desastres.

A rede de cuidados se propõe a atuar nos eixos da prevenção, ação e reconstrução. No final mostrarei um pouco o que é que estamos fazendo em cada eixo. Escolhemos trabalhar com quatro segmentos: os psicólogos, os professores, as lideranças comunitárias e as lideranças religiosas. E, assim, também não vemos emergência e desastres só como acontecimento geoclimático telúrico; para nós, dengue é uma situação de emergência e desastre, as torres gêmeas nos Estados Unidos é uma situação de emergência e desastre. O próximo passo da rede agora até o fim do ano é começar a trabalhar na questão da dengue para prevenir o que está chegando por aí. O próprio homem também produz os seus eventos de emergência e desastre.

Além de oficinas vivenciais, temos trabalhado com alguns temas: agrotóxico e vida no campo; amamentação em situações de emergência; introdução à Psicologia em emergências e desastres; parceria com a Defesa Civil; atitudes facilitadoras como base para o acolhimento; o acolhimento com avaliação de risco e a própria percepção de risco. Então aí já dá uma ideia para vocês de como é amplo o nosso campo de atuação em emergências e desastres.

“Perderam referencial social, porque o lugar que eu morava os meus vizinhos não existem mais.”

Temos muitas parcerias com outros órgãos, com outros órgãos públicos, com outras ONG, enfim, muita coisa sendo feita. O que pudemos perceber em dois seminários que realizamos é que no primeiro, basicamente, tínhamos uma ação de sensibilização para o tema, e já no segundo tivemos uma participação na Região Serrana de 13 dos 16 municípios. Parece que a nossa sensibilização está surtindo efeito porque no segundo cresceu a participação desses municípios.

Isso é uma foto do que aconteceu no Vale do Cuiabá, em Petrópolis; isso era uma vila, existiam aí acho que 11 casas e todas hoje não existem mais. Podemos parar para pensar em uma coisa: em emergências e desastres as pessoas perdem o seu referencial interno. Nessa catástrofe, além do referencial interno, perderam referencial familiar, muita gente perdeu a família ou membros da sua família. Perderam referencial social, porque no lugar em que eu morava os meus vizinhos não

existem mais. E, por último, perderam o referencial geográfico porque nem as casas, nem a praça, nada existe mais. Isso é muito difícil, é preciso uma reconstrução total da vida dessas pessoas.

Isso foi em Araras, esse é o lugar que primeiro sofreu em Petrópolis em 4 de janeiro antes da grande chuva; lá morreram duas pessoas e é exatamente dessa comunidade que eu estou falando que está lá há 20 anos ainda no abandono.

Depois Itaipava, Vale do Cuiabá, teve-se lá três abrigos. Os abrigos provisórios é um capítulo à parte de emergência e desastre. Temos algumas propostas e críticas sérias. É outro local em que precisamos muito da ação da Psicologia. Trabalhamos lá com várias instituições, Ministério Público, o NEPED, que é o pessoal de vocês aqui de São Paulo, da Defesa Civil, enfim. Lá foram 66 óbitos, 318 desalojados. Esses números dão uma direção para pensarmos um pouco no que acontece nessas ocasiões, mas não podemos perder de vista que um evento desse atinge a totalidade de quem está no evento e no entorno do evento, não é?

“O pessoal do corpo de bombeiros fez uma homenagem muito bonita aos colegas que haviam falecido.”

Nova Friburgo, por exemplo, está passando por uma situação muito complicada que é de revitalização do seu comércio, mesmo de pessoas que não foram atingidas diretamente. As consequências são muito amplas.

Essa é uma foto de Nova Friburgo, que, diferentemente do município de Petrópolis, foi atingida no seu centro, no cotidiano urbano das pessoas; o Vale do Cuiabá, em Petrópolis, já é um bairro afastado do centro da cidade, isso dá aí uns 40 quilômetros do centro da cidade. Friburgo foi atingida no seu miolo. Lá também fizemos algumas ações. Alguém aqui na mesa se referiu à morte dos bombeiros e o abraço na praça de Friburgo. O pessoal do Corpo de Bombeiros fez uma homenagem muito bonita aos colegas que haviam falecido.

Isso é Areal. Aí também uma série de coisas, problemas de infraestrutura. O prefeito da cidade arranhou um carro com som e avisou a

população de que a água estava chegando, então os moradores de Areal não perderam vidas, apenas bens materiais.

Esse é o município de São José do Vale do Rio Preto, que também ficou bastante afetado. Fico pensando um pouco na pergunta do colega, e digo que a Rede de Cuidados tem tido uma preocupação muito grande não só em atender as vítimas do que tem acontecido, mas uma preocupação nossa em quem é que cuida dessas pessoas que estão lá trabalhando.

"Isso começa a chegar num limite porque é um trabalho exaustivo, de solicitação constante..."

Eu sei que, por exemplo, em Brasília já tem duas psicólogas trabalhando no Corpo de Bombeiros fazendo um trabalho muito interessante. E talvez fosse bom, assim, que os Conselhos, e talvez até o Conselho Federal de Psicologia, pudesse pensar em um protocolo de ação para os psicólogos, porque o que temos visto é alguns municípios colocarem psicólogos para atuarem, no meu entender não da forma como deveria, mas, enfim, estavam lá trabalhando, só que essa gente trabalhou cinco, seis, sete, oito, dez dias sem parar, não é? Isso começa a chegar num limite, porque é um trabalho exaustivo, de solicitação constante; então há que se pensar em determinados limites dentro dessa atuação, as pessoas têm que aprender a se cuidar para poder trabalhar nisso.

Essa foto é de Bom Jardim. Observem como ficou o carro da Secretaria de Saúde. Estivemos lá também, onde se constatou pessoas desaparecidas, entre outros acontecimentos.

"...é uma comunidade temporária aonde as pessoas vão, obrigatoriamente, ter de conviver e alguns cuidados seriam muito bem-vindos."

Esse é um registro de um abrigo em Teresópolis, uma fábrica que emprestou um dos galpões. Esse é um dos exemplos de abrigo

temporário que, para nós na Rede, na verdade, é uma comunidade temporária aonde as pessoas vão, obrigatoriamente, ter de conviver e alguns cuidados seriam muito bem-vindos. Vimos lá muita falta de cuidado, questões éticas, moral e religiosa. Acho que merece um capítulo à parte quando falamos de abrigos.

Aqui, a foto de Sumidouro. Só estivemos no centro da cidade, a área mais afetada foi a rural e, no total, o município perdeu 52 pontes. O seu grande problema hoje é como Sumidouro pode escoar a sua produção, considerando que é essencialmente agrícola.

Também trabalhamos com o Comitê de Ações Emergenciais em Saúde Mental em algumas reuniões em Teresópolis e foi proposta a realização de um seminário.

Faço algumas considerações. O funcionamento da nossa rede exige uma maior estrutura logística, que buscamos construir. O desconhecimento do tema e a falta de uma tradição em relação às ações de prevenção demonstram o quanto se necessita ser feito e a dimensão do que pode ser evitado. Percebe-se mesmo com as pessoas que trabalham diretamente nessas situações que a prevenção nunca foi o forte no nosso país. O colega brincou aqui, "bonito por natureza", mas tem catástrofe sim.

Em alguns casos o choque maior foi, por exemplo, perceber que em muitas situações prevalecem questões políticas de interesse pessoal, em detrimento daquelas técnicas e de âmbito humanitário e de bem-estar social. Resumindo: nesse ponto de vista, no Brasil, tem os sete municípios da Região Serrana hoje com processos do Ministério Público para tentar levantar como é que foi aplicada a verba, onde foi aplicada a verba etc., e eu vi na televisão o contrário, a outra face dessa moeda. O Japão conseguiu juntar 60 milhões de ienes que foram encontrados na casa das pessoas que sofreram com o desastre e os valores estão voltando para as vítimas do desastre. Então vocês comecem a pensar como é que aqui no Brasil devemos tomar cuidado no sentido de como é que se pode ter um controle e uma transparência maior nessas situações de emergência e desastre.

Acho que existe uma desvinculação entre a gestão e a atenção básica nos municípios,

“...a implantação dos núcleos da rede nos municípios; a criação de infraestrutura; consolidação de projetos intersetoriais, por exemplo, junto com o Ministério Público, com a universidade, com outras ONG estão se efetivando.”

isso prejudica muito a ação no momento desses acontecimentos. Por quê? Deveríamos ter e nessas situações um controle central que pudesse coordenar todas as ações. Para quê? Para evitar desperdício, pulverização de verba, que as mesmas ações sejam repetidas às vezes nos mesmos lugares. Só que é muito difícil porque cada gestor de determinado órgão acha que tem que cuidar daquela parte dele e, muitas vezes, isso dificulta a ação como um todo.

Alguns desdobramentos que estamos fazendo ao longo desses anos: a implantação dos núcleos da rede nos municípios; a criação de infraestrutura; consolidação de projetos intersetoriais, por exemplo, junto com o Ministério Público, com a universidade, com outras ONG estão se efetivando; estamos tentando também efetivar o desenvolvimento de uma metodologia própria da rede que está avançada, mas que precisa muito ser aperfeiçoada; contribuir para construção de referências para atuação dos psicólogos; estimular a produção teórica no campo; implementar ações e estratégias para atuação dos psicólogos nessa área; participação em eventos, como esse aqui, colóquios etc., e defender que o campo da Psicologia emergências e desastres faça parte da formação integral dos psicólogos. Não é nossa ideia de que criemos mais uma especialização em torno do tema, o que também vem sendo discutido.

Gustavo Sales

Faremos duas falas, por favor, anotem as perguntas e depois também pela internet. Adotaremos o mesmo procedimento da primeira mesa. Eda com a palavra. 🗣️

“...os psicólogos tinham que ir lá na comunidade dele porque as crianças estavam sofrendo muito.”

Temos trabalhado nos últimos 15 dias em Teresópolis com comunidades, são duas, quatro, seis, oito, dez, doze; enfim, nesse fim de semana estive com outras comunidades, além dessas que estão listadas aí e o que se percebe é que cada vez mais precisamos, em um primeiro momento, fazer um atendimento de suporte emocional a essas comunidades. Inclusive, me sensibilizou muito um pré-adolescente com 13 anos dentro do nosso trabalho pedir a palavra e dizer que ele achava que os psicólogos tinham de ir lá na comunidade dele porque as crianças estavam sofrendo muito. Então, temos procurado construir a rede de cuidados a partir dos dados que temos coletado no campo; logicamente, prestando atenção a tudo que já está escrito, a tudo que já está feito para não querer reinventar a roda, mas estamos procurando ouvir muito quem passou pelas experiências e ver em que medida podemos atuar.

Temos uma proposta que é esse aí, o primeiro eixo é a da prevenção, o outro da ação e o outro da reconstrução, onde colocamos as nossas propostas de atuação enquanto rede de cuidados. Isso vai ficar, como já foi dito. Então as pessoas depois podem entrar e pesquisar. Deixo para vocês o nosso contato: rededecuidados@gmail.com

Para fechar a minha fala, cada vez que tenho pensado na nossa atuação, na nossa proposta de rede de cuidados etc., volto à questão da interdisciplinaridade, acho que daqui para frente não poderemos mais falar em uma Psicologia das emergências e dos desastres, mas os dados que me chegam mostram que teremos que falar de uma Psicossociologia das emergências e dos desastres ou de uma Sociopsicologia das emergências e dos desastres. Muito obrigado. 🗣️

Professora da Universidade de São Paulo e coordenadora do Grupo de Pesquisa em Psicologia Socioambiental no Instituto de Estudos Avançados da USP e na Comissão de Especialistas sobre Ética e Mudanças Climáticas da UNESCO para América Latina e Caribe.

“O uso do termo interdisciplinaridade apresenta uma complexidade maior na delimitação do objeto sobre o que se deveria desenvolver um conhecimento para uma ação em relação a estas situações”

Boa tarde a todos e todas. O tema desta mesa é extremamente complexo, não é? Psicologia da Emergência e dos Desastres, Territórios e Identidades. De um lado, todas as pessoas que me antecederam falaram sobre ações e problemas referentes à ação em situações ditas de desastre, emergência ou catástrofes. Acontece que a introdução de uma formação em Psicologia dos desastres, da emergência ou das catástrofes depende da criação de um conhecimento psicológico sobre o que nós estamos falando. O uso do termo interdisciplinaridade apresenta uma complexidade maior na delimitação do objeto sobre o que se deveria desenvolver um conhecimento para uma ação em relação a estas situações.

Do outro lado, é sabido que a ação não pode ser desenvolvida exclusivamente para os psicólogos, então uma atuação multifuncional corresponde a uma situação absolutamente não passível de ser abordada pela Psicologia exclusivamente e sobre o que a Psicologia não desenvolveu conhecimento. Ela está trazendo aportes de outras áreas de conhecimento para resolver problemas de ação.

A interdisciplinaridade, no sentido mais forte do termo, supõe a construção de um ob-

jeto novo. A primeira grande problemática que nós teríamos é que objeto é esse, o que é que chamamos de desastre, catástrofe, emergência. Claro, todo mundo sabe que quando vê o que aconteceu na Região Serrana do Rio de Janeiro diz assim: “Isto foi uma catástrofe, isso foi um desastre”; emergência surgiram milhares, ninguém falou isto é uma emergência. Isso apresenta necessidades emergentes, não é? Necessidades de vários níveis em vários estratos, políticas, humanitárias, éticas, todas as dimensões possíveis. Então, a questão da paisagem, do território e da identidade que foi colocado aqui nos traz a seguinte problemática: não há paisagem que não seja cultural, porque a paisagem é uma referência objetiva, mas ela é interpretada culturalmente, experiencialmente por cada indivíduo.

“O primeiro nível é que a maioria das pessoas hoje acha que é a utilização da tecnoletrônica na comunicação que gera a possibilidade da mídia de massa de altíssima velocidade que uniformiza os comportamentos, definindo padrões de urbanidade comuns...”

Temos que começar a definir assim, em que escala nós estamos analisando a situação, na escala do indivíduo, na escala do grupo, na escala da sociedade? Na escala do planeta? Cada uma dessas escalas traz uma situação absolutamente diferente para se desenvolver conhecimento sobre o indivíduo que está nessa situação. O gru-

po que perdeu, o desaparecimento das referências. Cada uma dessas coisas exige o desenvolvimento de conhecimentos específicos para que, em seguida, se possam desenvolver propostas de intervenção mediadas pela Psicologia, porque não são situações da Psicologia, são situações de uma abrangência planetária.

Temos que voltar a pensar o seguinte: seria possível uma Psicologia da emergência, do desastre ou da catástrofe fora desta terceira fase da globalização? Será que seria possível se perceber a necessidade dessa área de atuação? A minha opinião, a minha resposta é que não. Então, essa Psicologia que se rotula dessa forma é uma decorrência de um processo de grande transformação planetária.

A transformação planetária, todos dizem facilmente, “ah, é a globalização”. A globalização é muito difícil de ser caracterizada. Podemos caracterizá-la em três níveis. O primeiro nível é que a maioria das pessoas hoje acha que é a utilização da tecnologia na comunicação, que gera a possibilidade da mídia de massa de altíssima velocidade que uniformiza os comportamentos, definindo padrões de urbanidade comuns, que, por sua vez, não encontram grupos com as mesmas características no seu ponto de partida. Este encontro então produz o quê? Hierarquias de proximidades, os modelos preferenciais do que é a vida boa, do que é a vida certa, do que é possível.

“O que determinou o acirramento das catástrofes, o acirramento da percepção de iminência de desastres, o número de desastres, tudo isso que nós estamos falando, foi o processo de globalização da produção acoplado à globalização do consumo”.

O primeiro nível uniformiza, mas não modifica as diferenças com que as pessoas olham suas paisagens culturais. Por outro lado, adensa os grupos populacionais de uma forma extraordinária e nova, e esse adensamento também não é organizado; não é organizado e vai trazer formas de interferência sobre os territórios e sobre as subjetividades específicas, embora exista uma camada uniformizadora.

O segundo nível é um nível que em muitos aspectos é positivo, mas para essa questão das catástrofes, ele traz implicações psicológicas bastante sérias, que é a consciência que esta comunicação tecnoeletrônica traz sobre as integrações entre as partes do mundo, as semelhanças, as dificuldades comuns, as buscas. Então isso dimensiona, isso expande o impacto das catástrofes e generaliza o pânico, o medo, o sofrimento por antecipação e não determina a precaução. Por que não determina a precaução? Porque o terceiro nível é a globalização da produção e do consumo. Essa é a verdadeira globalização. Se globalização e produção precisam do consumo, determinam os outros dois primeiros níveis. Então se poderia dizer assim, do ponto de vista do conhecimento o que permitiu essa nova fase da globalização é a tecnoeletrônica.

O que determinou o acirramento das catástrofes, o acirramento da percepção de iminência de desastres, o número de desastres, tudo isso que nós estamos falando foi o processo de globalização da produção acoplado à globalização do consumo.

Então, como é que nós vamos poder compreender aonde que a Psicologia tem que desenvolver conhecimento? Sobre que aspecto? Sobre a captação do medo? Sobre a produção desta coisa “pantoclasta”, tudo vai ser destruído, a culpa pela sua responsabilidade diante dessa produção, porque é suposto isso. As escalas que estão presentes mudam totalmente o fenômeno.

“Todos os regimes jurídicos dos países civilizados têm um princípio de precaução definindo-se a legislação ambiental, mas eles não são cumpridos”.

Podemos ter problemas de Psicologia estritamente clínica, de Psicologia absolutamente social e não há uma uniformidade dos diagnósticos que se podem fazer em função disso. Do ponto de vista ético, como é possível acontecer isso? É possível porque o sistema de globalização não está crivado por critérios éticos. É possível porque a lógica política não está subordinada ao conhecimento nem à ética. Isto poderia ser uma ação da Psicologia, o esclarecimento sobre essas questões passando por cima das resistências identitárias, que são obstáculos enormes para modificação das coisas.

Todos os regimes jurídicos dos países civilizados têm um princípio de precaução definindo-se a legislação ambiental, mas eles não são cumpridos. Por que eles não são cumpridos? Porque eles, para serem cumpridos, precisam enfrentar os critérios de decisão da expansão das inovações e da expansão das formas de vida, a críticas e não conscientes. Então nós chegamos na questão: qual é o território? É o que eu vejo na imagem? É aquele que eu olho? E qual é a subjetividade? É aquela que está “vampirada” pelas imagens, sobre as quais não posso desenvolver uma crítica? São aquelas que geram o medo? São aquelas que geram as defesas xenóforas? Tudo isso faz parte do mesmo cenário.

Então, quando nós falamos assim, “Psicologia da Emergência”, o que é uma emergência? É algo que emerge, portanto, não era esperado. De repente você está em um parque maravilhoso e desce um disco voador, é uma emergência, emergiu algo que não deveria emergir ou que não estava previsto emergir na paisagem cultural que eu olhava. Se esta coisa que emerge, por exemplo, na Europa, o que está emergindo? Os imigrantes estão ameaçando. O nigeriano botou a mesinha dele lá na praça de Pisa. Mas o que tem aquele nigeriano? Emergindo ali na paisagem, de repente. Então de repente pode ser criado um movimento, “expulsemos todos os nigerianos, vamos matar”. Não estão fazendo isso com os ciganos? Por quê? Psicologia das catástrofes, como nós estamos vendo aqui, é desnecessária. Está tudo previsto nesse campo. O que não está previsto é o que não estava na organização humana, naquela paisagem e espaço, isto é altamente perturbador. Então a Psicologia da emergência deveria abordar esse tema, o que emergiu é um desastre sim e pode gerar mais desastres.

*“...a catástrofe é produzida.
O que não é produzido é um
fenômeno astrofísico”*

Desastres têm uma conotação de escala menor que catástrofes, que tem uma conotação, mas que não houve ação humana. Como não houve ação humana? Claro que houve. Houve ação humana porque adensou, porque uniformizou o que não era para uniformizar, porque botou todo mundo para morar. O tsunami, por exemplo, se fosse 200 anos atrás seguramente não teria matado tantos quanto matou. Assim você vai pegando o

que aconteceu no Japão, por exemplo, que é um país organizadíssimo, não tem catástrofe desse tipo, mas tem que depender da energia nuclear tecnologicada. Todos sabem que os princípios da precaução nunca permitiriam a construção de usinas nucleares. Por quê? Porque não se tem garantia de que ela não venha a produzir efeitos nocivos. Por quê? Porque nós não comandamos o universo, porque a mecânica celeste não está sobre a nossa determinação. E assim vai.

Então, realmente, a catástrofe é produzida. O que não é produzido é um fenômeno astrofísico, o fenômeno geológico como foi esse, porque o que aconteceu na Região Serrana do Rio é um problema da geologia do lugar, que nunca poderia ter sido culpada daquela forma. Claro que não é uma ocupação de hoje, mas da mesma maneira o princípio da precaução, que está na nossa Constituição, não poderia permitir ocupação de regiões desse tipo, cuja geologia traz altíssima probabilidade de riscos desse tipo, por causa da pequena camada de terra sobre rochas.

Falo sobre Psicologia da Emergência como sinônimo de Psicologia dos desastres e das catástrofes. Não são sinônimos. Emergência é uma coisa, catástrofe é outra, assim como desastre. A Psicologia não tem conhecimento. Desculpe-me falar o contrário do que é para falar, mas eu estou falando o que eu penso. A Psicologia não tem conhecimento desenvolvido para garantir formação para isso aí. Quer dizer o quê? Psicólogo não deve trabalhar? Deve, com aquilo que ele sabe, mas nós temos que pensar que nós temos que desenvolver ciência para responder a essa nova configuração humana. E nós não temos isso. Então, quando você pega uma escala planetária como a que nós estamos trabalhando hoje para a Psicologia, porque as pessoas, elas trabalham fetiches com as imagens, elas vão juntando, é o contrário do que o Elias Canetti chama de metamorfose. Isso é um vampirismo da cabeça da pessoa, das suas imagens, então isso aumenta o medo, reduz a resposta frente às situações, que são produzidas por ações antrópicas, mas cuja determinação não está no indivíduo, está na maneira de relação entre as decisões políticas e o conhecimento, que não está acima da lógica política. Então essa é uma Psicologia da Emergência, é uma Psicologia para esta nova fase da globalização; não é uma Psicologia da globalização, ela é uma Psicologia para esta nova fase, tanto para atuação profissional como para o conhecimento como ciência e não existe nem um nem outro.

“...é uma Psicologia para esta nova fase da globalização; não é uma Psicologia da globalização, ela é uma Psicologia para esta nova fase, tanto para atuação profissional como para o conhecimento como ciência e não existe nem um nem outro”.

E aí você pode estar precisando trabalhar como psicanalista do homofóbico e, de repente, um grupo que se digladia. Qual é o limite para eu dizer que isso é um desastre, para eu dizer que isso é o quê? Isso é uma catástrofe, isso é uma coisa que eu não sei, mas está acontecendo, não é? E a subjetividade com tudo isso o que é? Subjetividade sem consciência não existe. É uma palavra. Consciência implica auto-observação, implica conversa do sujeito com ele mesmo, implica, portanto, uma metalinguagem do pensamento. E essa metalinguagem tem como referência o sujeito e a sua vida, o sujeito e a sua experiência. Isso pode ser aplicado a outras teorias psicológicas, mas no caso específico, não me consta que esteja sendo aplicada ou que se tenha desenvolvido um conhecimento novo sobre isso. Então são fetichismos de imagem.

A verdade é que acontecem esses fatos, mas tem determinação e essa determinação não está no indivíduo, o indivíduo é um paciente disso, todos somos.

Então é isso, o objeto novo que eu proponho, segundo Roland Barthes, a interdisciplinaridade consiste não em colocar uma disciplina ao lado da outra, mas de construir um objeto novo.

O objeto novo é isso que eu estou falando, uma Psicologia para compreensão dos fenômenos psicológicos da/e na globalização. Entre esses fenômenos tem como se percebe, se reage, se sente, se sofre situações que não estão previstas, ditas emergentes, situações destrutivas por ação do homem, desastres, situações imprevisíveis, mas que não estão conhecidamente determinadas por ação humana. Pensem no que eu estou falando. O Japão não oferece esse tipo de desastre, mas por um triz um daqueles reatores não se transformou em uma bomba atômica; por um triz, isso significaria que a 200 quilômetros de Tóquio 30 milhões de pessoas morreriam.

“...eles viram que eles têm o risco de não poder continuar a fazer a vida que eles fazem, independentemente de qualquer ideia que eles possam ter sobre o que eles são”

As pessoas que não conhecem tecnologia nuclear, energia nuclear, nem tomaram conhecimento desse risco. Então, no momento que o japonês sai lá e diz, “eu não quero mais energia nuclear”, ele tem que responder assim, “eu não quero mais essa vida”, porque ele não tem como manter aquela vida se não tiver isso. Então isto também é parte do problema. Emergir. Emergir o quê? De repente, eles viram que eles têm o risco de não poder continuar a fazer a vida que eles fazem, independentemente de qualquer ideia que eles possam ter sobre o que eles são. Muito obrigada. 🙏

Gustavo Sales: Estamos abertos a perguntas. Qual o seu nome? Nelson, Roni. Mais alguém? Márcio e Othon. Pode ser? Temos então quatro pessoas inscritas. Passo a palavra para o Nelson.

Nelson:

"...viu a sua população duplicar e não ter estrutura para suportar todos aqueles imigrantes que estão vindo por um outro problema..."

Eu gostaria de fazer uma pergunta à professora. Quando a senhora cita o exemplo do nigeriano em Pisa fica muito simples porque é um no meio de uma cidade. Mas se trouxermos esse mesmo problema para Lampedusa que, de repente, viu a sua população duplicar e não ter estrutura para suportar todos aqueles imigrantes que estão vindo por um outro problema, ou seja, se essa população não tiver um suporte de psicólogo, assistente social, não importa, e essa outra que está chegando também não tiver, esse problema pode triplicar, porque aí você tem uma convulsão civil. Ou seja, existe na realidade uma necessidade, talvez não esse o nome como está aqui, mas um psicólogo que tenha a capacidade de analisar aquele fato naquele momento e poder trabalhar aquilo. Se isso é uma emergência, uma catástrofe, um desastre seria algo a pensar? É essa a ideia que a senhora falou aqui?

Eda Terezinha:

"Não é uma coisa de fácil interpretação, é quase uma coisa que você tem que atuar no plano clínico"

Não. O que eu disse é o seguinte: ele vai ter que atuar, alguém tem que atuar, não só o psicólogo. Muitos outros têm que atuar, mas ele não vai ter facilidade de atuar, ele não tem instrumentos, porque o sujeito que vem nadando daquele jeito (tem até um filme aí magnífico que está passando no Rio e depois vai passar aqui), ele vem com uma violência, ele quer sobreviver, ele tem direito, se ele tem direito de matar o outro eu não sei, mas ele está nesse ímpeto. O outro quer fazer o contrário. Entende?

Então, você tem uma situação de auto-conflito social expandindo, porque isso é transformado em discurso político. Aqueles que são a favor, aqueles que são contra, outros que defendem humanitariamente que eles têm direitos, os políticos que exploram o medo, eles têm que expulsar todo mundo. Não é uma coisa de fácil interpretação, é quase uma coisa que você tem que atuar no plano clínico. Porque no outro plano você não tem instrumento, você não tem poder, o poder que você tem é de trabalhar isso, de jogar isso para reflexão e combater com isso os discursos que são estrategicamente mobilizadores de medo e exclusão, porque eles aumentam a tensão e a gravidade das coisas. Mas isso não é coisa que se consegue de um dia para o outro.

Ora, é claro que o sujeito que está ali, ele tem que pegar um a um. O que ele pode fazer do ponto de vista de uma Psicologia Social? Não é? A não ser tentar de alguma maneira levar a compreensão do caráter arbitrário, da xenofobia, mas isso não se produz em um minuto, ou do direito do outro, ou pegar os discursos contraditórios tanto de um lado como do outro. Então são instrumentos que atingem uma escala quase de indivíduo para indivíduo. Você teria que ter Psicologia Política, Psicologia Social, Psicologia Clínica e, normalmente, as pessoas devem fazer isso, usar os instrumentos que existem ali, que são os que já existem, mas que devem ser gerados novos.

Então, o que eu estou querendo dizer é que não há conhecimento para atender a esses fenômenos, tem que ser gerado, e isso é urgente. E essas experiências são importantes porque oferecem os elementos para reflexão. Qualquer pessoa que trabalha, nas periferias e tudo, enfrenta muitos problemas. Que ela também não tem arma. É difícil. Trabalhei oito anos no Carandiru, era muito mais fácil do que trabalhar na periferia norte de São Paulo porque tudo era previsível. Em um espaço assim nada é previsível.

Gustavo Sales:

Proponho à Eda e ao Luiz Henrique que façamos toda a rodada de perguntas, pode ser? Então, agora o Roni.

Roni:

"...existem outros grupos de Psicologia também de outros países que estão tentando lidar com essa área de desastres..."

Minha pergunta é para o senhor Luiz. Sobre justamente essa falta de conhecimento, se essa é uma área nova como o grupo que está sendo criado aqui, agora, ou se existem outros grupos de Psicologia também de outros países que estão tentando lidar com essa área de desastres, de emergência e se poderiam pegar o conhecimento tipo "Médicos sem Fronteiras", que têm grupo de psicólogos que atuam em áreas críticas; se esses psicólogos que atuam no "Médicos sem Fronteiras" geraram algum conhecimento, e até os psicólogos que traba-

lharam com o senhor nesse projeto que atendeu, se eles geraram algum conhecimento, registraram, fizeram análises enquanto faziam o trabalho.

Luiz Henrique:

"Esse conhecimento deve, principalmente, ser construído junto com quem passa pela emergência e desastre, porque a experiência pessoal é fundamental para que você pense o que acontece com as pessoas"

Eu vou responder por partes. Existem dois países que no meu entender têm uma experiência maior. Canadá e Espanha, fora os outros países aqui na América do Sul que já têm um *know-how* comprovado, porque quando acontece em outro país essas pessoas são convidadas a ir tentar ajudar a coordenação etc. Os "Médicos sem Fronteiras" - acabamos trabalhando juntos lá em cima na Região Serrana - e, diferentemente de outros países, aqui no Brasil é grande o número de psicólogos que trabalham dentro da proposta de "Médico sem Fronteiras".

Eu vi uma atuação assim que me surpreendeu bastante em um determinado município. A agilidade com que esses psicólogos conseguiram organizar uma situação que era caótica, que as pessoas que até então estavam na coordenação e tentando minimizar os efeitos ainda não tinham conseguido colocar a coisa ordenadamente.

Fiquei bastante impressionado, tanto que os levei para Petrópolis para fazer uma rodada com o pessoal que estava trabalhando comigo. Então o pessoal que estava trabalhando comigo teve acesso a essas propostas dos "Médicos sem Fronteiras" e que incorporamos alguns princípios deles dentro da nossa própria rede. Eu diria que já temos algum conhecimento e que está sendo construído paulatinamente. Até o ponto de eu pedir para vocês responderem ao questionário, ajuda a produzir esse conhecimento, mas acho que esse conhecimento não pode ser só do pensar racional sobre o que acontece. Esse conhecimento deve, principalmente, ser construído junto com quem passa pela emergência e desastre porque a experiência pessoal é fundamental para que você pense o que acontece com as pessoas.

Márcio:

"Eu não estou muito familiarizado com a temática aqui, tenho tentado fazer isso, esse movimento com o Conselho Regional e com o Conselho Federal, fico muito agradecido"

Boa tarde. Eu sou o Márcio, psicólogo da Cruz Vermelha Internacional. Tenho trabalhado os últimos quatro, cinco anos, principalmente na África, não só com a Cruz Vermelha, mas com outras organizações humanitárias internacionais. Eu não estou muito familiarizado com a temática aqui, tenho tentado fazer isso, esse movimento com o Conselho Regional e com o Conselho Federal, fico muito agradecido. É muito importante ouvir o que vocês partilharam nessa mesa.

E assim, a minha curiosidade, que a Eda Tezinhinha começou a responder, e gostaria de pedir para vocês dois darem uma palavra sobre isso, é esse movimento que eu tenho percebido crescente aqui no Brasil, sobre esse interesse pela temática da emergência. Então, é como se existisse algo de, ao mesmo tempo, espetáculo que acontece no momento da crise, mas que desaparece depois de algum tempo. Tanto é que o Conselho vai lançar agora no encontro em novembro um relatório que desdobra e fala bastante sobre isso.

"Mas que era uma situação de desastre crônico e que continua a cronicidade, talvez piorou um pouco mais".

Semanalmente recebo interesses, cartas de estudantes do Brasil inteiro pedindo informações de como entrar nessa área, cursos pipocando ali sobre a Psicologia da Emergência e do desastre.

Lá fora os colegas da área costumam chamar isso como uma indústria da emergência, que existe um financiamento muito grande, um espetáculo muito grande. O que aconteceu no Haiti foi uma emergência (meu colega acabou de voltar

essa semana de lá, e ele é da "Visão Mundial", também representando talvez um pouquinho as ONG internacionais), mas que era uma situação de desastre crônico e que continua a cronicidade, talvez tenha piorado um pouco mais.

A Somália é uma emergência crônica que agora voltou à mídia por alguma razão, mas que há muitos anos (eu já trabalhei lá e aquela situação em emergência é desastrosa), sempre foi e aquilo que está acontecendo agora é um pouco a mais. Então, como vocês leem esse fenômeno, esse desejo, esse movimento?

Eu trabalhei para uma organização que se chama "Centro Para Vítimas de Tortura", uma organização americana, no Zimbábue. Questionei o diretor dessa organização sobre o porquê de a organização trabalhar também em resposta de emergência; ele falava: "Na nossa organização, por opção política, não fazemos parte dessa indústria da emergência". Então, como no Brasil, não sei, ainda não vi esse movimento, mas tem aí alguma coisa que está provocando, mexe, é um tema que atrai muita atenção, tanto é que quando me perguntam por ali ou aqui sobre essa temática eu falo que a atenção maior do psicólogo e sua contribuição maior poderia, de repente, ser na prevenção, pensar esse fenômeno muito antes do que quantos holofotes vão para situação de crise; nossa intervenção tem que ser muito anterior a essa, enfim, aí vai para um debate em outra direção. Mas essa é a minha pergunta para vocês dois. Obrigado.

Othon:

"... que talvez exija um outro tipo de intervenção psicológica que é diferente daquela clínica tradicional do setting terapêutico..."

Eu queria em primeiro lugar chamar a atenção, chamar a atenção não, lembrar assim de um outro sentido da palavra emergência, que eu gostaria que a professora Eda discutisse. Que é aquilo que exige uma ação imediata. E que nessa situação, a sua exposição foi brilhante, mas temos aí um objeto diferente, pensando clinicamente em um indivíduo que passou por uma dor muito intensa, inesperada para ele (esperamos que aconteça

com o vizinho e na nossa casa nunca) e que talvez exija um outro tipo de intervenção psicológica que é diferente daquela clínica tradicional do *setting* terapêutico, seja lá qual for a abordagem, que atendemos no meio da rua, no abrigo, e que é uma intervenção que deve possuir uma proposta diferenciada também, porque são pessoas que, em primeiro lugar, não procuraram o psicólogo. São pessoas que muitas vezes não reconhecem o próprio sofrimento psíquico como passível de uma intervenção e, enfim, é um trabalho que não vai ter continuidade ou vai ter uma intervenção pequena em termos de tempo, não é aquilo, “venha no meu consultório uma vez por semana, seja lá por quanto tempo, para trabalharmos com isso”.

Eda Terezinha:

“Os instrumentos que ele tem são os que se originaram na Psicologia, se formaram na Psicologia, mas ele está em um outro setting totalmente novo...”

Posso responder às duas perguntas do mesmo jeito. O que se está mostrando é uma mudança de papel para o psicólogo. Esse papel é bem difícil, porque as fronteiras vão ser definidas pelo próprio sujeito, pelo próprio psicólogo. Em muitas situações, portanto, ele não está investido de poder. Por exemplo, eu não sou psicóloga, embora eu tenha feito tese em Psicologia e até terminei como professora titular em Psicologia.

Uma das coisas que mais me estranhava quando eu comecei a frequentar o ambiente de psicólogos era como se revestiam daquele poder de psicólogo e que isso definia um papel. Porque eu sou física de formação e para nós isso não existe, não existia. E me perguntava como é que um psicólogo tem coragem de cobrar, até hoje eu tenho essa dúvida; é uma dúvida meio louca, mas tenho, porque eu não teria, se eu fosse psicóloga eu ia ficar na dúvida se deveria cobrar uma coisa ou outra, porque deveria sempre estar pensando, “mas isso é, isso não é, isso foi, isso não foi”.

Nesse momento de grande transformação, essas fronteiras se acabam. Então você é um ativista, ele é um ativista, não é um psicólogo. Ele é um psicólogo de formação, não é? Ele aprendeu

a olhar o mundo de uma maneira específica, com instrumentos de uma forma. Os instrumentos que ele tem são os que se originaram na Psicologia, se formaram na Psicologia, mas ele está em um outro *setting* totalmente novo. E ele tem que decidir o que vai fazer. Mas vou fazer como homem? Eu vou fazer como psicólogo ou como ativista? Eu vou fazer como político? Isso é que é difícil. Agora, uma pessoa que está sofrendo por uma perda, sempre houve isso. É que essas perdas não eram no espaço público, porque essas perdas não eram objetos de ação. Então, realmente, é uma situação nova, onde novos papéis estão sendo requeridos. E a Psicologia e os psicólogos terão que definir isso, não está definido.

Por que as pessoas querem ver catástrofe? Elas são induzidas a isso por aquele fenômeno que falei. Agora, se você é “vampirado” pela imagem, você não pensa; do contrário terá que perguntar, por que o problema da África é a fome? Por que isso não é o problema ambiental mais importante do planeta ao invés das mudanças climáticas? Porque não gera patente.

“Claro que vai continuar tendo consultório, orientação vocacional, recursos humanos, tudo o que vocês quiserem, mas vai ter um campo que não é esse ou isto entra no consultório e na escola”

Para gerar patente você precisa falar que as mudanças climáticas são o principal problema e quando elas são o principal problema, quando desastres acontecem, eles são fortalecedores das leituras de que o principal problema ambiental são as mudanças climáticas. Não, as mudanças climáticas são um problema ambiental. Mas quem falou que elas são o principal? Por que elas são? Por que é produzido? Então se você fizer uma pergunta: como era quando se começou a discutir isso, a fome é o principal problema do mundo? É o principal problema ambiental, muda tudo, até o que é catástrofe, porque o que é catástrofe depende da ideologia, a não ser que seja um grande cataclismo geofísico, astrofísico.

Não é que eu estou contra a Psicologia da Emergência; é o contrário, eu estou querendo dizer para vocês que ela está parecendo porque é preci-

so que a Psicologia se modifique e se prepare para agir em um mundo diferente. Os fenômenos são diferentes, e o que vai ser requerido do psicólogo? Claro que vai continuar tendo consultório, orientação vocacional, recursos humanos, tudo o que vocês quiserem, mas vai ter um campo que não é esse, ou isso entra no consultório e na escola.

Aquele desastre que aconteceu numa escola, em que o menino matou todo mundo. Aquilo ali o que é? É uma emergência, porque teve que se atuar emergentemente, e emergiu já que ninguém esperava e nem estavam preparados para isso. Os alunos, professores não estão preparados. Já não é mais emergência é um fenômeno social porque virou moda, acontece com mais frequência, mas continua sendo emergência para aqueles que passam pela situação, porque você não espera passar por essa situação.

Luiz Henrique:

"... quando começamos a ter a quantidade de eventos dessa natureza, a mídia vai divulgar, naturalmente, fazendo com que exista espetáculo, mas também vai fazer com que o nível de informação cresça..."

Márcio, existe no país um pouco de espetacularização sim, mas acho que isso também é fruto de uma emergência que vem acontecendo e que as pessoas têm se dado conta de que, cronicamente, nunca se cuidou de prevenção nesse país. Então é natural que, quando começamos a ter a quantidade de eventos dessa natureza, a mídia vai divulgar, naturalmente, fazendo com que exista espetáculo, mas também vai fazer com que o nível de informação cresça, seja no Sul, Nordeste, agora Região Serrana, Angra dos Reis, Niterói, enfim, em qualquer lugar se multiplica várias vezes. E como a Psicologia vem buscando novos campos de atuação para os seus profissionais? Nada mais natural de que isso acabe despertando interesse dos profissionais.

Existem propostas já em andamento de que o psicólogo seja levado para dentro da Defesa Civil, que se faça uma reestruturação

dessa Defesa Civil, então tudo isso desperta interesse. A espetacularização existe e acho que nesse sentido tem sido muito perturbador, principalmente durante os eventos, uma coisa que eu acabei chamando de "turismo trágico", as pessoas pegam o seu carro e aí colocam, por exemplo, meia dúzia de latas de leite e levam para quem está precisando, e junto uma câmera para fotografar ou gravar. Concordo com Eda Terezinha, aqui do meu lado.

Quando se referiu que se precisa se acostumar com um novo *setting* de atuação, mas existe uma coisa que é o encontro humano entre pessoas e que esse pode ser o *setting* que for onde acontecer; se o profissional tem propostas de criar condições para que esse encontro se dê, ele conseguirá fazê-lo em qualquer lugar. E as nossas técnicas de psicoterapia dão conta disso. Já temos propostas bastante sólidas em relação a isso, como, por exemplo, plantão psicológico, que é uma nova maneira de atuarmos sem levar em conta toda essa proposta de um longo caminho psicoterapêutico com hora marcada etc.

Talvez se precise pensar um pouco não só em uma Psicologia para emergência e desastre, mas também em uma psicoterapia para emergência e desastre. Ser psicólogo e ser psicoterapeuta são atribuições completamente distintas, apesar de estarem muito próximas. E talvez nessa nova proposta de uma psicoterapia tenhamos mesmo que trabalhar com interdisciplinaridade, no sentido de que dentro da interdisciplinaridade o que você faz é transmissão de métodos de uma área de conhecimento para outra, o que também já vem acontecendo. Obrigado.

Gustavo Sales:

Sobre referências, cito que temos a Rede Latino-americana de Emergências e Desastres, e no final do mês vai acontecer o 1º Congresso de Psicologia das Emergências e Desastres na América Latina: "Construção de Direitos e Construção de Estratégias de Atuação", em Lima, no Peru. As informações estão disponíveis na internet. Temos também o material do 1º Seminário Nacional de Psicologia das Emergências e dos Desastres, Contribuições para Construção de Comunidades Mais Seguras, que aconteceu em Brasília, no ano de 2006. É possível acessar o conteúdo pela internet, e podem ser localizados nos *links* que o Joari mostrou no começo do evento.

"...por que as áreas de risco não estavam todas identificadas com grupos de atuação treinados para agir rapidamente".

Para encerrarmos, leio a pergunta da Elenice, que mora em Assis e enviou para Luiz Henrique de Sá e outra para Eda Terezinha de Oliveira Tassara, respectivamente. Se a Rede de Cuidados já existe no Rio de Janeiro há quase quatro anos, por que as áreas de risco não estavam todas identificadas com grupos de atuação treinados para agir rapidamente? Isso foi possível no município, porque o prefeito conseguiu um carro de som para avisar as pessoas sobre os riscos e não houve perdas humanas. Por que só lá? E para Eda: concordo com a senhora Eda, pois como alguns psicólogos, enfermeiros também não estão preparados para atuar em grandes situações de emergência, desastre e catástrofes, e não têm informações sobre os reais riscos. O que atender primeiro? Para onde encaminhar, quem organiza os dados, quem aciona os serviços? Depois tem uma pergunta do Leandro e outra da Lídia.

O Leandro, ele é professor da UFRR, doutorado na USP, é da Subsede de Taubaté e encaminha o seguinte: gostaria de parabenizar a professora Eda Tassara pela reflexão da dimensão do humano em contexto de globalização e gostaria que a professora comentasse que o espaço não é apenas superfície, a produção do espaço e no espaço recoloca resíduos ideopolíticos não percebidos no processo de reprodução do capital. Obrigado Leandro. E a Lídia Galindo, de São Paulo, encaminha: não posso deixar de manifestar a minha satisfação com as colocações brilhantes da professora Eda. Deixo para vocês essas respostas e as considerações finais.

Luiz Henrique:

"...muitas das regiões que foram atingidas nos sete municípios não eram áreas de risco, portanto, não estariam mapeadas em nenhum lugar".

Elenice, apesar de ter uma existência de quatro anos, nós ainda engatinhamos. O foco de trabalho da Rede de Cuidados não é fazer levantamento de áreas de risco, isso faz parte da Defesa Civil. O nosso é fazer resgate emocional. E assim, muitas das regiões que foram atingidas nos sete municípios não eram áreas de risco, portanto, não estariam mapeadas em nenhum lugar. A sua pergunta procede à medida que aponta na direção de a rede poder contribuir para prevenção de novas catástrofes.

Agradeço a todos a possibilidade de ter vindo apresentar o meu trabalho para vocês e dizer que através daquele e-mail fico disponível para trocar, conversar, auxiliar ou contribuir. Muito obrigado a todos, ao CRP SP.

Eda Terezinha:

"O que não é objetivo matemático é a definição da situação, porque eu não posso calcular o risco de uma situação se eu não tiver conhecimento profundo dessa situação"

As perguntas que foram feitas para mim necessitariam de mais tempo para as respostas. Mas digo que cálculo de risco é muito complexo e é óbvio que todos os vieses ideológicos dificultam o cálculo de risco. Porque é uma coisa objetiva, é matemático. O que não é objetivo matemático é a definição da situação, porque eu não posso calcular o risco de uma situação se eu não tiver conhecimento profundo dessa situação. E isto é muito difícil, por quê? Primeiro porque as pessoas precisariam de informações que, normalmente, não estão disponíveis. O poder público deveria fazer isto, mas não faz. Não faz por que? Não é só porque não funciona, não funciona porque não tem também esses dados analisados e tudo isso é complicado. Porque avaliação de risco é um cálculo de probabilidade e esse cálculo prevê em função de eventos. Porque para se calcular probabilidade, que é uma medida, um número que depende da observação. E essa depende do saber olhar. Se não se sabe que determinadas coisas são relevantes para calcular o risco, pode-se não calcu-

lar. Claro que há situações que são obviamente perigosas, aí não precisa tanto cálculo, basta olhar que já se vê que tem risco, mas não se tem poder para tirar as pessoas de lá. Então há outros limites. Reafirmo que calcular o risco é algo muito fácil desde que se tenha os elementos, e esses acredito que nem o poder público tem. Precisa-se fazer uma nova maneira de olhar as coisas e tudo isso faz parte do mesmo processo. Por isso é que nos frustramos ou porque não temos poder pelo conhecimento, ou pela política, então tem que saber quando é uma coisa e quando é outra. Avaliação de risco é isso.

A outra é sobre espaço, que é o grande elemento de disputa geopolítica. A governança mundial luta para influir sobre o espaço, qual vai

ser de um jeito, qual vai ser de outro, onde vai ter um domínio, onde vai ter outro, isso não é tão simples nem tão trivial que se defina mesmo nas mesas de quem comanda.

Muito obrigada. Desculpe se eu vim para confundir ao invés de esclarecer, como dizia Chacrinha. Mas é que eu sou uma pessoa muito preocupada com a conceituação das coisas e acho que sem isso não se avança, tem que conceituar para depois saber o que fazer. Obrigada.

Gustavo Sales: Em nome do CRP SP, agradeço ao Luiz Henrique de Sá e à professora Eda Tezozinha de Oliveira Tassara. Esse assunto muito nos interessa e a discussão foi tão boa que avançamos bastante o tempo. 🙏

Mesa/Painel: Experiências de Psicologia nas situações de emergências e desastres

Joari Carvalho

Conselheiro do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo – CRP SP; Coordenador do GTED (Grupo de Trabalho Emergências e Desastres) e psicólogo social da Secretaria Municipal de Promoção da Cidadania e Inclusão Social de Suzano – SP

Retomando do intervalo do evento, passo a palavra à componente do GT de Emergências e Desastres, Cecília Araújo Melo, que também trabalha na Defesa Civil do município de São Paulo. 🌍

Cecília Araújo Melo

Atua na Defesa Civil de São Paulo e é membro do Grupo de Trabalho de Emergências e Desastres GTED

Boa tarde a todos. A proposta dessa terceira mesa é o relato de experiências de Psicologia nas situações de emergência e desastres. Para isso vamos contar com a colaboração da professora Elaine Gomes, que é psicóloga, pesquisadora do Laboratório de Estudos sobre a Morte do IPUSP e é parceira com a Defesa Civil de Campinas, onde desenvolve um trabalho com os servidores. Ela abordará sobre o cuidado com os cuidadores, o trabalho que desenvolve com a equipe de Defesa Civil de Campinas.

Também vai participar dessa mesa Christian Coutinho. Ele é graduado em Psicologia e Comunicação Social com habilitação em Jornalismo; é 2º Tenente da Reserva do Exército Brasileiro e também atua como Chefe de Relações

Comunitárias e Cidadania da Defesa Civil do Município de Vinhedo, vinculada à Secretaria de Transportes e Segurança. Christian apresentará o relato de sua vivência e como ele entende a formação da Psicologia e a contribuição da experiência do psicólogo na área de Defesa Civil.

Ricardo Dias Erguelles, é médico veterinário e atua na Supervisão de Vigilância em Saúde na SUVIS na Prefeitura do Município de São Paulo e é especialista em Saúde Pública. Ele traz o relato da experiência de toda equipe de saúde na ocorrência de inundação do Jardim Romano, no Pantanal, na região de São Miguel Paulista. Relata a sua experiência junto com a equipe multidisciplinar da saúde naquela região. Agradeço a presença de todos desde já. Passo a palavra à professora Elaine. 🌍

Psicóloga, pesquisadora do Laboratório de Estudos sobre a Morte do IPUSP

"... mas é importante, muito importante cuidar de quem vai cuidar, de quem vai lidar com a cena, que, dependendo do desastre, é uma cena de horror"

Boa tarde. Agradeço o convite. Fiquei bastante feliz com o convite e com essa possibilidade de compartilhar. Eu estava comentando agora que é estranho falar de experiência, porque isso é uma construção, mas tem sido muito gratificante para nós. Faço parte do Laboratório de Estudos sobre a Morte do Instituto de Psicologia da USP, que é coordenado pela professora doutora Maria Júlia Kovács. E, em 2007, fomos contatados pelo diretor da Defesa Civil de Campinas, Sidney Fernandes, que nos pediu um curso para os profissionais da Defesa Civil. Organizamos um curso de um dia inteiro, que realizamos na USP. Foi muito interessante e bastante produtivo e, a partir de então, o Sidney Fernandes tem feito esse convite, pelo menos duas vezes por ano. E tenho ido a Campinas para trabalhar com a capacitação dos profissionais. Qual é a preocupação? Você lida com desastre, e nós estamos preocupados sim com a comunidade, com as pessoas que estão sofrendo com o entorno, mas é importante, muito importante cuidar de quem vai cuidar, de quem vai lidar com a cena, que, dependendo do desastre é uma cena de horror. E a pergunta é: será que todo mundo está preparado para enfrentar essa cena? Apresentarei um pouquinho disso para vocês e como se pode colaborar com a capacitação e com o preparo desses profissionais.

Trouxe o símbolo da Defesa Civil de Campinas porque essa é a primeira parceria e que foi a Defesa Civil que me colocou, claro, o significado. Mas, quando penso no significado me deixa mais responsável com relação a como cuidar dessas pessoas. A Defesa Civil quando trabalha uniformizada, ela veste a camisa no azul e no laranja e, nesse processo, ela se responsabiliza por esses símbolos. A base do triângulo é a segurança, estabilidade e o bem-estar social sob responsabilidade deles. Os lados como prevenção, e ação como as medidas fundamentais para manter a segurança da população, que é uma responsabilidade muito grande. E, junto com isso, a cor azul, que traz tranquilidade, equilíbrio, serenidade nas ações da Defesa Civil; e o laranja, que traz o calor humano e a solidariedade. Então, junto com o calor humano e serenidade, tem-se uma preocupação em cuidar da população e da comunidade na prevenção e na ação.

Isso é só uma utilização do slide cedido pelo Sidney Furtado, de Campinas, falando que a Defesa Civil então forma um conjunto de ações preventivas de socorro assistenciais e recuperativas destinadas a evitar ou minimizar os desastres, preservar o moral da população e restabelecer a normalidade social. Isso traz para o grupo um estresse o tempo todo. Isso já foi dito aqui: a Defesa Civil trabalha com a crise e permanece em crise o tempo todo.

"...a cor azul, que traz tranquilidade, equilíbrio, serenidade nas ações da Defesa Civil e o laranja, traz o calor humano e a solidariedade"

Primeiro, precisa cuidar, prevenir, organizar, proteger, prever muitas vezes, deixar que aquela comunidade esteja preparada para que o índice ou o resultado da emergência, da catástrofe, seja o mínimo possível em termos de cuidar dessa população para reduzir o risco.

Às vezes a enchente é iminente, o grupo está sendo colocado e avisado e é preciso trabalhar com essa população que vai cobrar se houve enchente e danos, vão querer saber por que não foi cuidado, por que não houve uma ação preventiva e é preciso pensar nessa ação preventiva de uma maneira comunitária, de uma maneira geral.

“...desenvolver maior compreensão e conscientização; fortalecer a preparação em desastres para resposta eficaz em todos os níveis”

E aí nós partimos do curso para esses profissionais através das áreas prioritárias que eles trazem de redução de risco dos desastres, que é a prioridade deles: conhecer o risco e adotar as medidas; desenvolver maior compreensão e conscientização; fortalecer a preparação em desastres para resposta eficaz em todos os níveis. Quando o Sidney nos procurou, ele disse o seguinte: “Em 2005, houve uma convenção em que os países foram convidados a reduzir e a minimizar o risco de desastres e proporcionar e promover a resiliência da comunidade e da população”. E o que ele trouxe como preocupação? A resiliência da população exigia o mesmo desses profissionais. E aí ele trazia a preocupação de cuidar e preparar esses profissionais para isso. E ele promove, busca palestras e simulados para aperfeiçoar a capacidade.

“A Defesa Civil não tem essa simpatia, porque não deixa os moradores entrarem em suas casas”

O nosso primeiro trabalho com eles foi anterior a um simulado em que eles teriam 15 mortos, onde viram a diferença de falar um pouco sobre a morte e do quanto eles lidam com o

acontecimento, e com o desastre e a tragédia, na diferença na ação dos simulados.

A Defesa Civil sempre precisa pensar no estresse, que sofre cobranças pela prevenção; durante o processo ele tem que atender a comunidade e depois a organização do caos. Ou seja, a Defesa Civil precisa de uma ação diferente de outros cuidadores. Por exemplo, cito os bombeiros. O bombeiro em uma ação de tragédia sai como herói. A Defesa Civil não tem essa simpatia, porque não deixa os moradores entrarem em suas casas. A Defesa Civil interdita as ruas, avisa que a casa vai ser demolida. E depois da ação, ainda tem que organizar o caos, quando também são cobrados. E eles têm também a responsabilidade com os abrigos. E os abrigos, além de pessoas, agora envolvem animais, porque eles perceberam que muitas pessoas não querem sair das suas casas e deixar os animais. A partir de então, eles passaram a ter um abrigo para os animais, ou seja, a responsabilidade vai aumentando.

“A mídia exerce uma influência muito grande sobre as pessoas. Se a comunidade cobra quando a mídia divulga, a tendência é que ela seja aumentada, inclusive, vai além da comunidade”

Novamente. Então quem faz a cobrança? A comunidade, as autoridades e a mídia. A mídia exerce uma influência muito grande sobre as pessoas. Se a comunidade cobra quando a mídia está cobrando, a tendência é que ela seja aumentada, inclusive, vai além da comunidade. O que eles colocam de importante para que cada um possa entender: qual é o papel do colete laranja naquele momento? Então, ele lida com a vulnerabilidade das pessoas. Eles pensam em estratégias gerais. E recebem e discutem estratégias gerais e eles colocam que precisam de uma diferente, voltada especificamente para a Defesa Civil, justamente porque ela trabalha antes, durante e depois. Ou seja, a crise é constante. Essa é a colocação do primeiro curso que fizemos com eles.

Eu fiz questão de deixar colocado ali, no slide, entre os escombros, a imagem de um corpo, porque essa não é uma imagem simples, não é? Não é uma imagem simples para a mídia e nem para eles que estão habituados.

"...a preocupação da Defesa Civil vai muito além do que podemos imaginar, trabalha exatamente não só com a tragédia de um modo geral, mas com a tragédia particular"

Toda vez que fazemos esse curso ou palestra, a pergunta é: "Como nós fazemos com os familiares? Posso permitir que o familiar entre na cena da tragédia? Posso permitir que o familiar assista ou veja o corpo? Como informo ao familiar o estado em que aquele corpo está?". Então, a preocupação da Defesa Civil vai muito além do que podemos imaginar, trabalha exatamente não só com a tragédia de um modo geral, mas com a tragédia particular.

"...temos riscos com violência porque o estresse faz com que o indivíduo perca a paciência, que o seu limite fique cada vez menor, então se começa a brigar em qualquer lugar..."

No caso do acidente da TAM, as pessoas queriam saber se os envolvidos tinham sofrido. Então, a Defesa Civil é abordada para saber se houve sofrimento anterior à morte. Por que cuidar então? Porque estas histórias, estas cobranças reverberam nesse profissional. Obviamente, teremos "burnout", que é o estresse do profissional de cuidado e teremos consequências graves com relação a isso. Não precisa dizer que existem afastamentos com síndrome do pânico, depressão; temos riscos com violência porque o estresse faz com que o indivíduo perca a paciência, que o seu limite fique cada vez menor, então se começa a brigar em qualquer lugar; aumenta o número de separações familiares, dificulta muito a relação familiar. Ou seja, se você não cuidar desse profissional, não teremos esse profissional em outras emergências. A cada emergência é preciso que haja um cuidado com ele.

Então esse foi o primeiro curso, totalmente voltado para essas questões. As palestras que eu faço com eles são todas voltadas para perdas, morte e luto.

"Eles trabalham em acampamentos e estão rodeados por crianças, pessoas famintas pedindo comida e água, pois sabem que têm, mas que não podem dar"

Em 2009 me foi solicitada uma palestra de morte e luto para a Tropa de Paz do Haiti e que também fica sob os cuidados da Defesa Civil cuidar dessas pessoas - que foi uma experiência fascinante porque o preparo parece que está presente -, mas eles não estão preparados para as perdas que podem ter, nem mesmo para as perdas que assistirão. Eles trabalham em acampamentos e estão rodeados por crianças, pessoas famintas pedindo comida e água, pois sabem que têm, mas que não podem dar. No terremoto, eles acham que não vão morrer, porque como é Tropa de Paz, saem com a certeza de que vão voltar seis meses depois. E existem todos os tipos de riscos, incluindo infecções. Mas com o terremoto, alguns deles realmente morreram e aí precisaram olhar para este não-retorno, esta não-volta para casa.

Em 2010, participei desse Curso de Gestão da Assistência Humanitária, pensando na perda e luto em abrigos de vítimas de tragédias, porque o abrigo também é uma situação muito peculiar, de muito desgaste e estresse. Não é só o momento de fazer a triagem, quem não precisa ir para o abrigo, mas quando estão no abrigo, como cuidar? Então várias famílias que vão morar juntas, de repente com um único banheiro para várias pessoas, e cada um com aquilo que conseguiu resgatar da vida. Todo mundo perdendo, todo mundo lidando com seus próprios lutos e, obviamente, que teremos outros problemas, como furtos e brigas (pois alguns pensam que dentro da perda e da dor é preciso que haja algum benefício ou ganho). É preciso então trabalhar não só a situação de abrigos, como foi colocado, pois a Psicologia na situação de abrigos é uma e a Psicologia com o pessoal que trabalha nos abrigos é outra, porque eles ficam completamente envolvidos por essa situação total de lamento.

Ainda em 2010, durante um curso para gestores da Defesa Civil, onde participaram 12 municípios, tendo como convidados o Corpo de Bombeiros, pessoas do Instituto Médico Legal (IML),

serviço funerário, entre outros. Nós falamos de enchentes e alguém perguntou sobre os acidentes aéreos, que são poucos, mas o grande problema que se coloca são os acidentes viários. Isso é uma demanda muito grande, existem muitos acidentes rodoviários com muitas perdas e isso a mídia não coloca, o que é bom, não é? Porque quando a mídia enaltece fica muito mais difícil trabalhar, porque a Defesa Civil também trabalha com a cobrança da mídia.

Existem algumas regras e leis que precisam ser cumpridas. Cito o exemplo do buraco do metrô, lembram-se? Quando ocorreu, a mídia imediatamente perguntava para as pessoas da Defesa Civil, que entrou para interditar o local, se havia gente dentro do buraco, quantos tinham, quem eram, se homens ou mulheres. E eu me lembro que ele dizia: "Nós não temos nenhuma informação". Por quê? A mídia insiste, mas existe uma lei, uma regra ética, que não se pode passar nenhuma informação enquanto um familiar não tiver sido informado, não tiver recebido a notícia. E aí a mídia também intervém e interfere, e esse é mais um ponto de estresse.

Ou seja, a Defesa Civil tem que trabalhar com a informação, com os bens, corpos, vidas e mortes, com os animais e alimentos.

A cobrança é muito grande e a exigência e as obrigações são muitas. É preciso que se pense para trabalhar com Defesa Civil uma Psicologia específica, embora os temas sejam os mesmos do nosso, que nós discutimos no Laboratório ou que sejam os mesmos no Corpo de Bombeiros, mas a Defesa Civil tem uma realidade diferente, é preciso olhar para isso, para que esses profissionais estejam fortes para enfrentar a situação. É claro que mesmo preparados, eles também podem ter algum problema durante a tragédia, lembrando sempre

que toda situação do outro nos remete à nossa própria situação. Muitas vezes você pode perder o equilíbrio em uma ação de tragédia.

E em 2011 fui convidada para participar do curso de formação de agentes da Defesa Civil de Campinas, que tem a profissão dos agentes. Foram convidados 17 municípios para participar da palestra morte e luto. E, de um modo geral, tanto durante e depois da palestra, eles colocam sobre a importância de se trabalhar com o tema, porque, embora trabalhem com a morte e com as perdas, ninguém fala disso. Ninguém fala explicitamente da morte, do luto e das perdas e é isso que trabalhamos com eles, inclusive, para que possam identificar neles o resultado disso. E depois dessa palestra com a Defesa Civil de Campinas, que isso eu já considero uma parceria, estou falando com o pessoal da Defesa de Campinas que está aqui, recebi um convite da Defesa Civil de Suzano e realizei neste ano a primeira palestra para Suzano.

Encerro pensando nisso: quando ele coloca o uniforme, ele está preocupado em cuidar, em garantir e, ao mesmo tempo, em enfrentar aquela situação. Fiz questão de trazer várias imagens porque todas essas imagens que vocês estão vendo, não passam ilesas por ninguém; você não assiste, não entra em uma cena dessa e sai dela ileso. Até essa que me chama atenção, no último curso em Campinas, foi falado sobre o cachorro e, além de todas as perdas que mexem, também mexe com eles o fato de que o cachorro não sai de perto do dono que morreu.

Então, as questões psíquicas que envolvem o profissional da Defesa Civil são grandes com relação ao cuidado deles, e se não estiverem preparados e cuidados, fica muito difícil entrar no dia a dia. Isso é mais caro porque envolve custos com afastamentos; a prevenção, ela está na frente. 🧠

Cecília Araújo Melo

Agradeço a Elaine pelas contribuições e passo a palavra ao Christian para que possa relatar a sua experiência na Defesa Civil de Vinhedo. 🧠

Graduado em Psicologia e Comunicação Social com habilitação em Jornalismo; 2º Tenente da Reserva do Exército Brasileiro, Chefe de Relações Comunitárias e Cidadania da Defesa Civil do Município de Vinhedo vinculada à Secretaria de Transportes e Segurança

“Quero passar a minha vivência como psicólogo dentro da Defesa Civil, que acho que está sendo construída ainda”

Boa tarde. Agradeço o convite. Estou muito feliz de estar aqui, porque eu tirei o meu CRP aqui e então jamais imaginaria participar de uma mesa de discussão no Conselho. Fico muito contente com isso. E é uma certa pressão também, porque eu percebo que tem muita gente que conhece muito sobre Defesa Civil aqui, tendo um dos principais experts em Defesa Civil no Brasil, que é o coordenador da Regional da Defesa Civil de Campinas, o senhor Sidney Furtado, a Valdira Santos, a Doutora Elaine, de quem já assisti muitas palestras e aprendi bastante sobre Defesa Civil, sobre o processo de luto. Está aqui também o capitão Katibe. São pessoas que conhecem muito o assunto.

Quando me fizeram o convite, pensei: “O que eu posso planejar?”. Pensei o seguinte: “Quero passar a minha vivência como psicólogo dentro da Defesa Civil, que acho que está sendo construída ainda”.

Primeiramente, acho que no inconsciente coletivo das pessoas fica a figura caricata do psicólogo esperando emergência: “Nossa! Tomara que tenha alguma emergência ou desastre para eu poder ser psicólogo, ajudar as pessoas”. E não é bem assim, porque quando vocês virem algumas pessoas correndo de colete azul e laranja é que alguma coisa não saiu completamente como fora planejado. Então, a Defesa Civil trabalha não aparecendo, por assim dizer.

O preventivo em Defesa Civil é muito importante e é assim que eu olho também o trabalho do psicólogo. Como é que eu entrei nessa? Eu tenho a minha abordagem cognitiva, mas adoro nas minhas horas de lazer, por assim dizer, estudar Jung, eu sou fã do Jung; então posso dizer que foi uma sincronicidade entrar em Defesa Civil e ser psicólogo.

Ainda no terceiro ano, havia aulas de fenomenologia, que eu adorava, com a mestre Sílvia Ancona Lopes, e eu comentava: “Puxa vida, estou aqui atendendo adultos, adolescentes, mas eu gosto daquela coisa densa, por assim dizer, meio aquele arame farpado”. O meu último estágio em Psicologia foi no Mário Gatti, um hospital da região de Campinas, e trabalhei em uma área que eu gostei demais, onde temos outra visão tanto da nossa vida quanto das teorias, que foi em Psico-oncologia.

Lá percebi o seguinte: que algumas vezes temos que conhecer todas as teorias e, de repente, jogar tudo fora momentaneamente, porque o primeiro contato que tive com uma situação densa de Psicologia, eu digo densa não porque eu faço a diferenciação de problemas, porque no meu consultório eu atendo da mesma forma, com a mesma seriedade um adolescente que perdeu a primeira namorada, acabou o namoro, e um paciente com tratamentos paliativos de câncer.

“...me segurou no braço e demonstrou que bastava eu estar do lado dele. Achei isso fundamental”

Eu acho que problema é problema, mas costume dizer que alguns são um pouco mais densos. Então, a primeira vez que me vi com alguma coisa profunda foi quando eu estava fazendo o atendimento de sala de espera nesse hospital (Mário Gatti) e era a primeira vez que teria um contato com alguém que estava esperando para ser atendido para fazer radioterapia. Então, dei aquela ensaiada, procurei imaginar assim: “O que vou falar para a pessoa, será que eu vou ser intrusivo, será que não vai ser legal?”. Aí eu pensei: “Posso falar que jamais vou conseguir me colocar totalmente no lugar dela, saber o que ela está sentindo, mas que eu tenho as ferramentas da Psicologia para poder ajudar no que for possível”. Cheguei e me aproximei de um senhor. Ele me olhou, e me apresentei, fiz esse diálogo que falei para vocês. O senhor levantou a cabeça e me mostrou que tinha feito justamente radioterapia, várias sessões na região da faringe, da laringe. Aí eu pensei: “Poxa, furo n’água, Christian. A primeira pessoa que você vai incomodar é a pessoa que justamente não pode falar”. Aí o que eu fiz? Eu fui me levantando, falei assim, “Estou à disposição, qualquer coisa que o senhor precisar de mim”; ele me segurou automaticamente assim no braço - me lembro como se fosse ontem -, me segurou no braço e demonstrou que bastava eu estar do lado dele. Achei isso fundamental. Eu não precisava ter uma grande abordagem, uma interferência fundamental de uma teoria fantástica, simplesmente aquela pessoa, aquele ser humano precisava, ele estava sem ninguém para acompanhá-lo, ele precisava de alguém ao seu lado e isso bastava. E eu percebi que isso em Defesa Civil também acontece: muitas vezes você tem que conhecer o teatro de operações e criar alguma coisa nova, por isso que acho importante o treinamento.

“...descobri que Defesa Civil não é você ser bombeiro, não é você ser socorrista, mas é você ter noções de todos esses aparatos”

Quando percebi que na cidade que moro atualmente estavam criando a Defesa Civil, resolvi conversar com as pessoas, em especial com o Secretário de Segurança, Toninho Falsarella, que abraçou muito bem a ideia. E o prefeito também gostou da ideia de fazer uma Defesa Civil. É obrigatório fazer, mas eles abraçaram a ideologia da coisa. E fui me colocando junto a essas pessoas e estudando Defesa Civil. Consegui fazer um curso excelente com a Regional de Campinas, que é o de formação de agente. Lá, des-

cobri que Defesa Civil não é você ser bombeiro, não é você ser socorrista, mas é você ter noções de todos esses aparatos. E conseguir fazer uma gestão, uma articulação com todas as outras Secretarias. Então, você tem que ter conhecimentos, por exemplo, o que é um SICOE, do que é a zona quente, até para sua própria segurança, para que não se torne uma vítima.

Com isso, não afirmo que todo psicólogo que for trabalhar com emergências tem que ser agente de Defesa Civil, não quero ir para esse lado; porém, alguma coisa a pessoa tem que saber. Por exemplo, se a pessoa está em uma situação de fogo no mato, onde tem casas próximas? Vi isso em treinamento, é impressionante como o vento transforma a situação. Tem um vídeo que vi nos Estados Unidos em que os bombeiros colocaram o seu carro de trabalho em uma zona quente, e em questões de segundos o vento mudou, a própria viatura do carro de bombeiros foi queimada. É impressionante como segundos podem fazer com que as pessoas morram. Esse tipo de treinamento para mim foi muito importante. Saber, por exemplo, que se ficarmos perto de um tesourão hidráulico, de repente, o cabo pode estourar, porque é uma pressão e ele é muito quente, podendo cortar sua perna. Tem-se que saber que se tiver que ajudar alguma pessoa - e isso todo cidadão deveria saber - é fazer um RCP. É saber algumas coisas para ter ideia de quando você pode atuar como psicólogo e quando tem que deixar as outras pessoas atuarem nas suas devidas áreas. Todos têm que ter o treinamento? Não. Mas é fundamental saber quando se vai atuar e quando não.

Com esse treinamento também, realizei alguns procedimentos de prevenção. Por exemplo, o que acho que é prevenção? Tem alguns cursos de requalificação, por exemplo, dos guardas municipais dos socorristas da minha cidade. O que eu faço? Tenho alguns slides e PowerPoint que mostro para eles como é que podem ter uma situação dessa. Suponhamos que houve um luto de uma família, como é que eles podem ter uma escuta especializada? Acho que você não precisa ser psicólogo formado para saber quando tem que falar com uma pessoa enlutada e quando você não tem que falar, não é isso? Qualquer profissional de socorro ou de saúde tem que saber quando interferir no diálogo de uma pessoa que está comentando sobre o paciente enlutado e quando não vai, além de tipo de expressões que pode usar e as que não pode usar. Quando você tem que chegar e falar para a pessoa não o que você acha que ela precisa ouvir, mas o que ela está podendo ouvir naquela situação, não é isso? Não adianta nada você chegar para uma pessoa enlutada e falar assim, “Não, vai ficar tudo bem”,

é a pior coisa que você pode falar, a pessoa sabe que não vai ficar tudo bem. Naquela situação não vai ficar nada bem. Esse tipo de prevenção utiliza a ferramenta da Psicologia para dar um novo olhar para aquelas pessoas que trabalham mais no *front* - bombeiros, socorristas, SAMU e guardas municipais.

E, partindo desse pressuposto, ouço dizer que existem ocorrências em que você tem que fazer as duas coisas. Saber que ficará responsável pela região da triagem. Fizemos, recentemente, um simulado de abrigo que foi muito interessante. Vimos que existe a área da triagem, que as pessoas têm que passar para saber se existem familiares próximos e que podem se reencontrar. Porque imagina assim: você perdeu sua casa, todos os seus móveis. É muito interessante. Parei para pensar, um dia que eu fiquei preocupado por achar que tinha perdido minha carteira. Imagina uma pessoa que perdeu a casa inteira, e se essa pessoa não souber pelo menos onde estão os seus familiares. Então, se o abrigo é muito pessoal, se você conseguir juntar os familiares dessa pessoa, ficará um pouquinho mais humano para eles. Então, tem a parte da triagem, da recreação para as crianças, a parte dos animais.

Aprende-se muita coisa nesses abrigos, inclusive quando temos que utilizar a ferramenta da Psicologia e como saber. Quando se está em uma situação de um desastre e emergência é interessante se ter um treinamento porque se tem um olhar clínico da situação. Então, você já imagina: "Puxa, é complicado não deixamos nunca de ser psicólogos" Não sei se alguém discorda de mim, mas nunca deixo de ser psicólogo, mesmo estando como agente de Defesa Civil, tenho um olhar clínico da situação, para saber quando posso ter minha abordagem de psicólogo.

O que mais que eu posso contar para vocês? Teve uma ocorrência em que precisamos tirar sete famílias, pois suas casas estavam em uma situação de risco, pois tínhamos os laudos dos engenheiros, geólogos indicando isso, e tivemos que retirar as famílias, e não é à força, mas no convencimento da pessoa, orientando que se ela ficar, estará colocando em risco sua própria vida e a vida dos filhos. E tem lugares que são impressionantes, parece que o engenheiro não fez o laudo corretamente no pas-

sado, que parece que David Copperfield, em passes de mágica, colocou aquela casa lá, porque não se acredita como que está de pé ainda. Quando se vai conversar com a pessoa, fica-se com receio de ficar na varanda, porque parece que tem cabo transparente de mágica. Então você fala: "Meu senhor, tem aqui o laudo", e vamos com uma equipe multidisciplinar, o assistente social diz para a pessoa onde que a pessoa vai. Também há uma pessoa responsável pelo guarda móvel. Se a pessoa não vai retirar os móveis da casa, a deixamos tranquila informando que vai ter uma ronda policial para evitar furtos. Vai a princípio um advogado falando assim, "Meu senhor, aqui está o instrumento legal, garantindo o direito à vida. Acredito que é melhor o senhor sair da casa". E quando acontece isso, também percebo um olhar de Psicologia que tem que ter nessa situação tão difícil de crise, que as pessoas estão vivendo de deixar o seu próprio lar.

Houve uma vez que percebi também que uma dessas pessoas, um desses moradores tinha um transtorno sério. E é difícil não imaginar que vamos chegar em uma casa e tem uma pessoa com transtorno mental; no caso, essa pessoa tinha um transtorno afetivo bipolar que percebi e ela frequentava o CAPS. Fiz um curso muito bom de psicofármacos no HC e, pelos medicamentos que a moradora tomava, percebi que tinha um transtorno sério. Então é importante você ser um psicólogo e também ter esse olhar para que tipo de demanda tem que ter essa pessoa que já tem um transtorno mental e que será retirada do único lugar familiar, mais humano que ela está, que é a casa dela.

Acho que tudo isso é um conhecimento que se pode construir junto. É um conhecimento que é pertinente à Psicologia sim. Temos que fincar o pé nessa região, mas, por outro lado, não deixar essa região de desastres, de emergências se transformar em um comércio, que é uma coisa muito complicada quando há desastres; há verba, donativos, formas de trabalhar. Então isso também temos que ver com muita seriedade e não deixar de lado a nossa ética de psicólogo.

Procurei fazer uma explanação não muito formal para vocês. Estou aberto a perguntas, tenho todo o prazer de responder. Muito obrigado. 🙏

Cecília Araújo Melo

Obrigada, Christian. Agora passamos a palavra para o Ricardo. 🙏

Ricardo Dias Erguelles

Médico Veterinário; Supervisão de Vigilância em Saúde (SUVIS) e Especialista em Saúde Pública/Prefeitura Municipal de São Paulo

Boa tarde. Meu nome é Ricardo, e vou conversar com vocês um pouco sobre a nossa experiência na área de São Miguel, do alagamento do Jardim Romano, e vocês podem perguntar.

Ações intersecretariais e intersetoriais para enfrentamento de situações de calamidade pública. No dia oito de dezembro de 2009, São Paulo teve uma forte chuva durante a tarde e à noite, que alagou toda a cidade. A região que teve alagamento vai da extensa área da várzea do rio Tietê à região leste do município de São Paulo. São Miguel foi muito atingida, principalmente no Distrito Administrativo (DA) Jardim Helena. Nessa área de alagamento foram afetados 11 bairros, uma população aproximada de 25 mil habitantes e uma área de cinco quilômetros de extensão. Então aqui esse contorno amarelo é toda a área que sofreu alagamento, inundação, foi uma situação bem crítica. São Paulo teve 58 pontos de alagamento no dia oito de dezembro. Aqui nós temos a Marginal Tietê, mais uma foto da Marginal Tietê, CEAGESP e aqui a área do Jardim Romano. Esse daqui é um bairro chamado Chácara Três Meninas; próximo às árvores é o contorno do rio e vocês percebem que ele literalmente tomou conta de todas as ruas. Aqui é o Jardim São Martinho. Isso foi um sobrevoo que nós fizemos com a subprefeitura para ter uma noção da situação com vista aérea. O CEU Três Pontes foi o único lugar que não sofreu alagamento, pois era mais alto. Aqui é uma área de CDHU e também foi alagada e essa rua aqui a mídia mostrava bastante, a Rua Capachós. Aí as crianças brincando na piscina do CEU, que virou o divertimento da população e que era a única área que não estava alagada. E dezembro, verão intenso, eles iam lá brincar, construíram pontes de madeira para ir passando por cima até esse CEU. Mais uma foto da região.

Tínhamos o problema e precisávamos ajudar essa população. Então, como ações iniciais a subprefeitura montou quatro tendas no Jardim Helena, Vila Aimoré, Vila Seabra e Jardim Romano. Nessas tendas nós tínhamos a Defesa Civil Estadual, Municipal, a Guarda Civil Metropolitana, Corpo de Bombeiros, Polícia Militar, Atendimento Médico de Emergência, o SAMU, a SABESP, Poupatempo e a SUVIS, que é a Supervisão de Vigilância em Saúde. A subprefeitura começou a fazer tentativas de drenagem dessa água do alagamento. Só que o que começamos a enfrentar? O leito do rio estava igual ao da rua, como íamos jogar água de novo para o rio? Não tinha o que jogar. Então, tentamos fazer a limpeza das áreas possíveis, e quando a água começou a retornar começamos a limpar as bocas-de-lobo. Só que não tinha muito o que fazer porque estava tudo alagado. O início do cadastro dessa população atingida e a remoção dessas famílias das áreas mais críticas. Para efetividade dessas ações tínhamos que ter um trabalho intersecretarial e intersetorial, então, o que fizemos? Montamos um comitê de enfrentamento da enchente, foi a subprefeitura de São Miguel com o subprefeito, chefe de gabinete, a Defesa Civil Municipal e Estadual, o Centro de Referência de Assistência Social de São Miguel, a Supervisão Técnica de Saúde, a Supervisão de Vigilância em Saúde, a Polícia Militar do Estado, a Coordenadoria Regional de Saúde, o Corpo de Bombeiros, a Coordenadoria de Educação, a Secretaria Estadual da Habitação e a SABESP. E esse comitê foi formado por quê? Tínhamos que ter ações rápidas, mesmo assim para dar respostas para a imprensa e muito mais para a população, porque tinham perdido tudo. Então essas ações nós programamos em ações emergenciais e estratégicas.

Uma ação emergencial. Foram criados seis abrigos, dos quais dois que realmente nós criamos e quatro foram escolas invadidas pela população. E entramos na questão que no abrigo temos que ter todo cuidado porque são famílias diferentes, cada uma com seu jeito, cada uma com o seu modo de vida, com poucos pertences. Ainda nesse contexto, começamos a enfrentar outro problema: os animais; como essa família ia levar esses animais para o abrigo? Mulher e filhos iam para os abrigos e o esposo ficava com o animal na casa porque não queria ir. Outra coisa que começamos a enfrentar é que eles não queriam abandonar suas casas para evitar roubos, então se teve muito jogo de cintura para conseguir fazer com que essa pessoa saísse da sua residência.

A retirada dos moradores da área inundada por parte do Corpo de Bombeiros e da Defesa Civil. Essa população queria sair da casa, alguém avisava os Bombeiros ou a Defesa Civil, que retiravam essa pessoa, levando-a para a área seca. Enfrentaram-se algumas coisas assim: alagou, estragou o remédio, muitos perderam receitas médicas. E que precisamos fazer? As UBS ficaram de prontidão, os AMA, as Assistências Médicas Ambulatoriais para, com intervenção médica, fornecer uma nova receita. Aos que possuíam a receita, pegava o medicamento na UBS, pois não podiam deixar de tomar o seu medicamento. O CRAS - Centro de Referência de Assistência Social - distribuiu 4.125 cestas básicas e 300 kits de limpeza (uma informação que não passei é que a inundação no Jardim Romano, na área do CEU, durou três meses; foi uma inundação extensa), 11.055 cobertores, 11.832 colchões. Aqui as tendas que funcionavam 24 horas com todos aqueles representantes: Bombeiros, Polícia, Guarda Civil Metropolitana, SAMU. Na imagem, é cada tenda em um bairro.

Tivemos a atuação dos agentes de zoonoses e deslocamento de 190 agentes comunitários de saúde, porque tínhamos que passar orientação para essas pessoas. Só que enfrentávamos um problema, como eu vou orientá-la a não entrar em contato com a água, se ela só tinha água na casa. Tivemos que mudar o foco da forma de orientar. Distribuições de folhetos com informações de limpeza, quando a água baixasse o volume; que tinha que evitar ao máximo entrar em contato com a água. Só que quando falávamos de evitar o contato ao máximo com água, a população quase nos batia.

Na realização desses procedimentos na ação: foram 19.921 visitas em toda essa área que mostrei no começo; 38.217 frascos de hipoclorito entregues para fazer a limpeza dos alimentos; 30.956 folhetos; 67.089 pessoas orientadas. E, para isso, tivemos alguns procedimentos, como a capacitação dos profissionais das UBS e das AMA na detecção precoce dos casos de leptospirose, porque a pessoa estava em contato com uma água de enchente; detecção de acidentes com animais peçonhentos; pois, como alagou, teve-se muitos casos de cobra, escorpião, aranha que começaram a sair e entrar nessas casas; desratização dos bueiros de áreas próximas às enchentes. O que enfrentamos?

“Tivemos que demolir essas casas. Quando baixou a água foi feita a limpeza das ruas e dos bueiros pela subprefeitura e nós fizemos essa desratização nos bueiros que estavam alagados, foram 3.048 bueiros vistoriados e 2.161 tratados”

Outro problema, os ratos saíram e começaram a migrar para a área que não estava alagada, então começamos a fazer desratização para frente, na área não alagada. Monitoramento dos casos de diarreia, estava todo mundo monitorando; inspeção e avaliação das condições higiênico-sanitárias de armazenamento dos alimentos nos comércios atingidos, teve comércio que foi atingido e não podíamos deixar esse alimento ser vendido para a população porque havia entrado em contato com água de enchente. A Vigilância Sanitária do município fez toda essa vistoria, essa inspeção e conscientização para esses estabelecimentos; monitoramento dessa água para consumo humano; realizávamos coletas de água periódica para saber se não aconteceu contaminação; como alagou tudo, ficamos com receio de alguma contaminação, mas não foi o caso, não tivemos esse problema no abastecimento. A SABESP montou um posto de distribuição de copo d'água, distribuindo 65 mil copos d'água, eram seis caminhões pipa, a população podia ir pegar a água, e 298.600 litros de cloro para limpeza. Assim, nessa tenda azul era a distribuição do cloro; até chegava a irritar o olho se você chegasse perto, de tanto cloro que estava sendo distribuído à população para fazer a limpeza das suas residências.

Houve o cadastramento dessa população atingida pela Secretaria Estadual; 3.417 famílias receberam aluguel social da prefeitura e 332 famílias foram removidas para apartamentos do CDHU. Uma coisa que enfrentamos foi a população não querer sair do local e muitos não foram nem para aluguel social e nem para CDHU, foram para casa de parentes. Tínhamos que convencê-las informando que muitas casas começaram a sofrer problemas na estrutura por causa da água, principalmente as que estavam mais próximas do rio. Tivemos que demolir essas casas.

“A população começou a ir embora, não muitos, mas abandonando os animais, deixando presos na residência. Precisamos ter jogo de cintura, e muita conversa com essa pessoa, se não quisesse mesmo, tentaríamos arranjar dono para esse animal...”

Quando baixou a água foi feita a limpeza das ruas e dos bueiros pela subprefeitura e nós fizemos essa desratização nos bueiros que estavam alagados, sendo 3.048 bueiros vistoriados e 2.161 tratados. Um Poupatempo móvel para fazer a segunda via dos documentos dessa população que perdeu tudo. Houve capacitação realizada pela SUVIS para as equipes de Defesa Civil, Corpo de Bombeiros, com trocas de experiência, uso correto da proteção; reunião com os líderes comunitários, chamamos a comunidade para ajudar com a orientação; realização de sorologia para dengue e leptospirose nesses casos suspeitos; ação de conscientização, a fim de reduzir o abandono de animais. A população começou a ir embora, não muitos, abandonando os animais, deixando presos na residência. Precisamos ter jogo de cintura, e muita conversa com essa pessoa, e se não quisesse mesmo, tentaríamos arranjar dono para esse animal, programamos um mutirão de castração e falávamos: “Leva ele castrado”, demos algumas alternativas, “leva ele castrado, vacinado, vermifugado”. Nós castramos 423 animais entre cães e gatos.

“Passamos lá a véspera de Natal, trabalhamos no Natal, esse ano não teve aquela coisa, “ah, é Natal”, não, estamos lá”.

Não houve nenhum registro de dengue nesse local. Criamos instrumentos de avaliação de área, foi uma coisa nova para todo mundo, todo dia tínhamos planilhas, quantos casos chegaram à unidade, quantos atendimentos foram realizados, quantos hipocloritos entregues, quantos folhetos entregues, tínhamos que correr atrás de alguma consulta específica de médico, estávamos sempre nessa integração, nessa rede para atender esses casos.

O comitê possibilitou articulação de setores públicos da Sociedade Civil para repostas rápidas; estabeleceu uma rede fundamentada na organização de estratégias no compromisso e na solidariedade. Passamos lá a véspera de Natal, trabalhamos no Natal, esse ano não teve aquela coisa, “ah, é Natal”, não, estamos lá. A água não baixou porque era Natal e voltou, e depois baixou; no Ano Novo ela continuou.

O comitê permitiu estabelecer um fluxo de trabalho e esse comitê se reunia diariamente para ver o que poderia melhorar, o que cada um estava fazendo, permitia uma estruturação do plano de combate a desastres no município, fortalecendo mais esse plano. Concluindo, essas ações continuam na região, a conscientização da população, muitas pessoas foram retiradas, muitas casas sofreram desfazimento; houve a construção do dique e do piscinão nessa área do Jardim Romano; ações preventivas, a supervisão de vigilância faz ações, as UBS fazem ações com a população e a capacitação das equipes locais.

O que eu pedi para vocês verem naquela foto: aqui é o CEU, estava alagado, esse aqui é o piscinão que foi construído e aqui em torno de toda área foi construído um dique de contenção. Esse dique tem aproximadamente uns quatro metros de altura. Neste ano teve uma chuva forte no dia dez de janeiro, dez, onze, teve alagamento, não nessa área, um pouco mais para frente, mas foi bem menor esse alagamento porque o piscinão reteve bastante água. Esse alagamento durou alguns dias, quatro dias só e não teve muitas famílias atingidas; mas tínhamos esse comitê formado, então, quando vimos que alagou, tudo entrou de novo em ação. Obrigada. 🙏

“Como fica o profissional quando vocês determinam que aquela casa não tem condições de se ficar mais, como fica aquele profissional com aquela máquina monstruosa para derrubar, destruir aquela casa para que eles não retornem?”

Cecília Araújo: Agradeço a participação do Ricardo. E embora ele não tenha formação em Psicologia, não podemos perder de vista que o psicólogo, à medida que se propõe a trabalhar na situação de emergência de desastre, tem que ter esse olhar para poder, nesses comitês intersetoriais e interdisciplinares, ter esse olhar específico que o Christian colocou, que a Elaine colocou. Eu, enquanto psicólogo, posso contribuir nestes comitês com o saber que é específico da nossa formação.

Nós temos alguns minutos ainda, então vou abrir no mesmo procedimento que seguiram as outras mesas, as perguntas de quatro inscritos no máximo. Vou pedir que os palestrantes tomem nota, que serão respondidas todas ao final dessa primeira rodada. E, em seguida vamos abrir, se houver perguntas para os telespectadores da Web. Já temos um inscrito. Seu nome? Vilma. Pedimos a todos que vocês se identifiquem e aguardem o microfone chegar para que possam ser ouvidos.

Vilma: Boa tarde. Christian, diretamente para você, mas Elaine também não vai escapar da pergunta. Como fica o profissional quando vocês determinam que aquela casa não tem condições de se ficar mais, como fica aquele profissional com aquela máquina monstruosa para derrubar, destruir aquela casa para que eles não retornem à casa? Psicologicamente perguntando, como eles ficam? Porque é uma perda para a família, é uma perda para ele, porque ele está destruindo algo que era uma residência, era um lar. Como ele fica? Esta é minha pergunta. Muito obrigada.

Homem: Surgiu uma dúvida agora que eu estou estudando muito gerontologia, cuidado com o idoso. Como ficam nos abrigos as pessoas idosas,

aquelas que geralmente dentro da própria casa mal conseguem cuidar de si mesmos, como é feito o atendimento para essa população?

“E o mesmo às vezes ocorre no abrigo, por mais que seja um abrigo provisório, às vezes ela ali tem muito mais coisas do que ela tinha dentro da própria moradia”

Mulher: Uma das experiências que temos é que às vezes quando uma pessoa carente financeiramente fica internada, geralmente para ter alta é muito difícil, porque às vezes ela não vai ter a atenção, higiene e alimentação que ela tem no hospital. E o mesmo às vezes ocorre no abrigo, por mais que seja um abrigo provisório, às vezes ela ali tem muito mais coisas do que ela tinha dentro da própria moradia. Então, como vocês veem até a questão da resistência, porque é difícil ir para o abrigo, mas muitas vezes é difícil sair desse abrigo. Então, como vocês, sendo líderes, trabalham isso?

“Eu estou mais interessado em saber quais foram os desafios enfrentados, que tipo de lição gerou, que tipo de mudanças ocasionou”

Ranieri: Boa noite. Meu nome é Ranieri, eu trabalho na ONG Visão Mundial e já liderei alguns processos de emergência no Estado de São Paulo,

Santa Catarina e Pernambuco e queria fazer uma pergunta para o Ricardo. Primeiro eu queria parabenizar esse tipo de descrição do que aconteceu da atividade feita, mas é o mesmo conteúdo que você ouviria dos vizinhos em Santa Catarina ou em Barreiros, em Pernambuco, sobre o que a Prefeitura, em parceria com a Defesa Civil, articulou nos locais. Eu estou mais interessado em saber quais foram os desafios enfrentados, que tipo de lição gerou, que tipo de mudanças ocasionou. Porque os relatos são interessantes a despeito do enfrentamento de uma situação que provoque uma transformação, uma mudança; então, melhorou a qualidade da relação entre vocês e a comunidade, coisas simples, básicas, o que mudou em vocês enquanto instituição?

Cecília Araújo: Vocês podem responder. Escolham a ordem.

“Você está totalmente munido de informações, sabe que o correto é fazer aquilo, psicologicamente isso te tranquiliza”

Christian Coutinho: Muito obrigado pelas perguntas. Primeiro eu vou responder para a Vilma, que perguntou como fica psicologicamente o profissional que, entre aspas, destrói o lar da pessoa. Primeiramente existe uma diferença legal, existe o conceito da inviolabilidade do lar, que a princípio o lar é inviolável; mas existe um preceito que é muito maior do que esse, constitucionalmente, que é o direito à vida. Então, quando você está com uma pessoa capacitada, munida de um laudo, precisa retirar a família porque eles vão perder suas vidas, evidentemente que você vê as prioridades. É muito difícil você ver uma família chorando, saindo da casa, procurando pegar nas mãos simplesmente aquilo que é mais importante, de vez em quando até fotos. Mas quando você tem condições de colocar um radar, nós temos radares muito bons na UNESP, é possível pôr um radar e saber quantos milímetros de chuva virão de acordo com o pluviômetro, e, provavelmente, naquele dia específico você vê no radar a célula da chuva se encaminhando próximo à cidade, você tem que retirar as famílias próximas da região. Você sabe mais ou menos até que dia pode cair aquela casa. Você está totalmente munido de informações, sabe que o correto é fazer aquilo, psicologicamente isso tranquiliza

você. Pelo menos eu estou dizendo da minha parte, com os outros profissionais eu procuro também fazer com que entendam que fizeram o melhor para o direito à vida daquela família. Foi respondido? Tem a questão do abrigo para idosos. Para quem seria a pergunta?

“E nós como psicólogos sabemos o quanto isso pode ajudar e cooperar com a saúde deles, a saúde emocional, mental, desses profissionais, porque uma cena hoje com uma casa que é derrubada, outra cena amanhã e outra, chega um momento em que ele não vai aguentar”

Elaine Gomes: Antes de passar para a próxima eu queria responder, complementar. Apesar de todo esse preparo, é óbvio que não é simples e que não vai pegar todo profissional, mas em um ou outro pode pegar e ele vai levar essa experiência de derrubar a casa. Tem até um relato de uma pessoa que abandona o caminhão e não derruba o barraco. Uma das propostas que nós colocamos e que é preciso ser estudada e pensada em como isso entra na estrutura da Defesa Civil, é que após uma tragédia, após uma situação que exige muito dos seus profissionais, que seja possível uma roda de discussão; não será possível com todos ao mesmo tempo, mas dentro da possibilidade para que cada um possa falar do efeito daquela ação daquela imagem em si próprio. E nós como psicólogos sabemos o quanto isso pode ajudar e cooperar com a saúde deles, a saúde emocional, mental, desses profissionais, porque uma cena hoje com uma casa que é derrubada, outra cena amanhã e outra, chega um momento que ele não vai aguentar. Então esse é um cuidado que eu considero importante que lá no Laboratório orientamos todo mundo.

“Pessoa que foi obrigada a abandonar temporária ou definitivamente a sua habitação em função de evacuações preventivas, destruição ou avaria grave decorrente do desastre e que não necessariamente carece de abrigo provido pelo sistema”

Christian Coutinho: Então mais alguma dúvida sobre esse tema? A segunda pergunta, abrigo para idosos. No próprio simulado que fizemos semana passada, se der tempo até mostro as fotos, percebemos que no abrigo existe um local específico para idosos e também para deficientes. Existe um cuidado para saber que tipo de demanda cada pessoa tem quando é retirada do lar. E vale uma colocação também; existe uma grande diferença entre pessoas desalojadas e pessoas desabrigadas. Eu vou até ler a definição para vocês, fica mais fácil de entender.

“Existem documentos da Defesa Civil que precisamos conhecer muito bem, é o AVADAN, o NOPRED”.

Pessoa desalojada: “Pessoa que foi obrigada a abandonar temporária ou definitivamente a sua habitação em função de evacuações preventivas, destruição ou avaria grave decorrente do desastre e que não necessariamente carece de abrigo provido pelo sistema”. Já o desabrigado: “Desabrigado é a pessoa cuja habitação foi afetada por dano ou ameaça de dano e que necessita de abrigo provido pelo sistema”. Por que existe essa diferença? Existem documentos da Defesa Civil que precisamos conhecer muito bem, é o AVADAN, o NOPRED. O desalojado, necessariamente não carece de abrigo. Para muitas vezes fazemos guarda-móveis e a pessoa pode ir para casa de parentes; isso facilita um pouco mais a familiaridade também. Mais alguma coisa?

Homem: No caso dos idosos quando estão no abrigo, eles encontram outros idosos que estão ali naquele meio, muitas vezes vivem isolados nas suas casas, eles não têm contato, no caso daquela cidade ficaram três meses ali. Já juntando com outra pergunta, não cria uma resistência? Ele não quer voltar para a casa dele, ele quer ficar ali, quer continuar entre as amizades que fez ali. Tem esse público, já emendando outra pergunta que não quer sair, que quer continuar no abrigo?

“Totalmente cruel falar isso acho que não é por aí, pensar assim, “ah, a pessoa não vai sair do abrigo”, acho que aquele abrigo tem que ser, naquele momento crucial crítico de emergência, ele é para todos”

Christian Coutinho: Eu já li uma coisa que é cruel e eu não concordo com isso, que existe o seguinte preceito de que se você tem lá no abrigo os colchões, o lençolzinho, aí dizem o seguinte, “se você der travesseiro a pessoa não sai”. Totalmente cruel falar isso, acho que não é por aí, pensar assim, “ah, a pessoa não vai sair do abrigo”, acho que aquele abrigo tem que ser, naquele momento crucial crítico de emergência, ele é para todos. Então pensar se a pessoa vai sair ou não é um segundo estágio, primeiramente temos que proporcionar abrigo para aquelas pessoas e fazer com que a vida delas fique menos invadida pela emergência ou por aquele desastre. No caso dos idosos sabemos que existem pessoas capacitadas, assistentes sociais, da promoção social que sabem lidar com a demanda dos idosos.

Ricardo Dias Erguelles: Lá na região dos abrigos quatro foram escolas e a situação durou até março e em fevereiro teoricamente começariam as aulas. Os alunos foram remanejados para outras escolas até que todos os abrigos foram esvaziados.

“Uma das coisas que eu aprendi na Defesa Civil é que no abrigo é preciso prever um tempo para que ele deixe de existir, porque senão nós teremos outro problema, que é outra comunidade que se forma dentro do dele”

Elaine Gomes: Eu queria também falar um pouquinho disso, com relação aos idosos e aos deficientes, deve-se ter a preocupação de que eles estejam instalados junto com as suas famílias. Nesse momento essas famílias também vão ficar separadas de outras pessoas, e a questão do abrigamento é sempre uma questão de muita fragilidade, tanto para quem coordena como para quem está presente. Ao mesmo tempo, o abrigamento também traz uma segurança, de alguma maneira, ele vai ter ali a alimentação, a água garantida, que depois da reconstrução da casa não vai ter. Então, não é possível dizer que sempre existirá, mas é preciso pensar sim em se trabalhar com a resistência das pessoas para se colocar. Uma das coisas que eu aprendi na Defesa Civil é que no abrigo é preciso prever um tempo para que ele deixe de existir, porque senão nós teremos outro problema, que é outra comunidade que se forma dentro dele.

No caso de escolas, principalmente, você precisa, porque tivemos nessas enchentes escolas que não foram reabertas para os alunos porque ficaram como abrigos; isso nos traz outro problema.

Ricardo Dias Erguelles: o que vemos como um ponto positivo dessa ação que gerou para nós. Primeiro, nós nos unimos mais, todas as Secretarias, Subprefeitura, Saúde, Educação, todo dia fazendo reunião e montamos um plano para isso, o plano de enfrentamento. Tanto que esse ano teve uma enchente menor, já estava todo mundo interligado, porque durante o ano sempre se conversou, trocando e-mails, experiências, isso foi muito valioso, essa integração que nós tivemos.

“É muito importante é a capacitação das pessoas que vão trabalhar com isso, sejam psicólogos, assistentes sociais, os próprios agentes da Defesa Civil, eu acho que importante é você ir para o local sabendo o que você vai encontrar, porque muitas vezes você pode ir para um local querendo ajudar e se transformar em vítima”

Cecília Araújo: Obrigada. Tem muitas questões sobre abrigo. Só para conhecimento, no material que está na página do GTED, do Grupo de Emergência e Desastre, há um manual de abrigos para quem se interessar e quiser conhecer mais, ele foi elaborado pela Defesa Civil do Rio de Janeiro. O *link* está disponível para quem quiser fazer o *download* (www.crpssp.org.br/emergencias).

As perguntas da internet, mais uma vez temos a participação da Elenice, de Assis. Ela parabeniza a Elaine e o Christian pela clareza nas colocações e também o Ricardo, dizendo que fica feliz com a evolução da melhoria do atendimento à população alagada em São Paulo, pois ela trabalhou como enfermeira por quatro anos na Secretaria do Bem-Estar Social na zona norte em uma situação com pouca organização, e fica feliz com essa evolução e coloca uma questão. Embora nossa cidade, se referindo a Assis, não seja palco de grandes crises, gostaria de saber se já há trabalho desse tipo, mencionado por vocês, Christian e Elaine, trabalho de capacitação para os profissionais das diversas

áreas que atuam na Defesa Civil. Eu peço que vocês respondam se têm conhecimento desse tipo de trabalho e aproveitem já para as considerações finais de vocês.

“Para encerrar mesmo, quero dizer que nós como psicólogos temos a obrigação de trabalhar no sentido de diminuir a angústia das pessoas, e eu desconheço lugares em que existem mais angústia, mais tristeza, mais desolação do que em uma situação de emergência e desastre”

Christian Coutinho: Eu não tenho conhecimento específico da cidade de Assis. Gostaria até que, se desse tempo, ela mandasse mais informações para passarmos para pessoas que possam ir a essa cidade fazer a capacitação das pessoas que vão trabalhar com Defesa Civil ou com atendimento psicológico.

Fico muito feliz pelo CRP fazer esses debates, eu acho muito importante pensarmos em Defesa Civil, que é algo que no século XXI deve ser muito bem pensado. E muito importante é a capacitação das pessoas que vão trabalhar com isso, sejam psicólogos, assistentes sociais, os próprios agentes da Defesa Civil, eu acho que importante é você ir para o local sabendo o que você vai encontrar, porque muitas vezes você pode ir para um local querendo ajudar e se transformar em vítima. Por isso que a capacitação, se eu fosse defender alguma bandeira aqui, seria essa.

Para encerrar mesmo, quero dizer que nós, como psicólogos temos a obrigação de trabalhar no sentido de diminuir a angústia das pessoas, e eu desconheço lugares em que existem mais angústia, mais tristeza, mais desolação do que em uma situação de emergência e desastre. Por isso vale a pena investirmos nesse campo novo, com novas ideias, novas construções, novas cabeças e muita motivação. Muito obrigado a todos. Até a próxima.

Elaine Gomes: Bem, com relação à Defesa Civil de Assis eu também não tenho conhecimento, mas tenho a impressão que esse trabalho, com relação à parceria que se realiza como nós, do Laboratório, tenho impressão de que está começando, já começou com a Defesa Civil de Campinas, a Defesa Ci-

vil de Suzano se interessou, então me parece que isso está sendo construído também. É o início, fica o convite para a Defesa Civil de Assis, que possa se integrar a essa rede.

Eu queria também agradecer o convite para estar aqui. Na verdade, eu aprendo muito cada vez que eu participo, sou eu quem ganha e por isso eu agradeço. Enquanto o CRP se volta para essas questões da Psicologia das emergências, nós estamos dizendo que a Psicologia está mudando todos os dias, e a cada minuto nós temos uma nova área para olhar. Bom que as pessoas estão olhando, bom que o CRP está olhando porque a partir desta emergência nós já vimos aqui quantas áreas da Psicologia surgiram. Muito obrigada.

Ricardo Dias Erguelles: Eu gostaria de agradecer o convite. Dizer que eu aprendi muito hoje também aqui com vocês, sou médico veterinário, aprendi bastante nas mesas. Qualquer coisa é só entrar em contato que estamos aí para ajudar. Obrigado.

“São atividades que tem a ver com a discussão desse campo que a Psicologia já vem ocupando há bastante tempo, fazer uma avaliação de como estamos inseridos, quais são os critérios, os procedimentos que temos adotado, quais são as principais referências e o que se é necessário atualizar...”

Cecília Araújo: Agradeço à Elaine, ao Christian e ao Ricardo mais uma vez por terem aceitado o convite do Conselho, pelas contribuições e peço ao Joari que faça o encerramento do evento, desde já agradecendo mais uma vez a participação de todos.

Joari Carvalho: antes de finalizar quero comentar alguns detalhes importantes. Além das subseções de Assis e do Vale do Paraíba que ti-

veram grupos reunidos para assistir e interagir conosco, tivemos 73 pontos conectados, que pode ser mais de uma pessoa assistindo o Seminário pela internet, e pode estar em qualquer ponto do território, do planeta, lembrando as falas da professora Eda, estamos vivendo nesta etapa da globalização. A quem aproveito para agradecer e a vocês todos que permaneceram aqui, estamos agora encerrando essa atividade e nada melhor do que encerrar uma atividade convidando para outra, porque o processo da discussão da nossa categoria continua.

“...acho valioso ressaltar que essa é a estrutura que nós psicólogos mantemos aqui no Estado de São Paulo, fazemos questão de destacar que há uma qualidade bastante grande dos servidores que contribuem para a nossa Psicologia do Estado de São Paulo funcionar”

Agradeço novamente a participação de todos vocês, em especial aos trabalhadores do Conselho de Psicologia, que mais uma vez contribuíram com competência e bastante eficiência, às vezes compensando as nossas próprias falhas como organizadores do evento, pois como conselheiros não estamos o tempo todo à disposição. Gosto e acho valioso ressaltar que essa é a estrutura que nós psicólogos mantemos aqui no Estado de São Paulo, fazemos questão de destacar que há uma qualidade bastante grande dos servidores que contribuem para a nossa Psicologia do Estado de São Paulo funcionar. Obrigado a todos vocês que participaram, aos convidados das outras mesas que ainda permanecem aqui. E lembrando que esse material vai ficar disponível na internet, a gravação, as apresentações também ficarão disponíveis para nós e, posteriormente, as transcrições se tornarão um caderno temático, terá material impresso também. 🌱

2º Seminário Estadual de Psicologia em Situações de Emergências e Desastres

Joari Carvalho

Conselheiro do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo – CRP SP; Coordenador do GTED (Grupo de Trabalho Emergências e Desastres) e psicólogo social da Secretaria Municipal de Promoção da Cidadania e Inclusão Social de Suzano – SP

Bom dia a todos, bom dia a todas. Meu nome é Joari Carvalho, faço parte do núcleo sobre emergências e desastres do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo. Nós vamos iniciar nosso 2º Seminário sobre Psicologia em Emergências e Desastres. Antes nós vamos apresentar uma produção do Conselho Regional de Psicologia que faz parte do TV Diversidade, uma parte trata sobre a questão da Psicologia em emergências e desastres. É um vídeo de 15 minutos para nós iniciarmos aquecendo a nossa reflexão, nosso conhecimento sobre a temática e aí vamos iniciar efetivamente o Seminário com a mesa de abertura e os debates. Bem-vindos e bem-vindas, espero que tenhamos um bom dia de imersão nessa temática que é ao mesmo tempo tão triste, pode levar à tristeza, mas ao mesmo tempo, tão encantadora por estarmos defendendo a vida, sobretudo quando tratamos dessas discussões. Então vamos assistir ao vídeo.

[Vídeo]

Bom dia novamente. Vamos retomar os trabalhos. Vocês assistiram a um episódio, uma parte de uma das nossas edições do TV Diversidade que é uma produção de comunicação do Conselho Regional de Psicologia. Existe um conjunto de mais de 80 conteúdos neste programa TV Diversidade, inclusive um sobre emergências e desastres mais antigo, e esse produzido entre o final do ano passado e lançado neste ano, atualizando esse debate sobre a presença da Psicologia nesse campo dos desastres. Esperamos cada vez menos existência de desastres, mas melhores respostas e a prevenção deles. Mas faço o convite para que vocês possam assistir, divulguem esses e outros conteúdos, esse em particular porque tem a ver com a temática do que estamos tratando hoje.

Vou compor a mesa de abertura. Para quem não estava presente quando iniciamos vou só repetir, meu nome é Joari Carvalho, sou profissional de Psicologia, atuante na Política de Assistência Social em Suzano, componho o núcleo sobre emergências e desastres e queria fazer uma menção aos colegas Reginaldo, Dafne, Elaine, Cecília e Sandra que estão presentes; valorizo muito a participação de vocês, também como o Daniel que participou, não tem vindo tanto às reuniões, mas participou do vídeo e outros colegas como a Ana Cecília, que não está presente, talvez chegue na parte da tarde, para as oficinas, mas são pessoas que têm se dedicado dentro dessa gestão do Conselho de Psicologia ajudando a formular, fazer debates, representar o Conselho, representar a categoria da Psicologia nesses debates sobre as situações de emergências e desastres, da Política de Proteção e Defesa Civil. Faço um agradecimento muito especial a vocês.

Vamos compor a mesa com José Agnaldo Gomes, conselheiro secretário do Conselho Regional de Psicologia, que estará representando a direção do CRP em São Paulo. Convidar à mesa Simone Ferreira da Silva Domingues, que é Doutora em Educação e Psicologia em Educação pela PUC de São Paulo, professora titular, coordenadora do curso de Psicologia e membro aqui do programa de mestrado em Políticas Sociais da Universidade Cruzeiro do Sul, tendo experiência em Psicologia do desenvolvimento e avaliação psicológica (aqui já vai um agradecimento muito caloroso do Núcleo de Emergências e Desastres à casa que nos recebe hoje aqui tão bem). Elaine Cristina Cruz, que representa aqui a Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social, que está na coordenação da Coordenadoria de Atendimento Permanente e

Emergência, o CAPE, representando aqui a gestão municipal da Assistência Social, muito agradecido pela resposta e a participação aqui na abertura.

Nós vamos ter uma saudação inicial e, em seguida, vamos passar à outra mesa que é a do debate temático sobre o Seminário. Só para lembrar, temos ainda no período da tarde um conjunto de oficinas temáticas com um tema que não é tão direcionado só a psicólogos e psicólogas, como a lo-

gística humanitária, mas a presença de psicólogos e psicólogas é muito importante. Por isso convidamos o CEPED aqui de São Paulo, da USP, para colaborar com essa temática quanto à presença notória na ação humanitária, com o Márcio que chegou agora pouco. Já temos um conteúdo, somos, como a professora Maria Helena comentou no vídeo, reconhecidos profissionais de colaboração e de ação nessas situações. Passo a palavra ao Agnaldo para fazer as suas considerações iniciais. 🌐

José Agnaldo Gomes

Conselheiro Secretário do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo – CRP SP.

“Hoje há a necessidade de se pensar uma nova organização das sociedades que possibilite o surgimento de mecanismos de autoproteção social e melhor aproveitamento dos recursos públicos na prevenção de desastres e no estabelecimento de modos alternativos de obter respostas às necessidades de locomoção, habitação e alimentação e ainda na atenção às populações afetadas”

Obrigado, Joari. Senhoras e senhores, eu gostaria de saudá-los com um caloroso bom dia a todas e todos, um agradecimento especial à UNICSUL, aqui representada pela Simone. Lembrando que hoje, 15 de outubro, dia do professor, da professora, hoje esta casa aqui nos abriga também com esses profissionais. Um agradecimento especial para a Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social, aqui representada pela Elaine. Eu componho a diretoria nessa gestão do Conselho Regional de Psicologia do Estado de São Paulo. Como saudação pensei em algumas palavras para ajudar na abertura deste evento. Gostaria de parabenizar as iniciativas desse coletivo inspiradas pelo Núcleo de Emergências e Desastres do CRP São Paulo, que já conta com a segunda edição deste seminário, com reflexões acumuladas sobre uma discussão necessária.

Colocamos na cena do debate questões que atravessam o nosso cotidiano e que têm suas implicações sobre a vida, como vocês viram no que foi exposto aqui no vídeo apresentado. Hoje há a necessidade de se pensar uma nova organização das sociedades que possibilite o surgimento de mecanismos de autoproteção social e melhor aproveitamento dos recursos públicos na

“Não advogamos o fortalecimento da indústria dos seguros, mas uma razão política e humanitária que nos permita propor prevenção daquilo que parece imprevisível, porque a imprevisibilidade só vale uma vez, mas não deve se tornar um mantra de surpresa esperada”

prevenção de desastres, no estabelecimento de modos alternativos de obter respostas às necessidades de locomoção, habitação e alimentação e ainda na atenção às populações afetadas. Não advogamos o fortalecimento da indústria dos seguros, mas uma razão política e humanitária que nos permita propor prevenção daquilo que parece imprevisível, porque a imprevisibilidade só vale uma vez, mas não deve se tornar um mantra de surpresa esperada.

Como vocês viram no vídeo, sabe-se quando as chuvas chegarão, está na marca, marcado na parede onde foi a inundação neste ano, só para ficar no exemplo; não vale mais o mantra da surpresa esperada. Nas situações que caracterizam emergências e desastres também se revelam as simetrias sociais. Diante da dor previsível do outro resta a nós a ação ou a indiferença. Talvez nos termos da pesquisadora e estudiosa Agnes Heller, de Budapeste, “sentir é estar implicado em algo por mais indeterminado que seja, é estar presente. É o fato constitutivo, estrutural, inerente do atuar, do pensar e do criar”.

Este Seminário Estadual de Psicologia, que estabelece interlocução com outras áreas do conhecimento e outros protagonistas poderá, e assim desejamos, fornecer subsídios para ações na redução de riscos e desastres e ações que subsidiem Políticas Públicas. Parabenizo mais uma vez a organização do evento, desejo a todos e todas um bom dia de trabalho. 🌱

Doutorado e mestrado em Educação (Psicologia da Educação) pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Professora titular; coordenadora do curso de Psicologia e membro do Programa de mestrado em Políticas Sociais da Universidade Cruzeiro do Sul. Experiência na área de Psicologia do Desenvolvimento e Avaliação Psicológica.

Obrigada. Bom dia a todos. Agradeço a presença de todos aqui, para nós da universidade é uma grande alegria estar recebendo vocês, todas as pessoas que estão interessadas em discutir um tema tão importante. Agradeço ao Conselho por ter escolhido esta casa e, principalmente, agradeço também a vinda de vocês aqui em nome da pró-reitora e da reitoria.

Eu fiquei muito surpresa e muito agradecida quando fui procurada pelo Sérgio com a proposta de sediarmos este evento, primeiro por que eu acredito que a universidade seja um espaço muito importante para discussões como esta. Muitas vezes temos discussões na área da Psicologia, principalmente discussões em áreas tão novas como essa, que muitas vezes não chegam aos bancos da universidade, ficam distantes da universidade justamente onde tem que ter o agente, aquele que vai fazer o psicólogo, vai fazer o futuro agente, precisa se formar para isso, precisa ser capacitado e perguntamos como ele vai se capacitar, temos oportunidade de trazer para dentro da universidade as discussões a respeito do que uma área está construindo.

Eu fico muito feliz porque nós tivemos a oportunidade de discutir esse tema em uma disciplina que se chama "práticas profissionais". É óbvio que, quando discutimos isso, não discutimos com tanta propriedade, da forma como vocês que vieram ao evento e as pessoas que aqui estão nos trarão informações importantes da forma de atuação.

Eu vejo assim, na formação do psicólogo, nós procurando estágios e lugares onde o aluno possa atuar. E justamente isso, como fazer em uma área tão nova, como atuar? Como ser psicólogo em uma situação de prevenção e não só na situação onde está ocorrendo o evento, mas na prevenção dele. Nós temos a unidade em São Miguel, participamos bastante desses problemas das pessoas que viveram e vivem lá no Pantanal. O importante para que esses alunos possam atuar, fazer estágios nesses espaços é saber como chegar nessa população, de que forma o psicólogo pode atuar, para que ele seja efetivo na sua participação. E eu vejo a Psicologia com essa cara tão linda, no sentido de que realmente ela tem muito para fazer.

Então quando olhamos esse vídeo, fala dessas pessoas, vemos uma Psicologia realmente ativa, psicólogos que podem, de fato, se formarem para atuar em um campo tão importante e tão necessário. Para nós aqui, não só como coordenadora, mas principalmente como psicóloga, eu fico muito feliz por estar recebendo vocês, pessoal do Conselho, e recebendo a todos os profissionais que vieram debater esse tema e dar oportunidade não só para mim que vou ter a oportunidade de participar também, ouvir e aprender com vocês, mas os alunos que vieram, os profissionais de Psicologia também que se inscreveram e estão aqui. Obrigada mais uma vez, sejam bem acolhidos aqui nesta casa. Obrigada. 🍷

Agnaldo: Passamos a palavra agora para Elaine. Por favor, para a sua saudação

"E eu vejo a Psicologia com essa cara tão linda, no sentido de que realmente ela tem muito para fazer"

Elaine Cristina da Cruz

Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social -
Coordenadoria de Atendimento Permanente e Emergência - CAPE.

65

Bom dia a todos os presentes. Primeiramente, eu gostaria de agradecer à Simone Domingues por estar nos recepcionando para a discussão deste tema; ao José Agnaldo e ao Joari do CRP pela dedicação e receptividade conosco aqui. Eu gostaria, em nome da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social, de agradecer o convite para participar dessa iniciativa de fortalecimento das políticas públicas à redução de riscos e desastres, como também ao atendimento às populações atingidas por emergências ou calamidades públicas. Trago uma saudação da Sra. Luciana Temer, Secretária Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social - SMADS.

“Esses registros são repassados aos órgãos envolvidos, conforme o caso com dois objetivos, agilizar a atuação do poder público e favorecer a transmissão de informações para a população e para os órgãos de imprensa”

Sou Elaine Cristina, psicóloga de formação e estou à frente da Coordenadoria de Atendimento Permanente em Emergência, CAPE. O atendimento às situações de emergência e calamidades públicas, em âmbito nacional, estadual e municipal, compete à Defesa Civil. Na cidade de São Paulo, ela está subordinada à Secretaria Municipal de Coordenação das subprefeituras e sua atuação se dá de forma cooperativa para propiciar a segurança, estabilidade e bem-estar, tanto de forma preventiva quanto nas ações de enfrentamento às

situações apresentadas. A Defesa Civil, através do Centro de Controle Operacional Integrado, CCOI, monitora as ocorrências na cidade de São Paulo 24 horas por dia, a partir de informações registradas tanto por sua equipe quanto as repassadas por outros órgãos, como Corpo de Bombeiros, Companhia de Engenharia de Tráfegos - CET, São Paulo Transportes - SPTRANS, Guarda Civil Metropolitana - GCM, Centro de Gerenciamento de Emergências - CGE, dentre outros. Esses registros são repassados aos órgãos envolvidos, conforme o caso com dois objetivos, agilizar a atuação do poder público e favorecer a transmissão de informações para a população e para os órgãos de imprensa. São exemplos de situações emergenciais, alagamentos, inundações, desabamentos, incêndios, solapamentos, quedas de árvores, buracos nas vias, dentre outras situações críticas.

“São ofertados cobertores, colchões, cestas básicas, kits de higiene e limpeza para que as famílias possam reorganizar-se provisoriamente mesmo em casa de parentes ou vizinhos”

Quando a Defesa Civil identifica uma situação emergencial em que indivíduos e famílias tenham tido perdas parciais ou totais de moradias, objetos ou utensílios pessoais, encontrando-se desalojados, ela aciona a Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social para ofertar as atenções e provisões materiais conforme as necessidades detectadas. De segunda a sexta-feira,

das 8h às 18h, o atendimento social emergencial é realizado sob a responsabilidade das Supervisões de Assistência Social, SAS, e/ou os Centros de Referência de Assistência Social, CRAS, do território atingido. De segunda a sexta-feira, das 18h às 8h ou 24 horas, nos finais de semana e feriados o atendimento social emergencial compete à CAPE.

Os indivíduos e famílias atingidas são encaminhados para atendimento em um ponto de refúgio para cadastramento e é verificado como se dará o alojamento, considerando a impossibilidade momentânea ou definitiva de retorno à moradia atingida. São ofertados cobertores, colchões,

cestas básicas, kits de higiene e limpeza para que as famílias possam reorganizar-se provisoriamente, mesmo em casa de parentes ou vizinhos. Por vezes, conforme a gravidade da emergência e a existência de desabrigados, há a necessidade de instalar um alojamento emergencial em um espaço público definido pelo subprefeito, uma escola ou um centro esportivo, por exemplo, e esse alojamento funciona por até 30 dias. A população atendida é acompanhada pelo CRAS e/ou demais serviços para outros atendimentos e acesso a outras políticas. Essa foi uma breve introdução para situá-los quanto ao atendimento socioassistencial de emergência aqui na cidade de São Paulo. 🌍

Agnaldo

Obrigado mais uma vez à Elaine e à Simone essa breve introdução, já nos entusiasma para aquilo que virá hoje como uma promessa efetivada para o dia todo.

“Só respondemos ao mundo, as demandas a partir das respostas que nós podemos dar...”

É muito importante, destaco mais uma vez essa possibilidade também que temos de ampliar o nosso repertório sobre determinado tema, de criar intimidade com ele, e a Psicologia gosta disso, de criar intimidade onde ela deve atuar, com as pessoas que sofrem, padecem dessas adversidades, algumas esperadas e outras não. Quais são as respostas, os repertórios que temos.

“Mais uma vez recupero Agnes Heller, “sentir é estar implicado em algo”

Mais uma vez destaco a importância deste 2º Seminário, porque vai alargando também a nossa compreensão sobre o que se pretende discutir hoje. Só respondemos ao mundo, as demandas a partir das respostas que nós podemos dar, respostas que se nós observarmos a desconstrução da própria palavra, está embutido ali também o conceito de responsabilidade, separa a partícula res, res-ponsabilidade, é a habilidade para responder algo, responsabilidade, habilidade para responder algo. Mais uma vez recupero Agnes Heller, “sentir é estar implicado em algo” e nós não só somos convocados, somos intimados também a dar respostas e, por isso, a importância deste encontro.

Seguindo um pouco o rito e o procedimento, nós vamos desfazer a mesa, o Joari deve permanecer aqui porque ele vai coordenar a mesa a seguir. Agradeço a todos e todas, Simone, Elaine e um bom dia de trabalho. 🌍

Mesa redonda: As contribuições da Psicologia para as políticas públicas na gestão dos riscos e desastres

Joari Carvalho

Conselheiro do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo – CRP SP; Coordenador do GTED (Grupo de Trabalho Emergências e Desastres) e psicólogo social da Secretaria Municipal de Promoção da Cidadania e Inclusão Social de Suzano – SP

Vou aproveitar essa transição para falar sobre uma atividade muito importante da atual gestão do Conselho Regional de Psicologia que é a nossa campanha “Psicologia todo dia em todo lugar”. É um pouquinho por esse motivo que estamos aqui hoje. Seguindo essa ideia que temos tentado circular o máximo possível no território, fazer os debates do Conselho Regional, não só concentrados lá na Rua Arruda Alvim 89, mas ir, principalmente, onde a categoria está se formando, onde está atuando. Mas também queremos saber de todo lugar o que está sendo feito todo dia. Para isso, nós temos recebido vídeos das práticas, dos profissionais, das profissionais de Psicologia contando o que eles estão fazendo nas mais diversas formas de atuação. Também estamos recebendo vídeos das pessoas que são atendidas pelos serviços psicológicos, pelos profissionais e de estudantes; acho que temos bastante estudantes, vocês estão todas e todos convidados a também dizer, como o vídeo vai mostrar, o que a Psicologia pode contribuir com a formação, para a atuação de vocês para uma sociedade mais democrática e igualitária. Temos um vídeo explicando mais detalhadamente isso para vocês, faço um convite para que participem desse momento, é uma campanha que está atravessando a nossa gestão. No último dia 27, não sei se vocês puderam participar, nós já reunimos um conjunto de pessoas que apresentaram vídeos, fizeram debate, esse material agora está na última etapa que é fazer as caravanas, é o Conselho indo até os lugares onde as pessoas que postaram os vídeos estão praticando a Psicologia, ouvir mais detalhadamente, vamos produzir um portfólio ao final dessa campanha toda para mostrar a cara da Psicologia aqui no Estado de São Paulo.

Está feito o convite. Estou sentindo falta de vídeos sobre nossa atuação nas situações de emergências e desastres, seria muito bom, muito importante falarmos o que temos feito nessa área. Então, colegas, não só colegas que atuam com a Política de Defesa Civil tipicamente, mas os colegas que estão na saúde, que estão na Assistência Social, outras áreas, ou que tenham participação em alguma das inúmeras instituições que fazem assistência humanitária, participem, contribuam, falando sobre o que têm praticado da Psicologia para a democracia e igualdade aqui no Estado de São Paulo, e com isso vamos construir esse perfil vivo da Psicologia em São Paulo.

Quero dizer algumas palavrinhas brevemente antes de compor a mesa. Eu acho que é superimportante agradecer aos trabalhadores e às trabalhadoras do Conselho, sempre gosto de fazer isso neste momento, não só no final, porque são vocês que viabilizam os trabalhos, viabilizam a nossa realização; Sérgio, Marisa, os colegas que estão lá no fundo que receberam vocês, então é um trabalho de vários meses até se conseguir realizar um evento, desde os contatos das pessoas que são chamadas a falar, a recepção das inscrições, os colegas que estão nos bastidores montando a página, a todas essas trabalhadoras e trabalhadores, sem vocês nós não realizamos essas atividades. Costumo até brincar, se não atrapalharmos vocês realizam, às vezes somos nós que damos trabalho para vocês. Muito obrigado novamente, eu queria pedir aplausos para vocês, nós costumamos sempre receber muitos elogios pela nossa organização, como disse, por causa de vocês que emprestam esse saber para nós, para nossa categoria neste momento.

"... mas efetivamente de 2010 para 2011 quando fomos acometidos por diversas demandas relacionadas ao excesso de chuvas ou ao nosso despreparo para enfrentar as chuvas, nós tivemos de colaborar com a sociedade em vários debates sobre o atendimento às pessoas".

Feito isso, também quero fazer um breve histórico do nosso Núcleo sobre Emergências e Desastres. Esse núcleo, ele está funcionando dentro dessa gestão que começou em 2013. Mas essa história não começou em 2013 dentro do Conselho Regional de Psicologia, já há alguns anos havia uma intenção de se criar um debate, um grupo de trabalho ou algo similar, mais efetivamente de 2010 para 2011, quando fomos acometidos por diversas demandas relacionadas ao excesso de chuvas ou ao nosso despreparo para enfrentar as chuvas, nós tivemos de colaborar com a sociedade em vários debates sobre o atendimento às pessoas.

Naquela ocasião, junto com o Conselho Federal de Psicologia, realizamos diversas oficinas preparatórias proporcionais que estavam pedindo apoio das várias áreas de atuação, não só diretamente da Defesa Civil, mas colegas que queriam atuar como voluntários e voluntárias sendo psicólogos e psicólogas. Não é só chegar lá e fazer, não é assim, é bem mais que isso. Mas também os colegas da rede de saúde, das redes de assistência social, colegas que estão nas forças de segurança, nas políticas públicas de segurança, da área habitacional, pediam um apoio para dentro das faculdades de como orientar muitos estudantes querendo participar dessas situações, para que se faça uma prestação de serviços com qualidade, que saiba exatamente onde está se inserindo. Naquela ocasião se inaugurou uma instância de debate e foi constituído um grupo de trabalho, realizamos essas oficinas. Além das oficinas foi realizado um trabalho junto com o Núcleo de Saúde do Conselho em relação à Semana da Luta Antimanicomial em 2011, participamos do debate que eu aqui vou identificar, se a nossa rede de saúde mental está preparada para essas situações de emergências de desastres. Já é uma dificuldade para a população em geral, existe alguma especificidade, alguma demanda mais particular das pes-

soas que são atendidas nas nossas redes de saúde mental? Existe. Então como fazer? Às vezes até o próprio CAPS, a rede de saúde é afetada nessas situações, então como garantir a atenção a essas pessoas, por exemplo.

Ainda em 2011 nós realizamos o 1º Seminário que reuniu pesquisadores, pessoas que estavam no campo, na prática também. Esse Seminário teve o título "Psicologia em Emergências e Desastres, Atualidades e Perspectivas". Foi o 1º Seminário, precisávamos nos atualizar sobre esse campo.

"Então tem uma política mais integral e integrada a outras políticas públicas, não ser somente um conjunto de pessoas que é chamada a atuar naquele momento, no momento do desastre"

E realizamos também participação em outras atividades, participamos da 1ª Conferência de Defesa Civil em 2010, levando propostas junto com outros Conselhos Regionais de Psicologia, Conselho Federal à época. Essa Conferência foi muito importante porque ela influenciou naquilo que a Cecília falou sobre termos uma lei criando a Política Nacional já de Proteção e Defesa Civil. Essa palavrinha é muito importante porque deixamos de falar somente das respostas, de estarmos organizados para responder ao desastre, mas também inclui as práticas de prevenção, as práticas de preparação para os desastres e depois também as práticas de reconstrução destas vidas e desses locais afetados pelos desastres. Então tem uma política mais integral e integrada a outras políticas públicas, não ser somente um conjunto de pessoas que é chamado a atuar naquele momento, no momento do desastre.

Como a Elaine comentou, precisa ter uma ação permanente e essas pessoas precisam estar preparadas para atuar nessas situações, não podemos depender dos improvisos, das gambiarras; "MacGyver" só é bom no seriado da televisão, nessas horas não é muito bom depender dele. Já nessa gestão, retomamos esse debate na perspectiva da nucleação que a gestão atual propôs e é permanente, não foi somente uma tarefa a ser realizada e concluída ali, há um núcleo que acompanha toda a gestão, até setembro do ano que vem quando

encerra a nossa gestão do Conselho Regional de Psicologia esse núcleo continua funcionando. Para a próxima gestão podemos continuar esse debate e, convido todos aqui a participarem dos debates que vão direcionar a profissão na próxima gestão, essa é uma instância desta gestão.

Nesta gestão eu até fiquei bastante contente porque não paramos de refletir sobre o que temos já reproduzido nesta configuração do núcleo, nós temos praticado uma atividade que são as nossas reuniões abertas, a cada três meses em geral, desde o ano passado, nós temos feito reuniões no Conselho Regional, inclusive, com transmissão, fica tudo gravado, depois quem quiser assistir pela internet, baixar, multiplicar, pode ficar à vontade que é isso mesmo que queremos.

Esses eventos trataram do panorama nacional sobre a Psicologia nas emergências e desastres. Agora em junho tratamos também da falta de água como calamidade pública, o que a Psicologia tem a ver com isso que foi em março deste ano. No ano passado o tema foi "Refletindo sobre Emergências e Desastres". Nessas reuniões, nós geralmente chamamos uma pessoa e fazemos um formato de uma roda de conversa e é uma reunião do núcleo, entre uma reunião e outra aberta nós temos reuniões mais executivas para organizar as nossas tarefas, responder alguma demanda, algumas solicitações que são feitas ao Conselho Regional.

Também contribuimos para o Seminário de Políticas Públicas neste ano, pois fomos chamados a falar sobre essa questão que está nos afetando bastante, que é um desastre crônico e invisível em alguns lugares e aqui em São Paulo também estamos enfrentando, com debate que foi a mesa "Falta de água, Impactos na Subjetividade Humana e as Responsabilidades das Políticas Públicas". Trouxemos colegas, uma da Paraíba, e colegas do movimento Aliança pela Água para nos explicar um pouco melhor o que está acontecendo e para pensar como a Psicologia pode contribuir, qual é a nossa responsabilidade com tudo isso.

Ano passado nós participamos da 2ª Conferência de Proteção e Defesa Civil, realizando uma Conferência livre, levantamos propostas, tivemos, inclusive, uma oportunidade a convite da organização da Conferência Nacional de indicar uma pessoa para ser delegado e acabamos indicando uma pessoa que é uma liderança comunitária. Optamos por ela porque já tínhamos oportunidade de alguns

"Já que temos uma perspectiva de legislação dizendo ser necessário ter no plano de contingências do município o atendimento psicológico, tem de prever isso, não pode fazer gambiarra, não pode chamar o MacGyver para atender as pessoas, tem que estar preparado".

colegas psicólogos participando como delegados, eleitos na Conferência Estadual, então decidimos por valorizar a participação da sociedade. Como foi uma Conferência livre estávamos entendendo que a voz da sociedade precisava estar mais presente na Conferência e por isso indicamos um representante da sociedade civil. Essa Conferência aconteceu ano passado em Brasília e colocou as perspectivas de estruturação melhor dessa política nacional já depois dessa lei de 2012, que é a lei que dá segurança jurídica para a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil.

Também contribuimos para alguns debates da própria Psicologia em dois momentos: ano passado participamos do Congresso Brasileiro da Psicologia, promovendo uma atividade que foi o Simpósio Magno, "Psicologia em Situações de Emergências e Desastres e a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil". Não sei se alguém aqui participou do Congresso, mas estávamos lá, tivemos um debate bastante interessante, gente de vários lugares do país participando dessa atividade.

Neste ano participamos do 10º Encontro Nacional da Associação Brasileira de Ensino de Psicologia, junto com o Conselho Regional de Santa Catarina, CR12, em uma mesa redonda sobre a Psicologia nas emergências e desastres e a formação de psicólogas e psicólogos.

Até chegarmos a este 2º Seminário cujo tema é "As Contribuições Para as Políticas Públicas na Redução de Riscos e Desastres". Temos pensado na perspectiva de abrir o leque e trazer, como vocês verão aqui no debate, uma perspectiva multi e interdisciplinar e no período da tarde as oficinas também, não tratando somente da Psicologia em si nas situações de emergências e desastres, mas vários aspectos das emergências e desastres e como a Psicologia pode estar e deve estar nessas situações.

"...como que a nossa política nacional tem ou não se preparado para subsidiar os municípios nos seus planejamentos para contingências relacionadas a desastres".

No período da tarde teremos a necessária reflexão sobre a perspectiva da saúde, já que temos uma perspectiva de legislação dizendo ser necessário ter no plano de contingências do município o atendimento psicológico, tem de prever isso, não pode fazer gambiarra, não pode chamar o MacGyver para atender as pessoas, tem que estar preparado. Aí a pergunta, os nossos municípios estão se preparando para isso ou estão esperando acontecer? Essa é uma questão. A questão da parte da Assistência Social, então provavelmente, Elaine, a maioria dos municípios não tem essa organização que vocês têm aqui em São Paulo historicamente. Precisamos compartilhar esses saberes e teremos à tarde oficina aqui com os colegas pesquisadores da Federal de São Carlos, que têm debatido esse tema da responsabilidade da Política de Assistência Social.

Teremos também a discussão das ações humanitárias, contando com a contribuição do Márcio, que tem uma trajetória longa, conhecimento de uma experiência riquíssima sobre tantos conflitos humanitários, as questões dos grandes desastres que estão para além do território nacional. E a Psicologia está presente de uma forma ou de outra e as contribuições que pretendemos compartilhar, contando com o apoio aqui dele, serão valiosíssimas para ampliarmos e entendermos um pouco mais a dimensão que tem cada vez mais atraído profissionais da área para atuar nessas situações.

"Como está esse debate sobre a mobilização social, das comunidades, dos bairros que é onde acontece o desastre?"

Teremos também a discussão da logística humanitária, já que não é uma questão simples, como eu disse, não dá para chamar o bendito do MacGyver, precisamos nos preparar. Esse cenário

é supercomplexo, existem várias pessoas, várias instituições, tem as demandas das próprias pessoas afetadas, os próprios atores que estão atuando também são afetados pelos desastres. Este debate é bastante necessário para saber como é que a Psicologia está nesse cenário, em que locais, momentos, saber organizar isso nos ajuda, a saber melhor quais seriam as posições estratégicas para nós nesse cenário todo.

E, sobretudo, e aqui contando com a colega que estará na mesa também pela manhã, a mobilização social. Como está esse debate sobre a mobilização social, das comunidades, dos bairros que é onde acontece o desastre. Estão preparados, não estão, conhecem os seus riscos, não conhecem, como está a articulação com as políticas públicas, então, esta oficina tratará disso.

Este é um resumo até agora, dos trabalhos do núcleo sobre emergências e desastres, então tudo isso aconteceu a muitas mãos. Temos participado dos debates também; a Sandra participou recentemente de um que já tem umas tarefas para encaminharmos em relação aos Seminários Nacionais sobre saúde em situações de desastres, um seminário que tem acontecido todo ano e temos algumas perspectivas para contribuir, nessa questão da legislação, como que é a nossa política nacional tem ou não se preparado para subsidiar os municípios nos seus planejamentos para contingências relacionadas a desastres. É isso o resumo do núcleo. Vocês estão convidados a participar das próximas reuniões abertas que continuarão, a agenda deve sair no final do ano, começo do ano que vem e contribuições podem ser feitas. Temos uma fichinha de avaliação, sugestões sobre outros temas, sobre o funcionamento, também serão muito bem-vindos.

Quero compor a mesa para vocês saberem de onde estamos falando, começarmos a história daqui por diante. Chamo à mesa para falar sobre o tema "Contribuições da Psicologia para as Políticas Públicas na Gestão de Riscos e Desastres", abordando a questão da Sociologia dos desastres e ajuda humanitária, Mariana Siena, que é bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Federal de São Carlos, mestre e doutora pelo programa de pós-graduação e Sociologia da Universidade Federal de São Carlos; foi pesquisadora por dez anos no Núcleo de Estudos e Pesquisas Sociais em Desastres, NEPED, vinculado ao Departamento de Sociologia da Universidade Federal de São

Carlos (UFSCar) e é integrante do grupo de pesquisa Sociedade e Recursos Hídricos; professora de Sociologia e Filosofia do Instituto Atlântico de Ensino; tem experiência na área de Sociologia com ênfase na Sociologia dos desastres atuando, principalmente, nos seguintes temas: atenção social, abrigos temporários e cidadania. Muito obrigado, Mariana, por estar aqui atendendo nosso chamado.

Convido também nossa convidada que vai tratar da gestão de riscos e desastres na área de saúde, Gabriela Marques Di Giulio, que é professora, doutora do Departamento de Saúde Ambiental da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo (USP); doutora em Ambiente e Sociedade pela Universidade Estadual de Campinas; mestre em Política Científica e Tecnológica pelo Instituto de Geociências da Unicamp; especializada em Jornalismo Científico pela Unicamp e graduada em Comunicação Social pela UNESP; ela tem as suas áreas de interesse em relação ao ambiente e sociedade, ciência e comunicação, riscos e incerte-

zas de comunicação, percepção e governança de risco. Muito obrigado por atender o nosso chamado e o nosso convite, Gabriela.

Maria dos Anjos Pires, liderança comunitária da região da cidade de São Paulo e fundadora do Grupo de Amigos Fé e Luz. Muito prazer e muito grato pela disposição da senhora estar conosco hoje.

Convidaremos também para debater essas contribuições que serão apresentadas, Janaína Furtado, que possui graduação em Psicologia pela Universidade Federal de Santa Catarina e é mestre em Psicologia Social pela mesma Universidade; coordenadora de projetos em redução de riscos e desastres do CEPED, da Universidade Federal de Santa Catarina, desde 2008. Muito grato também a você, Janaína, que terá essa tarefa de costurar o nosso debate a partir da Psicologia.

Passo a palavra para a Mariana Siena. 🌍

Sociologia dos Desastres e Ajuda Humanitária

Mariana Siena

Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Federal de São Carlos, mestre e doutora pelo programa de pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos; foi pesquisadora por dez anos no Núcleo de Estudos e Pesquisas Sociais em Desastres, NEPED, vinculado ao Departamento de Sociologia da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), integrante do grupo de pesquisa Sociedade e Recursos Hídricos; professora de Sociologia e Filosofia do Instituto Atlântico de Ensino; tem experiência na área de Sociologia, com ênfase na Sociologia dos desastres, atuando, principalmente, nos seguintes temas: atenção social, abrigos temporários e cidadania.

Primeiro eu preciso falar para o Sérgio que ele não precisa passar a apresentação. Por 20 minutos eu acho melhor eu não pegar essa apresentação. Até porque esse vídeo que foi passado no início, esses 15 minutos me fizeram mudar muitas coisas do que eu iria dizer, gostei muito do vídeo, uma iniciativa muito bacana de vocês.

“O que sempre nos preocupou foi a definição de desastre que passava por esses órgãos públicos e definiam a sua atuação, essa relação entre teoria e prática, o que era o desastre para a Defesa Civil, e para os órgãos das pequenas cidades, quando eu falo, principalmente, da Assistência Social, o que era o desastre e como definir a atuação”

Eu gostaria de agradecer o convite do Conselho Regional, é a segunda vez que participo de um evento junto a vocês e acho a iniciativa sempre muito importante, de debater os desastres. Desejo um bom dia de muito aprendizado para todos nós hoje.

Tenho um histórico na área de análise e pesquisa de situação de desastre desde o início da minha graduação, das bolsas de treinamentos na universidade, da iniciação científica, minha monografia, depois minha dissertação e a minha tese toda na área.

Sempre o que me chamou atenção, desde os primeiros campos que eu realizei na cidade de São Carlos e depois no Rio de Janeiro, nas tragédias

de 2007-2011, em Santa Catarina em 2008... Nosso grupo foi muito atuante, sempre esteve muito presente, primeiro a convite da própria Secretaria Nacional de Defesa Civil, antes dela se tornar Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil nós estávamos lá presentes; depois pelo próprio Conselho Federal de Psicologia, fomos a convite do gabinete da presidência da República no primeiro governo Dilma e no último governo Lula, a fazer monitoramentos daquilo que, do ponto de vista das Ciências Humanas, principalmente das Ciências Sociais, olhando a Sociologia, como estava o atendimento a essas pessoas, como era a interação da instituição Defesa Civil com os afetados.

“É a partir desta definição que nós da Sociologia vamos analisar o desastre”.

O que sempre nos preocupou foi a definição de desastre que passava por esses órgãos públicos e definiam a sua atuação, essa relação entre teoria e prática, o que era o desastre para a Defesa Civil e para os órgãos das pequenas cidades, quando eu falo, principalmente, da Assistência Social, o que era o desastre e como definir a atuação. Isso nos preocupava muito e aí fizemos vários estudos nesse sentido. Hoje o que eu quero trazer para vocês nessa mesa redonda é a definição da Sociologia, o que ela considera que é o desastre.

No vídeo vimos uma pessoa do Corpo de Bombeiros falando o que é, mas nós na Sociologia estamos criando esse campo novo aqui no Brasil, um campo já com certo histórico internacional,

mas no Brasil muito novo, e eu posso dizer que o núcleo do qual eu fiz parte foi pioneiro nisso, ele vai dizer que o desastre é um fenômeno social, é desastre porque acontece com pessoas. O acontecimento físico vai afetar um espaço, um território composto por pessoas. É a partir dessa definição que nós da Sociologia vamos analisar o desastre. De forma alguma nós permitimos a conceituação de desastre como natural, nós desnaturalizamos os desastres, eles não são naturais, até porque um desastre sempre vai implicar duas crises principais, a crise aguda, que se manifesta assim, que tem acontecimento físico, e a crise crônica de um país estruturalmente desigual.

“A culpabilização da vítima é a primeira coisa que enfrentamos desde o início dos anos 2000, tentamos um novo discurso para que não vissemos os órgãos, inclusive os responsáveis para atuação nesse momento, como o órgão de Defesa Civil, culpabilizando a vítima...”

O dia de chuva, por exemplo, se eu focar na enchente, ele só mostra o que um dia de sol às vezes acoberta e que não conseguimos enxergar, a falta de estrutura, a falta de saneamento. Nós estamos falando de uma falta de estrutura de pessoas que historicamente foram colocadas nas áreas de risco ou foram empurradas para essas áreas de risco. É desse pressuposto que nós da Sociologia dos desastres partimos e trabalhamos. A culpabilização da vítima é a primeira coisa que enfrentamos desde o início dos anos 2000, tentamos um novo discurso para que não vissemos os órgãos, inclusive os responsáveis para atuação nesse momento, como o órgão de Defesa Civil, culpabilizando a vítima, “ah, por que ele foi morar ali?”, “é, mas para ele... vamos tirar ele dali porque para ele qualquer coisa basta”, ouvimos vários discursos nesse sentido. Foi uma construção árdua, difícil de podermos pensar o desastre como algo que não só está presente no dia de chuva, quando eu estou falando de uma enchente, por exemplo.

Como vimos no exemplo do vídeo dos incêndios. Sabemos, tem histórico já na cidade de São Paulo de incêndios criminosos por especulação imobiliária. Qual é o contexto social e político gerador desse desastre? É com isso que temos que

estar preocupados também. Quando eu penso na atuação dos órgãos de Defesa Civil (vou falar de Defesa Civil, que é o primeiro responsável, quando é a ele que têm que estar submetidos os Conselhos, se eu falar da Psicologia, se eu falar da Assistência Social), se você pegar Política de Proteção em Defesa Civil, ele está lá como grande responsável por isso.

Como tem lidado com os desastres? O problema é que foca no acontecimento físico, foca na chuva e vemos aquelas matérias, “choveu hoje o previsto para não sei quantos dias”, “choveu hoje o que era para ter chovido o mês todo”. O foco fica nesse acontecimento físico e quando vamos ver a atuação, qual é o tipo de atuação? É aquela atuação só na resposta e perdemos de vista a prevenção, perdemos de vista toda uma estrutura econômica, política e social que fez com que aquelas pessoas morassem naquela localidade.

“As pessoas acabam sendo empurradas, mais uma vez, para uma nova área de risco, ela pode ter sido retirada de uma, mas acaba indo para outra”

Vêm aquelas remoções, as chamadas remoções, retiramos essas pessoas e colocamos em um local mais seguro, pode ser um abrigo temporário, se ele se configurar como desabrigado, e se for um desalojado, ele pode ir para a casa de parentes e amigos; são várias situações a que o Estado se propõe. Até que uma solução duradoura venha, como a reconstrução, no caso dos desabrigados. Só que essa solução não vem, não chega e essas pessoas se veem mais uma vez em um impasse, “para onde eu vou, como eu fico, como fica a minha vida, o que eu faço a partir daqui?”. As pessoas acabam sendo empurradas, mais uma vez, para uma nova área de risco, ela pode ter sido retirada de uma, mas acaba indo para outra.

É a história da senhora que foi contada ali do Jardim Pantanal, ela estava em uma, a solução não veio, sete mil reais para ela em São Paulo, onde ela compraria ou pagaria outro lugar? É óbvio que seria em uma área de risco. Vemos esse círculo se repetindo: a pessoa sai de uma área e depois ela volta para essa mesma área de risco porque o Estado tem agido apenas para remediar a necessidade

dessas pessoas; esses sujeitos, eles não são vistos como sujeitos de direitos. Nosso atendimento é falho, porque ele vai lá, e no primeiro momento, e não que isso não seja necessário, ele leva cesta básica, o colchão, as primeiras necessidades são atendidas, mas o atendimento tem parado por aí.

Eu teria que falar aqui mais um bom tempo de políticas públicas, de políticas de especulação imobiliária e no problema político mesmo institucional de um governo que passa para o outro, empurra essa responsabilidade, os conjuntos habitacionais que não são construídos, as pessoas que são de áreas de risco que não são contempladas. Tudo isso vai nos mostrando como é muito complicado entender e atuar no serviço de desastre na hora que ele acontece. Falamos “na hora do desastre”, mas até tomamos cuidado dentro da Sociologia, porque esse desastre já existe, é na hora do impacto, na hora que essa crise aguda se manifesta, porque ele já está ali, no dia de sol e antes, por exemplo, do incêndio, da enchente, do deslizamento. Nesse momento quando nós da equipe de São Carlos trabalhamos nos mais diversos desastres país a fora, podemos ver a atuação e o atendimento a essa população sempre muito baseados só no primeiro momento para remediar aquilo que é a necessidade.

“Nós temos muito cuidado em usar termos como ajuda humanitária, assistência humanitária quando nós estamos falando de desastre no nosso próprio país, porque a ajuda, a assistência, é um termo criado em nível internacional para quando um país vai ajudar...”

Essas pessoas ficam em abrigos que eram para ser provisórios e se tornam permanentes. Fomos a abrigos temporários que já duravam mais de dois anos, de 10, mais de 15 anos, sem solução e passou por governos, vários governos municipais, uma solução duradoura a essa população não veio e a área onde elas moravam foi “congelada” até que outra atitude fosse tomada naquela região. Vemos sempre o reino das necessidades se balizando no atendimento aos desastres e não o reino de direitos; não vemos as pessoas sendo capacitadas a se sentirem cidadãs de direito e reivindicarem aquilo que elas acreditam ou que ainda por não terem sido devidamente orientadas.

E vem o papel muito importante do profissional de Psicologia, eu acho que vocês podem suscitar que eles se tornem agentes motivadores, podem fazer isso com essas pessoas, para que elas entendam que não precisam de ajuda, elas são sujeito de direito.

“E vemos um grande jogo político nesse momento de conseguir dar o seu jeito e acabar tendo desvios de verba”.

Nós temos muito cuidado em usar termos como ajuda humanitária, assistência humanitária, quando nós estamos falando de desastre no nosso próprio país, porque a ajuda, a assistência, é um termo criado em nível internacional para quando um país vai ajudar, vai assistir cidadãos de outro país, aqui nós estamos falando dos nossos cidadãos que têm direitos e têm deveres na nossa sociedade. Temos que tomar muito cuidado também com esse termo que foi uma atualização do discurso da Defesa Civil, que veio no ano de 2010 e, na verdade, quis se mostrar mais voltada para o humanitário, a sociedade, para os afetados, e na verdade virou apenas um discurso de uma máscara, uma grande máscara para a prática continuar a mesma, porque a prática não tem mudado, isso é o que temos observado. Vai ano, vem ano, acontecem os novos desastres em novas localidades, nas mesmas localidades, como foi dito aqui, essas excepcionalidades que se repetem. Ela tem uma regularidade, então não é nada excepcional, tem um padrão.

E nós vemos municípios que não se planejam, não pensam nisso até porque é um grande mercado com os desastres. Eu não sei se vocês sabem, mas quando decretamos situação de emergência, e depois estado de calamidade pública, não precisa de licitações para contratar determinados serviços. Por quê? É um estado de excepcionalidade, você precisa de rapidez, você precisa de provimentos. E vemos um grande jogo político nesse momento de conseguir dar o seu jeito e acabar tendo desvios de verba. Vimos vários do tipo de colchões que a própria Defesa Civil fala, a dimensão, a densidade como tem que ser a compra de colchão quando é de uma grande tragédia, e municípios pequenos, municípios aí do Brasil onde a prefeitura faz uma nota que comprou o colchão certo, mas não comprou, você vai lá ver o colchão e não é um colchão, é um colchonete. Vemos todos esses problemas

que acabam todos eles sendo explicados de uma única forma e muito simples. Porque construímos até hoje políticas públicas, e é um pouco duro o que eu vou dizer, mas para essa camada da população, para esses afetados, parece que é como que “para pobre qualquer coisa basta”. É isso que temos visto quando vamos aos municípios, vai lá de perto assistir, analisar o que tem acontecido, então, a eles qualquer coisa basta e se qualquer coisa basta, está tudo muito no imprevisto.

“...Mas, às vezes, ela está engessada nessa política, na falta de verba, e não há muito a fazer senão esperar as doações, esperando os donativos porque o próprio município, a própria estrutura municipal, não permite que ela vá além, e dê respostas de alguém que esteja se preocupando com o cidadão, que é aquele que tem direito de ter direitos”

É óbvio que eu não vou generalizar, eu vou dizer que em alguns municípios existem esforços enormes da Assistência Social, da atenção social, de tentar dar um novo tipo de resposta. Mas, às vezes, ela está engessada nessa política, na falta de verba, e não há muito a fazer senão esperar as doações, esperando os donativos porque o próprio município, a própria estrutura municipal, não permite que ela vá além, e dê respostas de alguém que esteja se preocupando com o cidadão, que é aquele que tem direito de ter direitos. Ela tenta pensar dessa forma, mas também fica muito engessada.

Nós, dentro do Núcleo de Estudos e Pesquisas Sociais em Desastres da UFSCar, sempre demos esse diagnóstico e fomos considerados catastrofistas, pessimistas, porque quando você visita os municípios e vê como essa política vai engessando cada vez mais o atuar do profissional e pensamos, “não, estamos precisando rever”, e esses profissionais se organizarem para ver qual é a saída que podemos buscar, para mesmo diante de tanta dificuldade dentro dos municípios consigamos atender essa população de uma forma digna.

Eles sofrem com o desastre e o que vemos logo depois? Há algumas possibilidades, se ele tiver casa de parentes e amigos, vai para casa deles e é desalojado, e os municípios nos primeiros

meses ainda acabam provendo essa família com cesta básica, já que está na casa de um parente, de um amigo, mas isso passa muito rápido e de repente já não recebe mais. Preparam-se infraestruturas públicas como escolas, e se não for período letivo, vai servir de abrigo para as pessoas. Então ali também o Estado tem que prover alimentação e bens mínimos para que ela tenha a sua vida minimamente restabelecida.

Em acampamentos, quando não tem essa infraestrutura pública, há doação de barracas, de tudo onde são formados esses abrigos e até que essa solução de reconstrução venha. Mas o que temos visto é que esses abrigos, eles são o maior problema na relação entre sociedade e Estado. Quando pensamos na relação sociedade/Estado e no atendimento a essa população afetada, temos visto, e entra muito tudo o que eu estudei no meu mestrado e doutorado, a forma de agir e de tratar a hierarquização do trato aos afetados.

“Vimos muito esse embate de alguns profissionais falarem assim, “ah, mas para eles, eles não tinham nada, então se agora eles estão comendo...”

Nós vemos o embate constante de profissionais da área da atenção social, profissionais mais da Assistência Social e da Defesa Civil, um constante embate com essas famílias, porque é um dar regras, dar ordens, trazer uma fórmula pronta que essa população não foi chamada para construir a resposta que ela mesma pode dar. Ela mesma precisa ser cada vez mais incentivada a pensar sobre a sua própria vida, que tinha hábito, um comportamento na residência dela, com a família, com os filhos, o marido, os pais, a esposa e de repente você vai para esse ambiente, um ambiente público expor sua privacidade onde não é construído, não é uma construção conjunta, não há uma polifonia para se ouvir os mais diferentes discursos, as mais diferentes famílias. Como lutar e reagir para, a partir dali, reconstruir a sua vida, tem sido o maior motivador de causas de problemas dentro dos abrigos.

Vimos muito esse embate de alguns profissionais falarem assim, “ah, mas para eles, eles não tinham nada, então se agora eles estão comendo...”, isso eu escutei no Rio de Janeiro, “se ago-

ra eles estão comendo, bacalhau é um luxo, eles não tinham nada, agora eles já estão tendo até demais". Esse ranço classista que ainda perpassa muito o atendimento, precisamos tirar e só vamos conseguir fazer isso quando enxergarmos essas pessoas como sujeitos de direitos e que muitos direitos lhes foram negados, desde o nascimento.

E precisamos repensar e fazer um novo pacto de sociedade para entender que essa desigualdade, ela acaba interferindo e muito na nossa forma de atuar e na forma de responder aos desastres. Não adianta só focar nas necessidades; sim, é importante no primeiro momento focar na necessidade, mas enquanto não passarmos essa barreira, não romper essa barreira, nós vamos ver essas mesmas famílias sofrerem com desastre, e toda vez que ela sofrer novamente, vai estar sempre um patamar abaixo anterior que ela estava, porque vai ter sempre menos, porque vai estar sempre mais afetada e vai ter sempre menos bens materiais.

Isso sem falar na parte psicológica e emocional, que tudo abala, porque quantas vezes eu já não ouvi, você está fazendo uma entrevista, a pessoa fala, "está se aproximando o tempo", já está se aproximando e a pessoa já começa a pensar todas as atitudes que ela precisa tomar.

Para encerrar, eu peço licença a vocês para ler algumas conclusões dos nossos trabalhos.

O desastre, ele se constitui não apenas como acontecimento físico, ele é a vivência de uma crise; portanto, nos mostra o limite de uma determinada rotina e a necessidade de construção de uma nova dinâmica social. A incapacidade dos agentes

"...é preciso sim suprir as carências e a atenção social é muito importante nessa fase, em um primeiro momento, mas o problema reside em não conseguir ultrapassá-los, comprometendo a busca de direitos de cidadania dos que vivem sob as nuvens cinzentas da cotidiana proteção social desigual"

institucionais de reconhecer os grupos abrigados como sujeitos a determinar suas necessidades de reabilitação acaba por gerar mais conflitos, tensões que acentuam as dimensões das perdas e das identidades associadas a elas. Isso é fundamental, porque enquanto há essa dificuldade de entender esse sujeito, cada vez mais vai piorando a situação desses afetados.

O abrigo, ele tem se mostrado no Brasil como um prolongamento do desastre, as pessoas saem daquela situação, daquela área de risco, mas o desastre não acaba, ele é um prolongamento daquilo que eles estão vivenciando lá na sua casa, só que agora com uma nova roupagem, é um ente público impondo um discurso, impondo uma ordem.

E, por fim, é preciso sim suprir as carências e a atenção social é muito importante nessa fase, em um primeiro momento, mas o problema reside em não conseguir ultrapassá-los, comprometendo a busca de direitos de cidadania dos que vivem sob as nuvens cinzentas da cotidiana proteção social desigual. É isso que vivemos no nosso país hoje. Muito obrigada. 🙏

Joari Carvalho

Mariana, muito grato. Com certeza eu já ouvi sua palestra, podemos ir longe, então nós vamos retomar aqui mais tarde no debate também. Passo a palavra para a Gabriela Marques Di Giulio, que vai compartilhar conosco um debate sobre a gestão de riscos de desastres na área da saúde. 🙏

Gabriela Marques Di Giulio

É professora doutora do Departamento de Saúde Ambiental da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo (USP). Tem doutorado em Ambiente e Sociedade pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp-2010); mestrado em Política Científica e Tecnológica pelo Instituto de Geociências da Unicamp (2006); especialização em Jornalismo Científico pela Unicamp (2004) e graduação em Comunicação Social – Jornalismo - pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp-2001). Áreas de interesse: Ambiente e Sociedade, Ciência e Comunicação, Riscos e Incertezas, Comunicação, percepção e governança do risco.

Muito obrigada, Joari. Eu quero agradecer o convite feito pelo Conselho Regional, particularmente pelo Sérgio, Cláudia e Sandra, para participar deste Seminário, desta mesa, refletindo sobre alguns aspectos relacionados à gestão de riscos e desastres na área da saúde e na área ambiental que, particularmente, é a área com a qual eu mais dialogo, pois, apesar de estar na Faculdade de Saúde Pública da USP, eu estou no departamento de saúde ambiental. Então muito obrigada.

Eu tenho uma fala extensa aqui, eu acho que também em 20 minutos não vou conseguir dar conta de todo recado, faremos o possível. Mas eu queria começar a minha fala pensando que, quando pensamos em situações de acidentes, de desastres que demandam uma resposta imediata, estamos falando em emergências, em eventos que podem afetar uma localidade, causar aí danos severos como epidemias, furacões, secas, inundações, terremotos, guerras, incêndios, acidentes industriais, acidentes nucleares.

“Deborah Lupton, que tem trabalhado com a questão de riscos e saúde pública, diz: ‘todas essas mudanças e transformações que caracterizam hoje as nossas sociedades, elas são individualmente associadas a uma intensa sensação de complexidade, ambivalência e desordem’”

Se olharmos ao longo da história da humanidade vamos ver que desastres e acidentes sem-

pre estiveram presentes na história do homem e relacionados com a forma como nós ocupamos e usamos o solo e nos apropriamos dos recursos naturais, desde os primeiros agrupamentos até as cidades mais modernas. Desde a primeira Revolução Industrial, no século XVIII na Inglaterra, com o progresso técnico em torno da mecanização da produção industrial e de todas as mudanças que essa mecanização trouxe para os sistemas econômicos e sociais vigentes e os impactos fortes que foram sentidos na habitação; e ainda a segunda revolução industrial no século XIX, início do século XX, com o nascimento do avanço na área energética dos motores elétricos, química orgânica, sintéticos, trazendo também novas práticas econômicas, novas práticas sociais e novos riscos ao século XX, século da descoberta científica, do progresso científico e tecnológico; com todos os impactos positivos que essas descobertas trouxeram para os seres humanos, mas também com todas as mudanças nos estilos de vida e os impactos negativos que foram trazidos por essas descobertas, como o aumento dos produtos industrializados, da população urbana, das cidades, instalação de indústrias perigosas em áreas urbanas. Quer dizer, certamente todas essas mudanças experienciadas pelos indivíduos ao longo de todo esse período são bastante significativas e mudaram, inclusive, a nossa forma de nos relacionarmos em sociedade, com a sociedade e a natureza.

Eu chamo atenção para esse resgate histórico porque eu gosto muito de uma pesquisadora chamada Deborah Lupton, que tem trabalhado com a questão de riscos e saúde pública, e ela diz: “todas essas mudanças e transformações que caracterizam hoje as nossas sociedades, elas são individualmente associadas a uma intensa sensa-

ção de complexidade, ambivalência e desordem". No âmbito individual sentimos isso o tempo todo. Há um aumento da desconfiança nas instituições sociais que são responsáveis pela regulação e gestão dos riscos e nas autoridades tradicionais; nós não confiamos mais nas autoridades, aqueles que nos representam, temos essa sensação, não representam os nossos direitos mais. E é uma consciência cada vez maior também em relação às ameaças inerentes ao cotidiano, não é somente ameaça de um acidente nuclear, de uma guerra, mas são essas ameaças que perpassam as nossas práticas sociais do nosso cotidiano.

"E, obviamente, na tentativa de prevenir, mitigar, remediar esses riscos, essas destruições produzidas pela própria modernização, a sociedade passa a ter de lidar com efeitos não previstos que ela mesma produziu"

Eu quero trazer outro autor também para pensarmos nesse debate sobre riscos e desastres, que é o sociólogo alemão Ulrich Beck, autor de uma tese chamada "Sociedade de Risco", que é o nome de um livro dele lançado em 1986, em que ele diz que de fato parece que estamos vivendo em um mundo fora de controle, caracterizado por essas incertezas que têm sido fabricadas como decorrência desse progresso tecnológico, científico, no qual a ciência, sobretudo as ciências da natureza e ciência da engenharia, que vão definir desastre, como a Mariana colocou, não podem garantir um risco zero, especialmente quando os resultados de laboratório vão sendo aplicados industrialmente, isto é, fora do laboratório do mundo real. E, obviamente, na tentativa de prevenir, mitigar, remediar esses riscos, essas destruições produzidas pela própria modernização, a sociedade passa a ter de lidar com efeitos não previstos que ela mesma produziu. Temos vários exemplos na história mais recente, por exemplo, acidente de Love Canal, nos Estados Unidos, no final da década de 70, que vai chamar atenção para a exposição a substâncias contaminantes e que teve um papel fundamental na criação da Agência de Proteção Ambiental Norte Americana (EPA). Depois tivemos o acidente de Seveso, na Itália; Bhopal, na Índia, em 1984; Vila Socó, em Cubatão, aqui no Brasil, em 1984; também com incêndio matando centenas de

pessoas. Chernobyl, na Ucrânia, o maior acidente nuclear que já tivemos registrado. Depois, mais recentemente, alguns eventos naturais como o tsunami na Indonésia em 2004; Fukushima, no Japão, em 2011, que nos levam ao entendimento de que quando estamos falando de acidentes ambientais, desastres, estamos falando desde acidentes causados por atividades humanas, e a perspectiva de acidentes industriais, tecnológicos, nucleares, àqueles "acidentes causados", bem entre aspas, e acho que a Mariana deixou muito claro por que eu estou colocando entre aspas, por fenômenos naturais. E ainda acidentes que podem ser uma combinação das duas coisas.

Quais as consequências de um desastre? Podemos pensar em um primeiro momento naquela parte mais aguda, como a Mariana colocou: em mortes; lesões de pessoas; doenças imediatas e depois doenças de longo prazo; danos ambientais, ecológicos; contaminação de recursos hídricos com prejuízos ao abastecimento humano, a ecossistemas; danos ecológicos mais graves; contaminação de solo; perdas e custos econômicos significativos.

"Nessa conceituação mais técnica de desastre lidamos com alguns atributos: à magnitude dos danos; o perigo envolvido; a vulnerabilidade do meio; o risco"

Mas como é que definimos desastre? Nas engenharias, nas ciências ambientais a definição vai ser um pouco naquela perspectiva que a Mariana já criticou e que, de certa forma eu concordo, apesar de não ser filiada à Sociologia dos desastres, eu dialogo muito mais com a Sociologia ambiental, mas concordo com a crítica que a Mariana fez, porque, afinal de contas, para essa perspectiva mais dura, a compreensão de desastres está muito relacionada à ocorrência de fenômenos da natureza ou de acidentes devido a falhas humanas na utilização de tecnologias e que vai envolver a exposição de populações humanas. Nessa conceituação mais técnica de desastre lidamos com alguns atributos: à magnitude dos danos; o perigo envolvido; a vulnerabilidade do meio; o risco. É possível pensar, de certa forma, quase como se fossem aí caixinhas que colocamos tudo junto e organizamos, do gerenciamento de desastre na fase do antes, ou seja, a prevenção, a preparação;

o durante, que envolve o atendimento às vítimas e reabilitação do cenário que também na fala da Mariana não estamos negando essa necessidade, ela é relevante, tem que acontecer; e o depois, com a recuperação, ou seja, as ações de meio e longo prazo que visam restabelecer a normalidade.

E, nesse sentido, as condições básicas para esse gerenciamento, para essa gestão de risco envolvem alguns elementos, como conhecer a natureza dos fenômenos, reduzir a exposição e a vulnerabilidade social, aumentar a capacidade de resposta das pessoas, do sistema, da cidade, coletar e disseminar informações e educação ambiental. Contudo, eu concordo bastante, diálogo muito em termos teóricos, eu não conhecia a Mariana Siena ainda, mas sou bastante leitora dela, da Norma Valêncio, que trabalha nessa perspectiva da Sociologia dos desastres, entendendo que os desastres devem ser compreendidos muito além de uma conceituação técnica.

“Nessa perspectiva, os desastres devem ser tratados como um tipo específico de problema social que vai revelando as singularidades dos modos de conflitos e coesão social que afloram no contexto de crise”

E eu faço uso de uma narrativa da Norma Valêncio, quando ela diz que “os planejadores de Estado, quando dizem que os desastres são naturais, eles buscam evitar um questionamento mais amplo sobre o processo sócio-histórico no bojo do qual se desenrola a dinâmica socioespacial”. Acho que a Mariana já fez toda a exposição dela, e vale muito do que ela falou. Nessa perspectiva, os desastres devem ser tratados como um tipo específico de problema social que vai revelando as singularidades dos modos de conflitos e coesão social que afloram no contexto de crise.

Nesse trânsito entre essas conceituações mais técnicas das engenharias ou mesmo da área da saúde e das conceituações relacionadas à Sociologia do desastre, que é por onde a Norma Valêncio e a Mariana Siena transitam, eu vou aproveitar a minha fala para abordar alguns aspectos que eu imagino que são relevantes quando o debate é desastres e riscos e aproveitando essa mesa que temos hoje. Con-

siderando, sobretudo, algumas experiências de pesquisa empíricas que eu tenho levado a cabo em ambientes caracterizados por processos de urbanização, que tem agravado cada vez mais problemas sociais e ambientais e nos quais a permanente ocupação humana tem aumentado continuamente os espaços de risco, levando a uma ocupação diferenciada do território e, conseqüentemente, à exposição diferenciada de grupos humanos às situações de vulnerabilidade. Então eu vou discutir esses elementos, riscos e desastres, a partir dos meus estudos mais recentes que foram feitos na região do Litoral Norte de São Paulo, incluindo as cidades de Caraguatatuba, Ubatuba e São Sebastião, e eu peço para esquecerem aquela parte mais bonita das praias, a beleza natural daquele local e olhar um pouquinho mais para o morro, para o lado de lá da Rio-Santos, que é onde estão essas ocupações de risco e para onde foram empurradas essas populações socioeconomicamente mais desfavoráveis. E na cidade de São Paulo, meu estudo recente é na capital paulista.

“Dentre os diversos desafios que eu imagino que nesses estudos dialogam com essas dimensões humanas das mudanças ambientais, que eles nos trazem enquanto pesquisadores, eu quero dividir com vocês três deles que eu acho que tem a ver com a discussão da nossa mesa”

E eu tento fazer esses estudos dialogando com um campo que chamamos, dentro da Sociologia ambiental, de “dimensões humanas das mudanças ambientais globais”, e dessas mudanças ambientais eu também estou falando da questão climática, que tem uma relação direta e indireta para potencializar a ocorrência de eventos extremos, seja a intensidade de precipitação, causando episódios de alagamentos, enchentes, sejam episódios de seca, como é o que temos vivido atualmente aqui no Estado de São Paulo. Sem, contudo, naturalizar esse fenômeno, vamos lembrar que não é porque não temos chuva que não temos água; na verdade não temos chuva, mas também não temos água, porque também é um problema muito de governança, de gestão dos nossos recursos hídricos; mas, enfim, isso é para outra mesa.

Dentre os diversos desafios que eu imagino que nesses estudos dialogam com essas dimensões humanas das mudanças ambientais, que eles nos trazem enquanto pesquisadores, eu quero dividir com vocês três deles que eu acho que têm a ver com a discussão da nossa mesa. O primeiro é entender como é que esses riscos e essas ameaças, associados a essas mudanças ambientais, podem sim agravar os efeitos dessa histórica relação desconexa entre produção do espaço urbano, dinâmicas urbanas e que raramente consideram os fatores ambientais e climáticos. Um segundo desafio é compreender como é que esse movimento de resposta a esses riscos ambientais passa assim por uma série de elementos que configuram os nossos modos de vida no contemporâneo. E o terceiro desafio, que eu acho que tem muito a ver com a atuação, inclusive, dos psicólogos na área de gestão de desastres e riscos, é identificar os fatores que interferem nas percepções e nas ações individuais e coletivas das pessoas frente aos riscos, reconhecendo que as dimensões simbólicas e normativas sobre o que é tido por risco são filtradas através da interação das estruturas existentes, das redes sociais e da própria mídia que tem um processo fundamental na amplificação ou na atenuação das preocupações, percepções e respostas que têm sido dadas pelas pessoas e também no âmbito institucional.

“Em outras palavras, o que é ou não considerado um risco vai depender de diversos fatores, como relações sociais, relações de poder, hierarquia, crenças culturais, confiança nas instituições existentes, conhecimento científico sim, mas também experiências, emoções, discursos, práticas, memórias coletivas”

Nesse sentido, eu dialogo bastante com alguns autores da teoria social do risco, que vão fazer algumas críticas às análises técnicas e quantitativas de risco, aquela ideia de que o risco é o cálculo de probabilidade de um evento acontecer. Porque para eles, e eu compartilho essa ideia, essas análises técnicas ignoram que as causas dos danos e a magnitude das consequências são mediadas o tempo todo por experiências e interações sociais. Então eu compartilho muito a ideia de que

risco deve ser entendida como um fenômeno que existe tanto no plano perceptivo como no plano experiencial, como algo que é contextual, construído socialmente como um desastre. Em outras palavras, o que é ou não considerado um risco vai depender de diversos fatores, como relações sociais, relações de poder, hierarquia, crenças culturais, confiança nas instituições existentes, conhecimento científico sim, mas também experiências, emoções, discursos, práticas, memórias coletivas. Nesse sentido, pensar sobre os riscos e ameaças associados às mudanças ambientais passa por compreender também o peso que as áreas urbanas, por exemplo, uma cidade como São Paulo, com suas altas concentrações populacionais, com sua paisagem já transformada, fragmentada, caracterizada por esses níveis altíssimos de desigualdade socioeconômica, tem tanto na conformação dessas mudanças que já são observadas e nos cenários futuros previstos, como nessa equação dinâmica de vulnerabilidade, já que são estas áreas as mais suscetíveis a enfrentarem os impactos mais severos das alterações climáticas, por conta dos eventos extremos de precipitação ou dos eventos extremos associados à temperatura e seca.

“...o segundo desafio é pensar que nesse movimento de adaptação a essas condições climáticas, essas ameaças que potencializam os riscos que nós já temos aqui enquanto cidade, enquanto ambiente urbano, não passa apenas pelas ações e posicionamentos de governos locais, passa também por percepções e comportamentos individuais”

Gosto de lembrar, e eu sempre ressalto isso com os meus alunos, que o mês de setembro é superbacana de ser analisado, vínhamos em um frenesi, dizendo que falta água, falta água, São Paulo não tem chuva, não tem chuva, e o que foi o oito de setembro, quando choveu o previsto para o mês todo e São Paulo já estava em um caos novamente, sem semáforo, ruas esburacadas, quedas de árvores, destelhamento de residências; quer dizer, não estamos preparados para absolutamente nada, nem para chuva nem para seca.

É claro que no meu entendimento, esses impactos climáticos que têm a ver com esses estudos que mostram como as nossas ações relacionadas

à emissão de gases de efeito estufa impactam para o aquecimento do planeta e acarretam uma série de mudanças, transformações, esses impactos, eles, na verdade, exacerbam os riscos que já existem e que são resultantes das inadequações, nas capacidades dos governos locais em particular, para lidar com esse enorme déficit na infraestrutura e de serviços básicos necessários, somado à falta de comprometimento para governar as cidades. Acho que a fala da Mariana deixou isso muito claro, desses enormes desafios que temos.

O meu tempo já está esgotando, então vou passar para o segundo desafio. O primeiro, acho que passei meio rápido, mas enfim, na hora do debate podemos voltar aí. Mas o segundo desafio é pensar que nesse movimento de adaptação a essas condições climáticas, essas ameaças que potencializam os riscos que nós já temos aqui enquanto cidade, enquanto ambiente urbano, não passa apenas pelas ações e posicionamentos de governos locais, passa também por percepções e comportamentos individuais. E entender esse movimento de resposta é outro desafio que tem se colocado no âmbito das nossas pesquisas. Precisamos, obviamente, entender o contexto do mundo contemporâneo, para além daquela sensação que eu disse de desordem, de falta de confiança nas nossas instituições, de compreender as ameaças, se sentir ameaçado no cotidiano. Também temos que pensar que nós estamos vivendo em um momento de crise econômica mundial, que começa em 2008, que agora reverbera com forças nos BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), incluindo o Brasil, com aumento de desemprego e cultura do hiperconsumo.

“Além disso, precisamos entender que fatores interferem nas percepções e nas ações individuais quando estamos falando de questões de risco”.

Mas, ao mesmo tempo, o maior acesso que essas pessoas têm são as informações, sobretudo as mídias sociais; não precisamos mais apenas receber as informações que são divulgadas pela mídia tradicional. E, ao mesmo tempo também, por clamores, que eu acho que têm ganhado cada vez mais voz, de novas formas de negociação e tomadas de decisões mais abertas, mais participativas. Além disso, precisamos entender que fatores in-

terferem nas percepções e nas ações individuais quando estamos falando de questões de risco. Há uma série de estudos que vão mostrar alguns elementos que influenciam essas percepções de antes, diferentes que as pessoas têm em relação aos riscos ambientais, tecnológicos, aos quais estamos expostos no nosso cotidiano.

Mais especificamente sobre questões climáticas que podem estar relacionadas à ocorrência de eventos extremos, e, portanto, potencializar a ocorrência de desastres; alguns estudos mostram que essas mudanças, essas alterações climáticas, entendidas pela maior parte das pessoas como problemas ambientais modernos, ainda aparecem como uma prioridade relativamente baixa quando comparada a outras questões, mesmo ambientais, que pressionam o mundo. Temos algumas hipóteses do que pesa nessas percepções? Pesa a forma como a mídia divulga essas informações? Pesa a forma como nós, cientistas, pesquisadores divulgamos essas informações?

“Mas também uma questão importante que é a incerteza, especialmente porque estamos falando de fenômenos ambientais que são caracterizados por esse alto grau de incerteza, que pode sim trazer impactos nocivos, mas ainda desconhecidos à vida humana”

Algo sempre me parece preso à ideia de que precisamos de conhecimento científico para realmente afirmar que estamos vivenciando um momento de transição, de mudança ambiental forte no planeta. Pesam os nossos valores dos nossos julgamentos, pesam as nossas experiências? Pesam outros elementos, como o próprio pesquisador Paul Slovic, que trabalha dentro da Psicologia, aponta, como gênero, raça, visões políticas, afiliações, emoções, confiança. Pesa a questão de associação e de afetividade, o quanto isso afeta, o quanto eu consigo associar essas questões que parecem tão globais com o meu cotidiano, com a minha prática. Pesam as experiências pessoais, o fato de eu ter vivido alguma coisa, isso ganhou concretude, ao meu colega, o meu vizinho ter vivido isso e, portanto, essas questões passam a fazer parte do meu repertório.

Mas também uma questão importante, que é a incerteza, especialmente porque estamos falando de fenômenos ambientais que são caracterizados por esse alto grau de incerteza, que pode sim trazer impactos nocivos, mas ainda desconhecidos à vida humana. E pesa também a questão de ambiguidade, quando damos voz, ascensão a diferentes interpretações do fenômeno, mas interpretações que são diferentes, mas que obviamente são legítimas.

E para finalizar, eu vou pedir aquele um minutinho de acréscimo, Joari, só para dizer que tentei trazer um pouco do arcabouço teórico em que temos baseado as nossas pesquisas; eu te-

nho feito esses estudos desde 2010, em parceria com pesquisadores, agora mais recentemente da USP, da Unicamp, que é onde eu fiz toda a minha pós-graduação; mais recentemente com pesquisadores da Universidade de Michigan, buscando entender o entendimento das dimensões subjetivas e objetivas que são envolvidas na definição, na construção e na negociação de riscos, buscando também uma produção de conhecimento científico mais aberta, rompendo essa ideia de fronteiras entre especialistas e não especialistas, buscando um exercício de debate mais aberto, mais dialógico, enfim. Espero ter contribuído e acho que essa mesa vai render aqui a manhã inteira. Obrigada, mais uma vez. 🙌

Joari Carvalho

Obrigado, Gabriela. Essa é uma tarefa ingrata de lembrar o tempo, mas é só para organizar porque, na verdade, esses assuntos estão na vida o dia todo, todos os dias, damos uma pausa para se concentrar neles, mas essas são questões que estão impactando, como você

colocou, cada vez mais sobre as nossas vidas. Vou passar a palavra para Maria dos Anjos Pires, que vai compartilhar um pouquinho conosco sobre o protagonismo das pessoas afetadas na gestão dos riscos e na preparação para o enfrentamento dos desastres. 🙌

O protagonismo dos afetados na gestão dos riscos e a preparação para o enfrentamento dos Desastres

Maria dos Anjos Pires

Liderança comunitária da região sul da cidade de São Paulo. Fundadora do Grupo de Amigos Fé e Luz.

Bom dia a todos. Eu nasci em Minas Gerais e estou morando em São Paulo há 51 anos. Atuo na área, na parte do sul que fica na região da M'Boi Mirim, distrito do Ângelo. Sou uma líder comunitária e trabalho também lutando para as pessoas que estão na área de risco e estou conselheira da saúde. Por conta disso sou conselheira da habitação e da área da educação e do CADES - meio ambiente.

Trago uma preocupação muito grande em questão da área ambiental, por morar em uma área de mananciais; estamos vivendo uma devastação, cada dia que passa tem uma ocupação desenfreada, sem nenhum controle. A área onde eu moro hoje, o bairro que eu moro tem 28 mil habitantes, mas a área, como um todo, ela é considerada quase com 800 mil, já considerados por pesquisas feitas. E vemos que a maioria dessa área é toda ocupada de forma irregular, a maioria dela também tem as nascentes que pertencem à represa Guarapiranga que, por ser uma área de mananciais, traz uma preocupação muito grande, porque estamos vendo que a cada dia que passa essas nascentes estão sendo aterradas, as matas que restam sendo derrubadas, queimadas e não tem nenhuma fiscalização eficaz para acompanhar toda a devastação. Essa ocupação não tem uma fiscalização e as pessoas que estão lá, não estão lá porque escolheram morar na área dos mananciais; inclusive, eu moro lá, e não fui morar lá como escolha, foi por falta de opção de não ter onde morar e não poder comprar um lote em um outro local, por ser de baixa renda.

Eu moro em uma parte que eu comprei, tenho contrato de compra e venda, mas a maioria das pessoas que está na área de risco traz uma preocupação muito grande, porque mesmo morando

“Essas pessoas convivem em uma área que não tem esgoto, muitas das vezes a luz que elas têm nas suas casas são ligações clandestinas tiradas da parte que já foi legalizada e elas estão lá há anos usando essa luz clandestina, a fiação jogada, as crianças correndo risco até de morte por conta de toda irregularidade”

nessa área que já está praticamente urbanizada, tem calçamento, tem saneamento básico, eu só vou à minha casa, costumo dizer, só para dormir e fazer as refeições, porque eu estou junto com esse pessoal que está nas áreas de risco, porque meu trabalho é esse. Essas pessoas convivem em uma área que não tem esgoto, muitas das vezes a luz que elas têm nas suas casas são ligações clandestinas tiradas da parte que já foi legalizada e elas estão lá há anos usando essa luz clandestina, a fiação jogada, as crianças correndo risco até de morte por conta de toda irregularidade.

Quando vem a chuva, sabemos que as casas enchem de água, como mostrado aqui no vídeo, no bairro mostrado, acho que é na zona leste. Eu estou falando da zona sul, mas é a mesma coisa, não é diferente. E essas pessoas, quando algumas delas são retiradas daquelas áreas, elas vão para esses abrigos, muitas vão para o bolsa aluguel. Eu, como líder comunitária, estou aqui defendendo essas pessoas, essa causa que eu acredito, ainda tem alguém que pensa como eu penso que deveria ter uma política de habitação

para essas pessoas antes de elas serem tiradas de onde estão, porque se houvesse uma política de habitação, eu creio que elas não sairiam dali para ir a um abrigo ou para outra ocupação, elas teriam destino certo onde morar.

Eu trago uma preocupação muito grande porque são milhares de pessoas. Hoje o posto de saúde da região onde eu moro, de 28 mil habitantes só do bairro que eu moro, ele atende toda a região, a maioria dos bairros do entorno, 1.400 pessoas por dia usam o serviço da saúde. Então a maioria dessas pessoas são pessoas carentes, que moram nessas áreas de risco, que têm o serviço da saúde ali no entorno. E vemos que há ratos naquelas casas que contaminam essas pessoas, quando vem esse foco de dengue; a maioria das pessoas afetadas está ali porque há água que fica exposta lá.

“E muitas delas estão piores, estão na rua, outras já morreram, muitos viraram andarilhos, porque essas pessoas perdem a vontade de viver, a partir do momento que é tirada a sua moradia e não têm um apoio”

É uma preocupação muito grande por conta de todo esse abandono, e vemos que votamos, acreditamos em uma gestão que vai pensar diferente da outra, mas acabamos nos enganando mais uma vez, somos passados para trás, não há compromisso com as pessoas que estão lá passando por essa situação, porque se houvesse uma fiscalização, lei, tivesse um comprometimento com a política de habitação, essas pessoas talvez não estivessem ali aonde estão; talvez alguns, não seriam tantos. Percebemos que a cada ano que passa essas ocupações crescem mais e sem nenhuma esperança, porque famílias que moram 10, 20, 30, 40 anos; há pessoas no bairro onde moro que têm 40 anos que estão nas áreas de risco e muitas delas já foram tiradas e hoje elas estão em bolsa aluguel, outras foram para abrigo, e estão lá há anos, desde a gestão passada. Na gestão da Marta foram tiradas muitas pessoas. E muitas delas estão piores, estão na rua, outras já morreram, muitos viraram andarilhos, porque essas pessoas perdem a vontade de viver, a partir do momento em que é tirada a sua moradia e não têm um apoio.

Porque eu, como moradora dos mananciais, e como ser humano que sou, luto pelo ser humano como líder comunitária, acho que oferecer um abrigo para a pessoa não é uma coisa digna de ninguém, porque você sair da sua casa para morar junto com diversas pessoas que você talvez nem conheça, pessoas com costumes diferentes (seus filhos estão acostumados em casa, com costume das suas famílias e elas vão viver com outras pessoas), isso é uma violência. Fala-se tanto de combater a violência, educação de primeiro mundo, eu pergunto aqui nesta mesa, onde está essa educação de primeiro mundo? Onde está o comprometimento do governo com o ser humano que não tem condições de comprar a sua moradia digna? Faço essa crítica porque, em primeiro lugar, nós votamos e pagamos impostos, nossos direitos são negados, nossas crianças, que são o futuro deste país, eu espero que sejam, eles estão em segundo plano; não têm educação de qualidade, chegam à sala de aula e não tem um professor comprometido, já chega lá desassistido, porque saiu de uma área de risco que nem direito de morar ele tem.

“Eu sou mãe, tenho dois filhos, estou nessas áreas cada dia da minha vida eu estou lá, todos os dias da semana”

Como é que se combate a violência em um país que não oferece nada para nossas crianças que dizem ser o futuro? Eu sou mãe, tenho dois filhos, estou nessas áreas cada dia da minha vida eu estou lá, todos os dias da semana. Quando tem uma chuva forte, que cai uma casa, estou junto com eles, estou no serviço social pedindo ajuda para essas pessoas e não é levando uma cesta básica, levando cobertor que está ajudando esse ser humano. Mostrando para ele como ter uma vida digna, onde ele pode morar com dignidade, levando a dignidade para as nossas crianças, já que elas são o futuro do nosso país, então dê dignidade de verdade para ela, educação de qualidade.

A nossa “cracolândia” cada dia aumenta mais, mas ninguém que está no poder parou para pensar o porquê de elas chegarem lá. Também é falta de moradia, falta de atenção na educação, falta de comprometimento nessas regiões dos mananciais, não só dos mananciais, que sabemos que existem muitos bairros de periferia com abandono por completo, por ausência do poder público. O meu bairro vai ter uma ação, um evento com a prefeitura no bairro, eles vão atuar

lá por esforço dos líderes comunitários, para mostrar aos prefeitos do município que nós elegemos, que naquela área, como todas muitas iguais àquela, precisasse da presença do poder público em muitos sentidos, na educação, saúde, moradia e preservação do meio ambiente que está sendo devastado, e é um assunto preocupante, parece que colocaram uma venda nos olhos e não veem a questão do meio ambiente.

É gritante, porque o que mantém os nossos mananciais, as nossas represas não é a chuva, são as nascentes: a partir do momento em que elas são aterradas, são devastadas nossas árvores, pode chover o que for, nós não vamos ter mais água, não há represa no mundo que vai manter água se não tiverem as nascentes. Eu falo isso porque sou de interior, eu vim do interior de Minas, para ter nossos rios correndo fluentemente precisava manter os mananciais, precisava manter as nascentes onde elas nascem.

A mesma coisa é o que nós vivemos hoje, vemos que as pessoas que podem fazer alguma coisa não estão fazendo, isso é muito triste. Eu não tenho formação, não sou psicóloga, não sou professora, sou

apenas moradora do Jardim Vera Cruz e líder comunitária, me preocupo com o outro, mas eu tenho visão e se algo não for feito o mais rápido possível nós vamos sofrer as consequências e vai ser pior.

Tudo isso que eu falei aqui é motivo de preocupação, questão dos mananciais sendo devastados, a terra, não porque a pessoa quer, talvez porque não tenha o conhecimento, ela mora porque não tem um acompanhamento, não tem uma fiscalização, por falta de oportunidade, não ter uma política pública de habitação onde ela possa pagar a sua moradia (eu acredito que ninguém está pedindo moradia de graça), mas peça que o governo assuma o compromisso da habitação nas condições que eles possam pagar, que não seja em cima dos mananciais, das nascentes e que cuidem da parte dos mananciais.

Sou conselheira do CADES, me preocupo muito com a situação e entrei nesse Conselho para ter voz e representar a minha preocupação, dos meus colegas e de toda região onde moro e por isso que eu estou aqui. Muito obrigada por vocês terem me ouvido. 🙏

Joari Carvalho

Ainda bem que a senhora Maria dos Anjos Pires atendeu o nosso chamado. É isso que precisamos ouvir mais. Acho que a Psicologia tem se estruturado como ciência, como profissão, como um conhecimento científico ou como uma prática muito em torno da escuta, de uma escuta atenta, cuidadosa. E precisamos escutar o que está sendo dito e não necessariamente o que está se querendo ouvir. E o que a senhora está falando aqui, aliás, deve ter sido um aprendizado para muitos que devem ter nascido na capital, na grande cidade e nunca devem ter ouvido falar ou visto uma nascente. O que a senhora compartilhou é justamente o mais importante atualmente para a estratégia internacional de redução de desastres, que são os conhecimentos populares, o conhecimento da comunidade, conhecimentos vivenciados, conhecimentos ancestrais que contribuíram para enfrentar muitas dessas situações de desastres na história. E hoje parece que está ficando fora de moda o conhecimento das pessoas, muitas vezes em função de algo que é muito importante, a tecnologia, mas ela sozinha não representa a redução de desastres.

Então, senhora Maria, parabéns, porque a senhora está fazendo jus ao que foi o tema do Dia

Internacional de Redução de Desastres deste ano, que teve como tema: "O Conhecimento para a Vida". E esse conhecimento de que está se falando é o conhecimento popular, o conhecimento que cada um tem sobre o que já experimentou e essa possibilidade de compartilhar que não são necessariamente nos bancos escolares, mas, com certeza, é na rua, nas rodas de conversa entre as gerações para entendermos melhor esse mundo em que estamos.

E é por esse motivo que estamos fazendo também este Seminário nesta semana porque faz parte da Semana Nacional de Redução de Desastres. Nesse sentido, para não atrapalhar, não interferir na participação da Janaína, eu vou passar a palavra para ela, que está com a tarefa de costurar esse debate a partir da Psicologia, já que a aposta foi essa mesmo, precisamos ouvir outros conhecimentos, ouvir as pessoas diretamente afetadas pelos desastres ou sob risco iminente e, provavelmente, muitas e muitas pessoas por aí estão em situações como essas relatadas pela senhora Maria. Passo a palavra para Janaína, agradecendo antecipadamente. 🙏

Janaina Furtado

Possui graduação em Psicologia pela Universidade Federal de Santa Catarina (2004) e mestrado em Psicologia Social pela mesma Universidade (2007). É coordenadora de projetos em redução de riscos de desastre pelo CEPED - UFSC, desde 2008.

Bom dia. Espero que vocês estejam bem. Quero agradecer o convite para estar nesse lugar e propor um debate, participando de uma mesa tão interdisciplinar, com diferentes olhares sobre esse tema, sobre o fenômeno dos desastres, que já é uma proposta para o CRP abordar isso a partir de diferentes perspectivas e a partir também de diferentes experiências que ficaram tão evidentes na fala da Maria.

“E o Steinberg, já na década de 60 com o livro ‘Atos de Deus, História Não Natural dos Desastres’, falava como essa forma de compreender os desastres como fenômeno natural, ela não emerge inicialmente do saber acadêmico ou do técnico, mas da própria fala de políticos que utilizavam essa forma discursiva e de compreender os desastres como naturais...”

Apesar das diferentes formações e disciplinas - a Gabriela fez uma fala mais no sentido da ciência ambiental, a Mariana uma discussão dentro da Sociologia dos desastres -, o que me pareceu muito comum é propor o desastre, propor conceber o desastre como um fenômeno social, como um fato social, como a Mariana colocou, seja refletindo sobre como essa sociedade está se constituindo e como as relações desiguais produzem formas desiguais de enfrentar o risco, de superar o desastre, seja em uma perspectiva da ciência ambiental, que reflete sobre o modo de vida, o modo como ocupamos as áreas urbanas, esse momen-

to de alteração climática, mas talvez mais do que isso, de densidade populacional mesmo, de estarmos concentrados em menos espaços, e nesse espaço social, geográfico, político somos protegidos e desprotegidos de formas muito diferentes.

Então eu acho que todas as falas perpassaram por isso e me lembrou uma situação que aconteceu nesta semana: eu estava escutando “A Voz do Brasil” e houve muitas chuvas no Rio Grande do Sul neste final de feriado, inundações no Sul do país, e um deputado comentava, em um discurso em “A Voz do Brasil”, lamentando sobre os infortúnios que afetaram o Rio Grande do Sul nesta semana, neste feriado e que fizeram o céu despencar sobre a terra e provocar o desastre. Foi muito no sentido do que a Mariana, a Gabriela e da própria experiência da Maria, de que não se trata de fazer uma crítica a essa solidariedade que demonstrou o deputado, mas de como esse discurso do desastre como um fenômeno natural legítima. E o Steinberg, já na década de 60, com o livro “Atos de Deus, História Não Natural dos Desastres”, falava como essa forma de compreender os desastres como fenômeno natural, ela não emerge inicialmente do saber acadêmico ou do técnico, mas da própria fala de políticos que utilizavam essa forma discursiva e de compreender os desastres como naturais para que eles pudessem, como a Mariana falou, usar o recurso da forma como melhor lhes conviesse, de que pudesse favorecê-los, inclusive, em relação a votos. E também de não ter que responder a essas perguntas de como esses fenômenos se constituem, de como eles são produzidos e que são escolhas e decisões políticas e ações locais cotidianas e que nos fazer pensar naquilo que a Mariana, a Gabriela e a Maria já colocaram, de que o desastre, ele não acontece quando acontece no momento do impacto, mas ele está se construindo.

Bem, eu gostaria, para propor o debate, propor as minhas próprias reflexões sobre esse tema e aí abrir para o debate. Eu gostaria de pensar mais aqui no âmbito da Psicologia trazendo essas falas para o nosso campo de atuação e a fala do coordenador do CRP foi bem dentro do que eu estava pensando, considerando o desastre como um fenômeno social, como nós podemos pensar uma práxis, não só do ponto de vista da técnica, mas da política e de uma postura ética da Psicologia nessa área, sem naturalizar o sofrimento.

“Também não transformar esse sofrimento como algo que cabe a nós unicamente também psicólogos intervir e que está no âmbito apenas do sujeito como um indivíduo, não responsabilizar o sujeito a ponto de emitir a responsabilidade do Estado”.

A Agnes Heller, a Bader Sawaia e a Silvia Lane, já anos atrás, traziam isso como uma reflexão importante para nós. Porque nos colocamos no lugar de muito cuidado. Se de um lado, temos que não considerar o sofrimento do desastre, o sofrimento, “ah, é natural, é assim mesmo, grandes eventos, esses eventos extremos provocam esse sofrimento mesmo, temos que aprender a lidar com isso”, não pensar assim o sofrimento decorrente desses eventos, por outro lado, também não psicologizar esse sofrimento, individualizar, porque ele é um sofrimento coletivo, é um sofrimento social, um sofrimento político, e é de político como a Bader já falava. Também não transformar esse sofrimento como algo que cabe a nós unicamente também psicólogos intervir e que está no âmbito apenas do sujeito como um indivíduo, não responsabilizar o sujeito a ponto de emitir a responsabilidade do Estado.

Essa é um pouco da reflexão que eu acho que as falas já antecederam, estou só propondo essa pergunta para nós psicólogos. Perguntar também, considerando a cidade como esse espaço de conflitos onde diferentes grupos têm diferentes interesses e aí é que está a questão social, aonde o desastre se constrói socialmente e que alguns grupos têm maior visibilidade, conseguem se fazer ver e ouvir dentro do espaço urbano e outros não, e a Gabriela colocou isso da questão da visibilidade, o vídeo de manhã também, a quem vamos

fazer, que voz, para quem vamos dar voz como psicólogo na nossa atuação? Estou com a boca seca e pensando se a crise hídrica de São Paulo chegou nesse nível. Pensar sobre isso, sobre que em um espaço na cidade onde predominam determinados regimes de visualidade, determinadas vozes, aí a nossa função, de dar voz ou de promover a voz e de fazer ouvir outros atores sociais, atores que venham com a fala da experiência da comunidade, outros protagonismos, e promover a participação social, que é o caminho para poder produzir a própria transformação social.

E não é fácil, se viemos em uma pós-ditadura que silenciou, não é fácil responder, promover participação social dentro de uma grande lacuna de omissão e de licenciamento. Esse é o nosso desafio, uma das nossas possibilidades de atuação, eu penso e acho que proponho isso também a partir das falas.

Eu gostaria ainda de fazer uma colocação. Na minha experiência atuando nessa área se tornou uma prática comum, e aconteceu em Xanxerê em 2008, o que eu denomino ônibus solidário de psicólogos durante as emergências, que é a nossa necessidade, vontade em querer contribuir nessas situações. No caso de Xanxerê, agora chegaram ônibus de psicólogos para atuar na área das emergências, e eu fiquei pensando agora, a partir dessas falas, o quanto escolher essa forma de atuar na resposta, saindo do seu local, se transferindo para outro local e querendo atuar durante a emergência, não pressupõe uma forma de compreender os desastres muito mais como se fosse um fenômeno natural, esquecendo todos esses processos que já estão acontecendo ali sem se articular. Onde atua o psicólogo das emergências? Não é só na emergência, tem toda essa questão articulada da Assistência Social, a saúde, as discussões com as comunidades antes do desastre acontecer e eu fico pensando, precisamos problematizar essa prática, a prática de querer ir, fazer um trabalho pontual na hora da emergência, às vezes sem condições de se manter no local, e às vezes leva um problema para quem está lá gerenciando, desarticulado dos atores que já estão atuando com aquelas comunidades.

Então que compreensão de desastre há em algumas dessas práticas que nós como psicólogos podemos ensinar, para abrir o debate que eu estou problematizando. Gostaria que nós pensássemos isso assim, que Psicologia brasileira e

latino-americana queremos construir e vamos nos posicionando frente ao risco dos desastres, que é fruto dessa desigualdade social, que é fruto de um conjunto de desproteção que acontece antes do desastre e se intensifica após o desastre, com os abrigos, os abusos em abrigo, com a falta de informação, enfim, de que maneira nós como psicólogos precisamos refletir para não reinventar o sofrimento, não querer adaptar as pessoas ao sofrimento que a emergência provoca e despolitizar esse sofrimento para, justamente, poder construir um bem viver. E trazendo o que tem na Constituição do Equador, na Constituição boliviana e aquilo que a Gabriela também ressaltou que é outro modo de viver, outro modo de se relacionar com o ambiente e que, enfim, precisa passar por nós. Joari, eu abro para o debate. Eu espero que tenha trazido um pouco das falas das minhas colegas.

Joari Carvalho: Vamos abrir a palavra. Acho que fizemos essa aposta de trazer provocações mesmo de várias visões diferentes. A Janaína fez uma provocação muito importante. E eu estou lembrando de 2011, quando nós tivemos, acho que somados, aproximadamente mil profissionais de Psicologia no Estado todo querendo fazer as oficinas do CRP, na época dos desastres, porque estávamos aqui com água; pessoal de Piracicaba debaixo d'água; Ribeirão Preto debaixo d'água; Vale do Ribeira debaixo d'água; a cidade de São Paulo debaixo d'água; inclusive, uma parte do vídeo tem a ver com um bairro que ficou bastante tempo embaixo d'água naquela ocasião. Nessa hora, nós tivemos uma baita demanda.

E quero valorizar a presença de vocês, pois nós poderíamos ter a potencialidade aqui de receber quase 400 pessoas neste auditório, e vocês responderam e vocês são pessoas que podem multiplicar esse debate, que acontece nesse momento intermediário, que não aconteceu o desastre, mas estamos o tempo todo na iminência, nós já sabemos disso, na cidade de São Paulo. Algumas cidades sabem disso, que estão mais afeitas, mais sob o risco de alagamentos, de escorregamento de terra. Sorocaba tem um reator nuclear, se acontecer algum problema lá, como é que faz? A população, os colegas da Psicologia sabem o que fazer? Nesses momentos que nos preparamos, não necessariamente só quando acontece resposta. Por isso, estudantes, profissionais, colegas de outras categorias que estejam aqui, parabéns a vocês. Vocês não estão respondendo ao Conselho de Psicologia, estão respondendo a uma movimen-

tação mundial, não é um problema que foi sacado aqui na cidade de São Paulo por causa disso ou daquilo somente; não, é porque aqui em São Paulo isso está, como foi dito aqui, acontecendo cada vez mais e pior, com consequências mais danosas e com mais prejuízos.

Mas não é só aqui e temos essa necessidade de organizar possíveis respostas e, para isso, o melhor jeito é dialogarmos, debatermos, ouvirmos e podermos expressar as nossas opiniões. Por isso queria, contando com a colaboração aqui das colegas que vão levar os microfones até vocês, pedir que vocês possam dar opinião, fazer perguntas para as pessoas da mesa.

Solange: Bom dia. Meu nome é Solange Volett, sou psicóloga e agradeço muito essa oportunidade e essa visão que o Conselho Regional de Psicologia está abrindo para essa reflexão que é fundamental para a melhoria das nossas cidades e de nós mesmos como pessoa, e dentro de tantas coisas ricas que foram faladas, eu queria colocar uma reflexão que muito me tocou. As decisões políticas que parecem apáticas em relação ao planejamento, ela é endêmica? Quer dizer, os nossos políticos, nossos governantes, aqueles que se elegem, como bem disse a senhora Maria dos Anjos, nós votamos, mudamos de partido e parece que a coisa permanece. Então isso é cultural?

“Porque parece muito desalentador sermos governados por seres tão apáticos”.

Para as pesquisadoras: há alguma pesquisa, alguma informação em relação a algum país que tenha, de alguma forma, estado em uma situação em que estivemos e que conseguiu uma vitória, uma melhoria da sociedade? Quer dizer, estamos aprendendo, há algo que podemos aprender com os outros em termos, assim, de nos alçar a algo mais efetivo, produtivo e otimizar a atuação desses políticos? Em algum local próximo da América Latina. Não sei se vocês teriam essa informação. Porque parece muito desalentador sermos governados por seres tão apáticos. E o que é que nós psicólogos, acho que é uma reflexão também que está comigo e que eu gostaria de jogar para os colegas, podemos fazer para, lá atrás, no início, tocar de alguma forma essas pessoas que se elegem, quer dizer, como é que nós podemos melhorar o

começo de tudo? Os governantes que parecem tão apáticos e muito voltados para suas próprias questões individualistas, vencer, receber, melhorar a sua própria parte financeira, acho muito individualismo dos nossos governantes. Isso é cultural? E também uma reflexão pessoal, onde que nós, individualmente, também não temos culpa nisso tudo? Gostaria de deixar essa reflexão. Muito obrigada.

Márcia: Bom dia. Eu sou Márcia Simes, sou psicóloga, trabalho desde que me formei como voluntária. Citando o exemplo que a Maria deu, concordo com tudo o que ela falou, mas não é generalizado. Porque eu dou atendimento aqui no “Fabianinho” a crianças daquela favela. O meu caminho é esse: eu venho do metrô, passo pela favela todas as vezes que eu vou. O que acontece ali dentro da favela, ao lado tem um negócio, esqueci como chama aqui, que tem cursos para as crianças, tudo de graça, tem balé, um monte de coisa de graça. Eu chego, passo, está imunda a favela, imunda; depois no outro dia eu passo e está limpinha na hora que eu passei; na hora que eu voltei já está imunda.

“Então há casos que eu concordo com você, da pessoa ter casa, receber, agora, há casos que os pais vivem bêbados, as crianças convivem ou com pai ou com mãe ou com padrasto, eles têm problemas incríveis de cabeça, incríveis, você nem imagina com o que tenho que lidar, eles até depois se apegam a mim”

Quer dizer, o que falta, não posso generalizar, na favela falta muita educação. Eu dou atendimento a crianças e quando eu peço a presença dos pais, eles não aparecem; uma mãe, até ironizando “esses aí já são drogados”, eu falei a ela, “mas eu estou dando atendimento para eles, por favor, eu quero conversar com a senhora”; e ela, “ah, eles que se virem, já experimentaram maconha, já fomos a um prédio aí que tinha um monte d’água, nós usamos outro...”. Ainda eu falo para ela, “você venha conversar comigo”. Eu atendi quatro filhos dela, é só um exemplo que eu estou dando. Então há casos em que eu concordo com você, da pessoa ter casa, receber; agora, há casos que os pais vivem bêbados, as crianças convivem ou com pai ou com mãe ou com padrasto, eles têm problemas incríveis de ca-

beça, incríveis, você nem imagina com o que tenho que lidar, eles até depois se apegam a mim. Eu acho que poderia ter um tipo de lei, até de limpeza, de multas, de coisa para mudar atitude dos pais das crianças, para mudar, tem que, sei lá. Infelizmente, nós não temos cabeça ainda para democracia, esse é o grande problema do Brasil, tem que ter leis e educação, que é o que falta, educação para esses pais que acham que gerar um filho é uma coisinha a mais, eles não se importam com a educação deles.

Plínio: Bom dia. Meu nome é Plínio César Ribeiro, eu sou técnico de segurança e coordenador da emergência há mais de 20 anos, só que em indústria. Um pouco diferente, eu espero que some, eu não sou da área de Psicologia. A Mariana, acho que a Gabriela e a dona Maria entraram em vários pontos que eu vi, por isso eu estou falando e espero que some. Eu entendo que do jeito que nós estamos hoje, falando assim bem brandamente, nós temos que orientar as pessoas, fazer um trabalho, porque é muita coisa, é cultura. Como disse, acho que foi a Gabriela, não pode chover, também não pode ficar sem água, aí torce para chover, aí tem que parar, não é? E a Mariana, eu me vi em muitas coisas, parabéns pela exposição. Temos que ter um lastro, prevenção, eu estou na área de prevenção, então não adianta depois sair apagando incêndio para todo lado, aconteceu isso e aconteceu aquilo. Eu só queria fazer bem rápido, não sei se vai somar, mas são ações de prevenção. Eu não sei se na Psicologia, até fiquei curioso, que o pessoal está entendendo assim, eu até agora no final entendi que a Psicologia pode entrar até em orientar as pessoas de como, não só depois, depois vocês já estão comentando do ônibus, de vários ônibus, mas antes, eu acredito que poderiam, estou até disposto a participar de alguma ideia em conjunto. Por exemplo, no Japão, eu lembrei, nunca fui ao Japão, mas as crianças, quando tem um terremoto existe um procedimento, com quatro, cinco anos, elas fazem direitinho lá. Não estou aqui para falar nem do Japão nem do Brasil, mas eles fazem direitinho, vão embaixo da mesa que é reforçada, os pais não estão em casa, mas eles vão, vê um abalo e acaba se protegendo. Eu creio que isso já é uma cultura de proteção. Isso que eu queria falar. Muito obrigado.

Márcio: Meu nome é Márcio. Parabéns à mesa. Chamar essa mesa, na verdade, de fundamentos sobre a Psicologia em emergência e desastre. Porque é fundamental, eu acho, desse setor poder trazer a questão da perspectiva, da desnaturalização das emergências e também uma perspectiva com base em

direito nas intervenções ou nas assistências ou seja lá como nomeemos essas experiências. Eu chamaria isso também de, além de um posicionamento político fundamental, uma abordagem, é uma abordagem que tem que atravessar todas as práticas, políticas e ideias, que tentamos apresentar para o setor essa abordagem que é necessária, repetir, falar de novo; ela não é nova, apesar de ser uma novidade em muitos ambientes que nós frequentamos. O meu itinerário profissional, ele é muito mais internacional do que aqui no Brasil, eu lembro que na Faixa de Gaza, no último conflito em que eu estive lá, depois dos meses da fase de intervenção, eu participei de um dos *feedbacks* que o Ministério da Saúde de lá deu para nós; foi por uma novidade que, pela primeira vez, mesmo depois dos sucessivos conflitos na Faixa de Gaza, eles se sentiram escutados e não simplesmente portadores de uma vontade de uma organização internacional, de atores internacionais, com um saber internacional. Eu fico sempre maravilhado quando escuto nos fóruns latino-americanos, e eu acho que aqui no Brasil também, esse posicionamento, porque eu acho que é uma das contribuições muito grandes que tem que dar e pode ser dada internacionalmente. Dito isso, ao mesmo tempo, eu acho que essa abordagem, por mais rica que ela seja, é importante ser dito, eu fico com certa dificuldade de como dar o passo além, como fazer a operacionalização dessas abordagens, nesse sentido, trazer contribuições operacionais.

A minha pergunta, mais para Mariana e para Gabriela nesse sentido, o que vocês têm visto dessas operacionalizações de como trazer esses posicionamentos em práticas concretas, em propostas. Porque isso, obviamente quem trabalha nesse setor se sente sempre enxugando muito gelo, então essa questão dessa ineficiência, que você trabalha muito no momento da emergência, é frustrante esse trabalho. Quando você olha para ele do ponto de vista de uma resposta emergencial, quando ela é extremamente muito mais complexa do que aquilo, tem um antes, durante, depois e existem questões estruturais da sociedade, reproduz na hora da emergência ou culmina na hora da emergência uma estrutura social e não dá para reinventar simplesmente em um passe de mágica a sociedade como um todo, como nós lidamos uns com os outros. Mas, ao mesmo tempo, uma questão fatídica e simplesmente se sentir absolutamente impotente; eu sempre fico com muita vontade em escutar ideias nesse sentido que possam operacionalizar, possam ser operacionalizadas e que representem essas abordagens. Porque essa questão, inclusive, da resposta à emergência,

e tem a emergência, tem a mídia, televisão, atrai um monte de gente, um monte de gente pergunta depois de dois, três meses, e desaparece. Está aí o Ebola, que agora tem outra emergência pós, o Ebola na Libéria e que não é noticiada, mas ao mesmo tempo, além das críticas e de fazer uma referência, um reconhecimento dessa situação. Como vocês veem essa dificuldade ou propostas ou exemplos dessa operacionalização dessa abordagem?

Olavo: Parabéns à mesa. Meu nome é Olavo Santana Filho, sou psicólogo e psicodramatista com 32 anos de experiência em emergência e desastre. Certamente sou o primeiro psicólogo a trazer a Psicologia para emergência e desastre. Meu trabalho de titulação em psicodrama publicado em 1986 é "Psicodrama em Emergências e Desastres" e, por isso, que eu cumprimos o CRP na Comissão de Emergência e Desastre por esse trabalho.

"Um dos primeiros mitos que foi dito logo no começo no vídeo, Defesa Civil é um tema novo no Brasil. Não é um tema novo no Brasil, é um tema novo em alguns Estados do Brasil. Em São Paulo existe uma organização desde 9 de fevereiro de 1976"

Tentamos em 2001 iniciar esse trabalho, mas não conseguimos, e agora, pelo que você mesmo falou, os passos estão caminhando a passos bem largos. E tentando colaborar nesse sentido, eu gostaria de aproveitar uma coisa que eu aprendi com o meu primeiro professor de Psicologia em emergências e desastres que era um sociólogo, é que precisamos desconstruir alguns mitos que existem. Um dos primeiros mitos que foi dito logo no começo no vídeo é que Defesa Civil é um tema novo no Brasil. Não é um tema novo no Brasil, é um tema novo em alguns Estados do Brasil. Em São Paulo existe uma organização desde 9 de fevereiro de 1976. E essa organização, o primeiro item dela é prevenção; se vocês entrarem no site da Defesa Civil do Estado vocês vão ver diariamente oficinas e oficinas preparatórias. Outra coisa, Psicologia em emergência e desastre também não é um tema novo, é um tema novo no Brasil, eu tive que ir para o exterior para aprender Psicologia em emergências e desastres.

"...já não há mais que se falar que Deus é brasileiro e que nós não temos emergências e desastres, nós temos e aos montes..."

Os nossos colegas latino-americanos, vizinhos aqui, estão anos-luz na nossa frente. Daqui a duas semanas estarei em um Congresso Latino-americano em Lima onde estaremos três brasileiros e com trabalhos apresentados por Argentina, Chile, Bolívia, Peru. E, assim, já não há mais que se falar que Deus é brasileiro e que nós não temos emergências e desastres, nós temos e aos montes. Mas, além de muitas coisas que foram ditas aqui, por exemplo, você falou do reator nuclear que tem em Sorocaba, existe uma coisa que atinge São Paulo, que é o reator nuclear de Angra dos Reis. Um acidente em Angra atinge a cidade de Bananal e existe um programa de proteção, um plano de Defesa Civil ao programa de proteção ao reator nuclear de Angra dos Reis. E outra coisa é que a prevenção é um tema que o governo do Estado de São Paulo sempre privilegiou e eu utilizava psicodrama na preparação de profissionais para atuarem em emergências e desastres, paramédicos, bombeiros, enfermeiros, que são os atores que precisam ter controle do pânico em emergências e desastres.

E, para finalizar, nós já estamos correndo atrás do bonde, nós não precisamos inventar a roda. Existe sim uma oficina das Nações Unidas em Genebra que tem produzido materiais espetaculares, tanto na área da Psicologia, da Sociologia, sobretudo, e aí eu cumprimento também os Centros de Pesquisa em Desastres, de Santa Catarina, que é um dos pioneiros, o da Paraíba, e agora o da USP, que são fundamentais, são atores fundamentais. A universidade nesse processo é fundamental para produzir pesquisas, como todas as nossas colegas sociólogas falaram, específicas da população brasileiras, mas existem coisas que nós não

"... a colega falou muito bem, às vezes o psicólogo vai ao local, não é só o psicólogo, ele vai causar muito mais problema do que solução"

precisamos inventar. A Organização das Nações Unidas não trabalha com países superdesenvolvidos, só trabalha com subdesenvolvidos. Eu acho que nós podemos e devemos usar, estou falando nós psicólogos, as Defesas Cíveis de Estados como São Paulo, Minas e Rio já estão usando, mas nós psicólogos podemos beber dessa fonte também.

Psicologia de emergências e desastres na ONU não é um tema novo. Como preparar o psicólogo, quando ele deve ir, a colega falou muito bem, às vezes o psicólogo vai ao local, não é só o psicólogo, ele vai causar muito mais problema do que solução. Psicólogo vai fazer psicoterapia em emergência e desastre? Não vai fazer psicoterapia em emergência e desastre. Agora, existem técnicas já aplicadas pelos colegas nossos aqui latino-americanos, que obviamente vão precisar ser um pouco mais trabalhadas, pesquisadas e adaptadas à nossa realidade. São alguns mitos que eu acho que se precisa desconstruir para poder caminhar. Existe muita coisa escrita em Psicologia de emergências e desastres desde os anos 1980 do século passado, que se é estudada, pesquisa, bibliografia, teorias já existem aos montes; nós precisamos agora é, como a colega falou, vamos aplicar e utilizar na prática. Era essa contribuição que eu gostaria de deixar aos colegas.

Claudinei: Meu nome é Claudinei. Eu não sou da área da Psicologia, minha esposa é psicóloga e eu vim acompanhando para este curso. Mas eu achei interessante as abordagens da mesa, porque eu quase que represento o terceiro setor, porque eu sou um líder religioso. E dentro da minha atuação eu sou um regional e nós temos 13 pontos em 13 bairros diferentes em uma região muito carente. Já que nós temos uma mesa bem diversificada, inclusive com pessoas que são atingidas pelo problema, eu acho isso interessantíssimo, que a igreja hoje está praticamente no terceiro setor, deve ou pode agir no que diz respeito a essa questão social, não só de prevenção, como de atendimento, quando acontecerem catástrofes ou coisas parecidas, pois minha região também é afetada por isso.

"Qual seria a atuação da igreja dentro desse contexto"

E, se sim, se deve, o que fazer qual a expectativa que se tem no modo amplo em relação à

questão da igreja, já que temos uma região nas mãos praticamente? A pergunta mais clara é, cabe ao governo ou nós devemos realmente agir, porque, a Mariana, por exemplo, deixou muito claro que o governo vai ser responsável sempre, e eu concordo com isso. Qual seria a atuação da igreja dentro desse contexto? Obrigado.

Caíque: Boa tarde. Sou o Caíque, estou no décimo semestre de Psicologia. Eu tenho algumas colocações frente à emergências e desastres. Nós só olhamos para esse tema quando acontece, é uma coisa assim muito, muito evidenciada, como o que aconteceu em Santa Maria e outros desastres mais publicados na mídia. Esse tema para mim, um tema tabu, assim, queria colocar só um pouquinho do tema suicídio, que é um tema que eu utilizo na minha monografia e que só é evidenciado quando acontece, aconteceu, a sociedade olha, mas daqui a pouco esquece. Então, a nossa sociedade em geral não está habituada com manejos preventivos em redução de crises de desastres; olhamos nossa sociedade como um caos, sendo este de responsabilidade de várias intersecções, política, social, econômica, cultural. Nossas práticas frente à crise se dão como uma pós-venção emergencial, nós damos a assistência emergencial e depois são somente cuidados paliativos, a cesta básica, o abrigo. E depois toda aquela sociedade, toda aquela cultura que foi afetada continua com as mesmas práticas, com as mesmas relações que interferem no meio ambiente e que podem provocar outras crises. Eu sugiro um plano nacional de pós-venção educativa, que enfatize os fatos críticos que podem desencadear, ou já desencadearam, uma crise, educando a sociedade sobre direitos e deveres. Pois a crise, o desastre é uma resposta de vários sintomas que não foram remediados no plano sociopolítico e econômico do nosso país. São essas as minhas colocações.

Verônica: Boa tarde. Meu nome é Verônica, eu sou psicóloga também.

“...tive a oportunidade de assistir a uma psicóloga entrando em choque quando aconteceu aquele evento da boate no Sul e ali eu vi realmente que às vezes, aliás, muitas vezes, o psicólogo não tem preparo para esse tipo de situação”

Engraçado como os temas, as perguntas, tudo acaba se ligando. Eu concordo com o que a psicóloga Janaína falou; tive a oportunidade de assistir a uma psicóloga entrando em choque quando aconteceu aquele evento da boate no Sul e ali eu vi realmente que às vezes, aliás, muitas vezes, o psicólogo não tem preparo para esse tipo de situação. Aí ele se coloca naquela condição de “ok, vou lá ajudar”, mas o que é esse ajudar? Entendeu? Eu acho que falta bastante preparo. O que a Mariana colocou também é bastante interessante e aí conecta com o que o Márcio coloca, que é toda a questão estrutural, eu acho que são coisas que vêm já de antes e entram quase em conflito com o que a outra colega falou, que é a questão dos pais, quer dizer, é uma falta de estrutura que já vem de outras gerações e que esbarra em várias coisas, desde a parte política, econômica, tudo que envolve a sociedade. Acho bem pertinente o que você colocou e tem uma coisa que eu queria falar a respeito da Maria. Ontem eu li um artigo a respeito disso: a ONU está trabalhando exatamente com as questões da população mais simples, o pessoal, que como ela, traz vivência da infância, conhecimentos que às vezes vamos buscar na faculdade, coisas que não consegue. Por quê? Porque é coisa que a pessoa aprende só, coisa de regionalismo para ajudar a lidar com essas questões que estão aparecendo. É mais uma colocação que eu queria acrescentar ao que a Maria dos Anjos colocou e todo esse contexto que eu acho que está envolvido de uma maneira generalizada. A atuação do psicólogo, vai em que sentido? Ela se estrutura de que maneira? Ela busca como atuar? Como o colega lá de trás também falou que queremos ajudar, mas tem que ter um preparo, como buscamos o que fazer? Seria essa minha colocação, a dúvida, o meu questionamento. Obrigada.

Joari Carvalho: Vamos então encerrar essa rodada. Vou aqui combinar, até uns cinco minutos, as considerações finais e as possíveis respostas. As perguntas geralmente são proporcionalmente mais complexas do que a nossa capacidade de responder, até por que é no dia a dia concretamente que vamos conseguindo gerar algumas soluções, mas nós temos de ter um propósito, senão literalmente procuramos essas soluções. Passo a palavra à Janaína.

Janaína: Começamos falando sobre planejamento e a primeira pergunta que eu me fiz foi de que planejamento falamos quando falamos de planejamento urbano, quanto à primeira pergunta sobre a questão do planejamento. E essa é uma questão que leva à questão das práticas que o Márcio falou, que práticas podemos conduzir profissionalmente.

“Como construir um planejamento que atenda aquilo que estávamos falando hoje, que represente não só determinados grupos, mas represente também as comunidades e essas problemáticas urbanas...”

Eu acho que primeiro temos que pensar que planejamento urbano e para quem. Porque temos um discurso um pouco de pensar que o planejamento, ele por si só, vai resolver a problemática urbana, quando muitas vezes o planejamento é feito para atender interesses específicos de determinados grupos sociais e outros não são escutados no próprio processo de planejar. Como construir um planejamento que atenda aquilo que estávamos falando hoje, que represente não só determinados grupos, mas represente também as comunidades e essas problemáticas urbanas que a Maria colocou aqui; fiquei pensando a quem cabe a responsabilidade de produzir, tanto de construir, esse processo de planejamento. Precisamos, do ponto de vista das práticas, construir autonomia com as comunidades, favorecer a participação aonde ela tem que acontecer, que é na ponta, e localmente nas pequenas comunidades. E não é só no grande planejamento urbano, mas nas ações que acontecem cotidianamente no nosso bairro, na nascente que está sendo aterrada no meu bairro e como a comunidade ali pode se organizar e pode ser mobilizada de uma forma prática. Eu estou falando para poder influenciar nisso que é o próprio planejamento urbano de uma forma mais ampla. É claro que temos legislação, mas temos uma incidência das legislações muito baixa.

Em determinados pontos de vista da legislação urbana e da Defesa Civil, de Proteção e Defesa Civil, tem a legislação, no caso da Defesa Civil a Lei nº 12.608/12. Ela não está regulamentada ainda, então ela existe, diz lá que temos que fazer um

determinado atendimento, ou fala um pouco dos direitos, mas na verdade não descreve como os direitos serão atendidos, como a Mariana estava colocando, não descreve como deve ser feito o atendimento, no caso do atendimento depois da emergência; por quanto tempo as pessoas têm que ter informação de onde vão morar ou o que acontecerá com a vida delas. Do ponto de vista prático acho que a nossa atuação é produzir autonomia, é fazer com que as pessoas possam decidir sobre as suas próprias vidas.

“...tem muita coisa que precisamos conhecer sobre o que é ocupar áreas com risco de desastre no nosso país e quantas milhares de pessoas são afetadas pelo risco, pelo desastre”

Há uma larga história da Psicologia de emergências por aí afora, mas no Brasil não temos, mal sabíamos onde os desastres aconteciam, até pouco tempo, não tínhamos sequer essa informação. Não conhecemos as áreas de risco do nosso país, não sabemos como são essas áreas, não sabemos tão bem assim sobre esse sofrimento dessas áreas com risco de desastre, não sabemos exatamente quais são as características, embora saibamos que é questão de infraestrutura. Tem muita coisa que precisamos conhecer sobre o que é ocupar áreas com risco de desastre no nosso país e quantas milhares de pessoas são afetadas pelo risco, pelo desastre.

Hoje, só de um pequeno levantamento que o CPRM fez, temos 820, 821 municípios prioritários que sofrem inundação e deslizamento, só áreas de alto risco, só áreas urbanizadas, centros urbanos; temos mais de três milhões de pessoas identificadas morando nessas áreas, nas áreas que a Defesa Civil também os conduziu a verificar. Se formos considerar outros eventos, outros cenários, considerar uma forma bem mais ampliada, inclusive, de identificar os riscos, temos muitos milhares de pessoas morando em áreas com riscos no país.

Precisamos sim pensar uma Psicologia brasileira e local, com base nessa experiência. Claro que não deixando de aprender com quem já tem uma

trajetória, mas do ponto de vista da Psicologia europeia nas emergências e desastres, temos um foco também muito grande na questão do trauma, na questão do apoio psicológico que pode também ocorrer de outras formas.

E eu queria trazer, só para fechar, essa questão da participação das igrejas. Neste ano desenvolvi um trabalho com a Fundação Luterana, voltado a apoio psicossocial de base comunitária, que é pensar quando e como nós somos necessários nas situações de emergência. Muitas vezes a comunidade e as igrejas podem se organizar com as associações comunitárias para poder ofertar esse apoio psicossocial e trabalhar na identificação das pessoas que moram em áreas de risco, nas maiores necessidades. Tem muito trabalho que a igreja, pode fazer, é bem importante.

Joari Carvalho: Obrigado, Janaína, novamente agradecendo pela sua participação. Passo a palavra para a senhora Maria.

Maria dos Anjos: respondendo à pergunta daquela senhora na questão da educação das favelas, como ela colocou. Eu acho que deve haver um acompanhamento sim de educação para essas pessoas, mas esse acompanhamento tem que acontecer em um

"A participação da igreja também é muito importante porque eu acho que para melhorar a situação que nós vivemos hoje não podemos também cobrar só do governo, temos que trabalhar em conjunto, pegar essa causa como um todo porque quando trabalhado em conjunto temos bons resultados"

conjunto de conselho tutelar, psicólogo, como aqui nós estamos falando, o poder público de uma maneira geral, todos os atores atuando ali, porque essa situação, quando chega a esse ponto, precisa de um acompanhamento. Essas pessoas, quando agem dessa maneira, elas já estão no extremo, precisam ser acompanhadas, precisam ser reeducadas e talvez começar do zero, conhecemos isso.

A participação da igreja também é muito importante, porque eu acho que para melhorar a situação que nós vivemos hoje não podemos tam-

bém cobrar só do governo, temos que trabalhar em conjunto, pegar essa causa como um todo, porque quando trabalhado em conjunto temos bons resultados. Todos vendo que a causa é de todos, o problema é de todos, não é só do Brasil, é do mundo inteiro, então vamos trabalhar todos juntos e teremos um bom resultado, eu acredito.

"...ainda estamos aprendendo na verdade como é que participamos, como é que nos mobilizamos, como é que damos voz aos nossos interesses e às nossas demandas"

Joari Carvalho: Muito, muito, muito grato a você senhora Maria, pela participação e vamos continuar essas conversas. Então muito obrigado e vou passar a palavra para a Gabriela.

Gabriela: Agradeço as perguntas, foram várias, vou tentar compilar um pouco as que tem mais a ver também com a minha área de atuação. Aquelas que ficaram mais no âmbito da atuação do psicólogo acho que a Janaína já deu conta do recado.

Em relação à pergunta da Solange, essas decisões políticas parecem sempre tão apáticas ao planejamento e como é que tocamos esses políticos que se elegem, se nós, enquanto cidadãos, também não temos certa responsabilidade, certa culpa nesse processo. Eu lembro que a Janaína retomou a ideia de que nós ainda somos uma democracia muito recente, ainda estamos aprendendo, na verdade, como é que participamos, como é que nos mobilizamos, como é que damos voz aos nossos interesses e às nossas demandas. Mas, ao mesmo tempo, se essa é uma fragilidade da sociedade brasileira em termos de mobilização, de participação, eu também gosto de questionar, da mesma forma como a Janaína questionou, de que planejamento estamos

"...vivemos em um momento que não é tão favorável assim às questões de mobilização, de participação, enquanto estamos mais pensando nos nossos direitos e muito menos na questão coletiva"

falando e planejamento para quem, de que participação estamos falando, de que mobilização. Sobretudo, em um contexto contemporâneo em que observamos que as pessoas estão cada vez mais individualistas, pensando mais nos seus direitos, no meu direito de ir e vir, no meu direito de deslocamento, no meu direito, e menos pensando no coletivo, no bem-estar, no direito da coletividade.

Quer dizer, ainda não alcançamos esse grau, esse nível de participação e mobilização esperado para que, de fato, possamos fazer parte do processo de tomada de decisão e posse; não só pressionar, levar as nossas demandas, nos mobilizarmos, mas também termos essa ideia de corresponsabilização, como ficou falado ali no vídeo com a professora, de que também temos que arcar com os custos, as consequências dos impactos das ações das quais buscamos participar. Por outro lado, vivemos em um momento que não é tão favorável assim às questões de mobilização, de participação, enquanto estamos mais pensando nos nossos direitos e muito menos na questão coletiva.

Além disso, eu acho que tem também uma questão de interesse, tratar de uso e ocupação do solo, de áreas de ocupação irregular aqui em São Paulo é tratar do Plano Diretor atual. Eu pergunto quantos de nós tivemos a paciência de ler o Plano Diretor, de realmente nos apoderarmos dessas informações para poder fazer as devidas cobranças e as devidas pressões nos instrumentos participativos de que participamos. Parece que a dona Maria aqui nos deu uma grande lição quando ela diz que participa do conselho do CADES, do Conselho de Saúde, é líder da Associação de Bairro; quer dizer,

“Por que o nosso processo de tomada de decisão parece tão centralizado ainda e tão de cima para baixo, até para dar respostas mais concretas, mais robustas para as perguntas que vocês mesmos foram nos colocando?”

esse é o exemplo de uma pessoa mobilizada, uma pessoa que participa. Quantos de nós fazemos isso? Eu acho que temos, sim, uma parcela de responsabilidade nisso também. Quando o Márcio faz todas essas provocações, como é que partimos de toda essa abordagem teórica para a prática, quais

são as contribuições operacionais, eu não posso falar enquanto psicóloga, porque não sou dessa área, mas posso dizer enquanto pesquisadora.

E acho que enquanto pesquisadora precisamos mais de mesas como esta, de mesas que possibilitem a integração de conhecimentos e de saberes, não só conhecimento tradicional, como o da Dona Maria, que vivencia na prática todas essas coisas que eu e Mariana refletimos na academia; não só integração entre academia e conhecimento tradicional, mas a integração dos próprios diferentes saberes. E aqui estou em uma mesa com psicólogos, Mariana que vem das ciências sociais, eu da área de comunicação originalmente, com diferentes olhares para pensar esse contexto supercomplexo. Não é só olhar interdisciplinar, mais articulação de

“Entre as tantas respostas que ouvíamos “não tem condições socioeconômicas, falta política de habitação”, também tinha muito essa questão da religião, “nada vai me acontecer porque se acontecer é porque Deus quis”

saberes, mas também estudar essas experiências em profundidade, para não cair na inocência e achar que a solução para o problema é simples, “simples, vamos participar mais”. Mas que participação é essa, o que está na base, quais são os entraves dessa participação? Por que o nosso processo de tomada de decisão parece tão centralizado ainda e tão de cima para baixo, até para dar respostas mais concretas, mais robustas para as perguntas que vocês mesmos foram nos colocando?

E, por fim, Claudinei, que perguntou o papel da igreja, do terceiro setor. Eu fiquei pensando muito na pesquisa que eu fiz no Litoral Norte de São Paulo, na qual eu ouvi várias vezes, quando entrevistei as pessoas que moravam em áreas consideradas de risco por deslizamento ou por enchente, ou que ainda viviam em áreas de riscos e áreas que elas não poderiam estar ocupando, porque é área de proteção ambiental, ali dentro do Parque Estadual da Serra do Mar. E, muitas vezes, nas falas delas, morando em casas assim, com condições superprecárias, qualquer chuva que você pudesse vislumbrar, aquele barraco, aquela casa iria para baixo, você per-

gunta por que a pessoa está ali. E entre as tantas respostas que ouvíamos “não tem condições socioeconômicas, falta política de habitação”, também tinha muito essa questão da religião: “nada vai me acontecer porque se acontecer é porque Deus quis”. Eu não entrei muito em profundidade para entender esse componente religioso nas narrativas, mas eu acho que é fundamental começarmos a pensar um pouco mais, a problematizar um pouco mais essa questão da espiritualidade, das crenças religiosas que nos fazem assumir tais riscos e quase na perspectiva que eu e a Mariana temos falado, que não é natural, mas quase que naturalizando esses fenômenos, porque se algo acontecer é porque uma divindade, porque Deus quis. Obrigada.

Joari Carvalho: Reforço o agradecimento à Gabriela. Passo a palavra para Mariana.

Mariana: Vou começar do fim, mais ou menos do fim. O Claudinei, pegando o gancho da Gabriela, falando do papel dos líderes religiosos. Tanto na tragédia no Rio de Janeiro em 2011, como Santa Catarina em 2008, vimos o poder desses líderes religiosos de diversas denominações, como eles assumiram a responsabilidade onde faltou o Estado, assumiram de uma forma exemplar em alguns casos. Posso falar das que lembro: Assembleia de Deus, igreja católica Capela do Divino, em Petrópolis, a igreja Brasil para Cristo. Assim, diversas denominações tiveram um importante papel por quê? Passa na base de tudo o que estamos falando, são pessoas que vivenciam a comunidade, são líderes que estão próximos das pessoas, que conhecem o problema de perto. Quando falamos da atuação do psicólogo, do cientista social dentro da academia ou não academia, dos agentes das prefeituras, quando não constrói essa proximidade, quando você não en-

tende o problema e a estrutura que há antes do impacto da tragédia, desse desastre virar uma tragédia pontual, quando você não tem essa legitimidade perante esses afetados, a atuação de qualquer profissional vai ficar muito difícil. E cai naquilo que a Janaína disse dos ônibus com os psicólogos que, voltados pela compaixão, a comoção do momento, querem ir ajudar no outro local, querem ir, saem das suas localidades, das suas regiões de atuação, vão para outras, chegam lá, atrapalham e atrapalham muito.

No Rio de Janeiro vimos MSF, “Médicos sem Fronteiras”, atrapalhando; *Save The Children* atrapalhando; pessoas que chegam com o seu aparato internacional, mas que não têm noção da localidade, da estrutura de poder dos líderes comunitários, de como se aproximar dessas pessoas, e que mais atrapalham do que ajudam. O Rio de Janeiro foi um caos em 2011 porque teve essa comoção nacional, internacional, e a mídia torna esse sofrimento coletivo público, ela publiciza isso e entramos nessa comoção. Era gente querendo viajar para o Rio de Janeiro, voluntário, voluntário, voluntário, gente querendo ajudar, ajudar, ajudar e atrapalhando. Quando eu cheguei a Petrópolis, um líder comunitário, assim como a senhora Maria dos Anjos, alguém que entende, que participa de várias arenas de discussão de poder, não tinha voz porque havia um líder do MSF que falava o que tinha que fazer, o que não tinha que fazer e era uma violência, era uma violência constante com aquelas pessoas que têm a sua lógica, que têm a sua estrutura e nem tudo é ruim.

No Acre há uma Assistência Social que trabalha muito bem em Rio Branco com as famílias, porque sabe o que vai acontecer, que virão as cheias, sabe que essas pessoas vão precisar sair. Há uma legitimidade da ação do governo e as pessoas confiam nesse governo a ponto de juntar os seus materiais, colocar em um barracão, confiar que o material dela, que a televisão, a cama, não vai ser roubada, porque ali a comunidade é assistida o tempo todo. A prevenção é de fato trabalhada. Porque não adianta só estar lá no plano de prevenção, como temos no Estado de São Paulo, temos no Brasil, como a Defesa Civil, está lá no seu plano em todas as fases, ela está na prevenção e na preparação, ela está lá na resposta, na reabilitação, mas na prática não vemos isso no Brasil. Aqui que eu provoco, é a minha provocação e é uma provocação para mim também, não é só para vocês, é para mim

“No Rio de Janeiro vimos MSF, Médicos sem Fronteiras, atrapalhando, Save The Children atrapalhando, pessoas que chegam com o seu aparato internacional, mas que não têm noção da localidade, da estrutura de poder dos líderes comunitários, de como se aproximar dessas pessoas, e que mais atrapalham do que ajudam”

“Algumas práticas no nosso país, em alguns municípios, em alguns Estados têm se mostrado exitosas; quase não é falado, quase não tem repercussão”

mesma, de como podemos atuar, nós como sociedade civil, como profissionais, para fazer com que essa mudança venha de baixo, porque se esperarmos mudança política, a mudança de cima, não vai acontecer, porque na teoria, no discurso, temos isso tudo muito bem construído, mas não consegue fazer com que isso se torne uma atitude prática, ficamos engessados. Algumas práticas no nosso país, em alguns municípios, em alguns estados têm se mostrado exitosas; quase não é falado, quase não tem repercussão. Por exemplo, eu sou uma pessoa muito frustrada, eu sou de São José do Rio Preto, eu sou do Estado de São Paulo; moro atualmente em Piracicaba, estudei em São Carlos e nunca consegui trabalhar no Estado de São Paulo com desastre, porque a Defesa Civil do Estado de São Paulo sempre se fechou para a academia. Eu trabalhei muito no Rio de Janeiro, muito em Santa Catarina. Nos cursos do CAEM que a Defesa Civil aqui do Estado de São Paulo fazia no início dos anos 2000, dos poucos que eu pude participar, eles falavam ainda em abrigo, administração de abrigo, onde se separava por sexo homens de mulheres. A criança com até sete anos fica com a mãe, senão fica com o pai, e entrava naquele impasse daqueles jovens que não têm pai, só têm a mãe, fica exposto a todo tipo de violência. Precisamos, sim, em um contexto complexo que é um desastre, ter uma visão macrossocial, mas não deixar de olhar o microssocial, olhar de perto, e aqui está o papel de cada um de vocês, de estar ali naquela base. E é talvez como agentes, que vocês podem ser o agente de mudança, vocês podem ser esse agente motivador para que os moradores se mobilizem para mudança; porque enquanto não empoderarmos e não dermos voz a essas pessoas, nós vamos ver esse tipo de política que vai passar por cima a todo o momento da cidadania, daquilo que eles têm direito.

E para encerrar, Márcio, a hora que você fala da desnaturalização e nos provoca para as práticas, eu lembro muito do livro “Respeito”, de Richard Sennett, onde ele fala da fadiga da compaixão. A

“Porque caiu em política de governo, não entendemos ainda que desastre tem que ser política de Estado, não importa se vai mudar o governo, não importa se vai mudar o partido”

mídia, ela faz de nós essa fadiga da compaixão como cidadão, como profissional e queremos agir muito rapidamente, só que essa fadiga logo cai no esquecimento. Então daqui a pouco já tem outro desastre, tem outras coisas, esquecemos o que aconteceu ali e aí não se cria um histórico de prática para trabalharmos nos desastres. Várias das práticas que eu vi em alguns abrigos se mostraram exitosas, outras não. Tentamos trabalhar, por exemplo, com a Defesa Civil do Rio de Janeiro, que tem um manual de abrigos temporários, eles têm, fizemos a revisão para eles e foi muito bacana a parceria, mas perguntem se isso foi para frente, pergunta se realmente foi modificado o manual. Por quê? Porque caiu em política de governo. Não entendemos ainda que desastre tem que ser política de Estado, não importa se vai mudar o governo, não importa se vai mudar o partido. E quem vai fazer com que isso seja uma política de Estado? Nós, sociedade civil, profissionais de dentro da academia, de fora da academia, temos que nos mobilizar junto com essas pessoas, senão nós vamos continuar falando, falando, falando e o cenário vai continuar o mesmo, desastroso. Muito obrigada.

“Política de Proteção e Defesa Civil não pode e jamais conseguirá resolver todos os problemas, ela precisa estar articulada com diversos outros setores das políticas públicas e, sobretudo, com a sociedade para que as transformações aconteçam”

Joari Carvalho: Mariana, novamente muito obrigado a essa participação de vocês do NEPED. Aliás, nós somos estudantes do NEPED desde o princípio, desde a época do GT nós pegamos o material de vocês e devoramos esse material, é uma grande referência. Agora temos mais um

espaço de organização da pesquisa em torno do CEPED na USP, entendemos que São Paulo precisa ter esse protagonismo e com essa diversidade de possibilidade de pensar essas situações.

Para concluir o debate da mesa, queria fazer uma breve citação em relação à política e mais duas considerações sobre a questão da Psicologia. A Lei nº 12.608/12, no seu artigo 3º, diz: “A Política Nacional de Proteção e Defesa Civil abrange ações de prevenção, mitigação, preparação, resposta e recuperação voltadas à proteção e Defesa Civil”. Pelo menos no papel está escrito que não é só resposta, então devemos ter mais coisas. Parágrafo único: “A Política de Proteção e Defesa Civil deve integrar-se às políticas de ordenamento territorial, desenvolvimento urbano, saúde, meio ambiente, mudanças climáticas, gestão de recursos hídricos, geologia, infraestrutura, educação, ciência e tecnologia e às demais políticas setoriais, tendo em vista, a promoção do desenvolvimento sustentável”. Logo, Política de Proteção e Defesa Civil não pode e jamais conseguirá resolver todos os problemas, ela precisa estar articulada com diversos outros setores das políticas públicas e, sobretudo, com a sociedade para que as transformações aconteçam. Não é fácil, neste sentido, eu quero dizer que estamos construindo no Núcleo de Psicologia de Emergências e Desastres uma ideia de comunicar, colaborativa e criticamente o Governo Estadual em relação ao nosso Sistema Estadual de Defesa Civil e a todos os municípios também por isso.

“A nossa Política Estadual de Proteção e Defesa Civil precisa melhorar”.

No caso estadual, a Política Estadual de Assistência Social, diferente de quase todos os estados do país, não faz parte do sistema de Defesa Civil. Em contrapartida, o fundo de solidariedade tem escrito no papel, no decreto que a regulamenta, a função de Assistência Social. E, então, parabéns à cidade de São Paulo, que pode ter toda dificuldade do mundo, mas está cumprindo o dever da rede socioassistencial. Pode melhorar? Pode e deve, claro, mas só que nós não temos a referência estadual. A nossa Política Estadual de Proteção e Defesa Civil precisa melhorar. Está-se trabalhando na pers-

pectiva da prevenção, porque precisa ser entendida para todos esses outros atores como se prevê na Política de Proteção e Defesa Civil.

Nós estamos realizando uma oficina agora à tarde sobre o atendimento psicológico porque está previsto, é um direito das pessoas, sem ter que criar essa história de que todo mundo tem que ter atendimento psicológico, porque não é essa a reação, estudos científicos apontam para isso, e quem necessitar precisa ser atendido de maneira qualificada. Nós precisamos qualificar isso, essa articulação precisa ser da referência nacional, estadual e não pode ficar esperando que o município sozinho, um município de cinco mil habitantes, por exemplo, no Vale do Paraíba, que geralmente são os mais afetados e também os mais pobres com maiores dificuldades, que resolvam isso sozinhos. O colega psicólogo que está lá e às vezes é o único psicólogo da saúde, da Assistência Social, da educação, do judiciário, de tudo, é ele que ainda vai ter de resolver o problema sozinho. Não pode, nós precisamos dessa rede articulada, fortalecida, robusta e consciente da sua responsabilidade. Nesse sentido é verdade, sim, a Psicologia relacionada com emergência e desastres tem uma longa história, existe um debate sobre Psicologia em emergências e desastres e a Psicologia tem várias referências. A professora Maria Helena no vídeo falava da Psicologia Clínica, Psicologia Social, comunitária, da Psicologia Cognitiva, e várias outras linhas que podem ser utilizadas, considerando a realidade e a necessidade; não é simplesmente ir lá e aplicar, mas temos várias referências. Existe também uma construção de uma Psicologia especializada em emergências e desastres, existe esse diálogo dentro da própria categoria, tanto do ponto de vista da produção do conhecimento quanto da atuação, a atuação especializada de Psicologia das emergências e a colaboração de todas as áreas da Psicologia em situações de emergências e desastres. Porque na hora que acontecer a necessidade, é o usuário do CAPS que vai ser atendido pela Política de Proteção de Defesa Civil, é o usuário do serviço de convivência de fortalecimento de vínculos da Assistência Social, o estudante daquela escola que tem às vezes um atendimento de referência da Psicologia. Essas são as pessoas, aliás, somos nós também, porque nós, todos nós aqui podemos ser afetados, nossos bairros, onde moramos. Eu vivenciei isso em Suzano há alguns anos diretamente.

Tem a especialização e tem essa possibilidade colaborativa entre as várias áreas; neste sentido, eu gostaria de recomendar, não lembro se isso foi colocado na pastinha de todos vocês, que já temos uma nota técnica que não inventa a roda sobre a atuação da Psicologia em emergências e desastres; recomendo a leitura, faz um sobrevoos sobre essas perspectivas de atuação. Também há outros documentos, como o que nós produziremos a partir deste Seminário, documentos de referência técnica e estamos apontando nos vídeos, gostaria muito de trabalhar com os radioamadores que são outras formas de difundir essas informações sobre a Psicologia.

Eu queria já agradecer de antemão novamente à Janaína Furtado, às pessoas que estarão nas oficinas sendo responsáveis; à Janaína Furtado que falará sobre atendimento psicológico em saúde mental nos planos de contingência. A senhora Maria que estará na oficina sobre mo-

bilização social. A Maria de Jesus Dutra dos Reis, que vai tratar das oficinas sobre a gestão do Sistema Único da Assistência Social e o atendimento socioassistencial nas horas de emergências e desastres. Também ao Márcio Gagliato, que vai tocar a oficina sobre assistência humanitária e primeiros cuidados psicológicos, e, por fim, Tabata Bertazzo, que vai realizar oficina sobre a logística humanitária. A vocês que vão realizar as oficinas à tarde já agradeço antecipadamente por toparem esse desafio conosco. No final do dia nós vamos nos reunir novamente, provavelmente às 16 horas para fazer um fechamento com todos, a partir do que for conversado nas oficinas, levantar sugestões e propor possíveis questões que sejam operacionalizáveis a partir do Seminário e outras que precisem de outros espaços para levarmos adiante. E o Márcio foi muito feliz na sua provocação, como diz o poeta João Cabral de Melo Neto, "não é possível defender só com palavras a vida". 🙏

Relato das oficinas, socialização, sugestões e debate final

Joari Carvalho: Essa é a última etapa da 2ª edição do Seminário sobre Psicologia em Emergências e Desastres e vai ser coordenada por outra pessoa que eu vou aqui chamar, a Ana Cecília, que é uma das componentes do Núcleo sobre Emergências e Desastres, colega que teve um contato com o Grupo de Trabalho na gestão passada e nesta gestão desde o princípio contribuindo, ajudando a pensar essas ações, vou passar essa coordenação a ela.

Também convidar aqui ao palco Dafne, Elaine, Reginaldo e Sandra para um relato mais informal, socializar entre todos um pouco o que foi cada uma das oficinas, já que, provavelmente, quem foi para uma pode estar curioso ou curiosa para saber o que rolou na outra. Para compor aqui à frente, mas depois, se vocês quiserem também se manifestar complementando, fiquem à vontade; a ideia é cada um falar um pouquinho. Um pequeno resumo para fecharmos essa atividade, encerrar, até se alguém tiver alguma questão além das que foram incluídas nas oficinas, é um último momento para registrarmos isso, darmos continuidade aos debates sobre essa temática pelo Conselho Regional, levando para a sociedade, para a categoria, também às pessoas que estão nessas situações ou venham a passar pelas situações de calamidade. Muito obrigado. Passo a palavra à Ana Cecília.

Ana Cecília Moraes Weintraub: Boa tarde. Meu papel aqui vai ser relativamente simples, eu vou só tentar coordenar um pouco o tempo e também as perguntas de vocês. A nossa ideia, quando pensamos esse momento final, era realmente poder ouvir o que foi discutido e pensado nas oficinas, já que não dava para todo mundo participar de todas, porque fizemos a opção para elas acontecerem ao mesmo tempo, para realmente poder fazer essa

troca. Cada um dos colegas vai fazer um resumo do que foi discutido. Se alguém que participou da oficina e quiser fazer algum adendo, alguma coisa vocês me avisem, depois eu vou tentar fazer um fechamento para podermos encerrar. O Reginaldo vai falar primeiro.

Reginaldo Branco da Silva: Boa tarde. Inicialmente eu ia acompanhar a oficina sobre o SUAS e o atendimento socioassistencial nas situações de emergências e desastres, mas por uma questão de contingente, pela quantidade de pessoas nessas oficinas, acabamos juntando com outra sobre a logística humanitária.

"... temos desastres sim, não somos um país abençoado, temos muitos problemas, talvez não aqueles desastres de Hollywood, terremotos, tsunamis, mas as nossas enchentes do dia a dia"

Juntamos os dois grupos e as duas palestrantes, a Tábata Bertazzo, que é da USP e a professora Maria de Jesus Dutra, que é da UFS-Car, foram fazendo a sua fala e entrecruzando os dois temas, como é a atuação do SUAS nessas situações e como é que a logística humanitária dá conta nesses casos.

A professora Maria de Jesus começou apresentando alguns dados sobre desastres no Brasil para provar que temos desastres sim, não somos um país abençoado, temos muitos problemas; talvez não aqueles desastres de Hollywood, terremo-

tos, tsunamis, mas sim as nossas enchentes do dia a dia. E a importância de olharmos para dois públicos específicos, os afetados, as pessoas afetadas direta ou indiretamente pelo desastre e as pessoas que trabalham no resgate. Também o estafe direto, que são os bombeiros, policiais, os profissionais da rede de assistência, e o estafe indireto, que são os voluntários.

Com foco nesses dois pontos, os afetados e os trabalhadores, a professora Maria de Jesus, junto com uma equipe de alunos da UFS-Car, fez um levantamento de estudos onde aparecia essa questão de como o psicólogo pode atuar nessa situação, trabalhando com essas duas populações. Ela fez um levantamento com algumas obras brasileiras e estrangeiras, onde aparecia essa questão e o que essas obras apontavam, como é que deveria ser a situação do psicólogo nessas situações. Levantou trinta e poucos comportamentos, atitudes que o psicólogo deve ter nas situações e categorizou em cinco grandes categorias de comportamento e apresentou essas categorias para nós. Algumas, com certeza quem tem estudado a questão da emergência e desastres conhece: o que é estar preparado, capacitado, conhecer a situação, a comunidade, levar em conta as questões culturais, se apresentar para quem está no comando, não é "cheguei chegando", mas sim se colocar junto à equipe, entre outras situações.

"Acabam duplicando trabalho, não realizando o trabalho que deveria ser feito, não levam em conta o cadastro que o SUAS faz para poder organizar aquelas pessoas que foram afetadas"

Estavam presentes na oficina uma pedagoga, outras pessoas eram formadas em Psicologia e atuando no SUS, pessoas que atuavam no CRAS, no CREAS e em centros que trabalham com população de rua e de acolhimento. Elas conseguiram, a partir dessas pontuações que a professora fez, dessas atitudes, ir se colocando sobre onde conseguiam fazer isso, onde não conseguiam, quais eram as dificuldades da atuação. Eram psicólogos com alguma experiência de como o SUAS atua nessas situações de emergências e desastres.

E, por outro lado, a Tábata foi se colocando em relação à logística humanitária, como é essa logística, e que apesar de ter protocolos seriíssimos de como deve ser feita, na prática não é feita. A logística se compromete muito quando ela tem que atuar, e sabemos que ela atua mais na resposta, quando ocorre o desastre e é chamada para responder, para ajudar todas as instituições, sejam públicas ou privadas. As OSCIPs ou as ONGs, que atuam na situação, elas têm essa boa vontade de ajudar, mas a logística mesmo elas não têm. Acabam duplicando trabalho, não realizando o trabalho que deveria ser feito, não levam em conta o cadastro que o SUAS faz para poder organizar aquelas pessoas que foram afetadas.

"Os profissionais do SUAS atuam porque estão ali na política pública, mas não têm muita capacitação, então os municípios acabam trabalhando no improviso"

São pessoas, instituições que realizam a logística, mas também não têm às vezes a compreensão daquele local, compreensão da situação, vêm de fora, que é a grande questão que colocamos, a crítica é que muitas pessoas vêm de fora e não reconhecem aquela comunidade; a comunidade também não as conhece, então esse trabalho conjunto é prejudicado por isso. A logística acaba sendo prejudicada porque, apesar de ter o protocolo, as diretrizes, elas não se encaixam na situação real.

Talvez o principal aqui seja: quais são as dificuldades e desafios que faltam para nós enquanto SUAS, a falta de capacitação dos profissionais. Os profissionais do SUAS atuam porque estão ali na política pública, mas não têm muita capacitação, então os municípios acabam trabalhando no improviso. E essa preparação, achamos que deve ser específica para trabalhar no desastre, então não sei como deveria ser feito, mas é uma preparação para enfrentar aquela situação específica.

Elaine Alves: Boa tarde. Eu participei da Oficina Assistência Humanitária e Primeiros Cuidados Psicológicos com o Márcio Gagliato. O Márcio tem uma experiência importante no atendimento, no trabalho internacional e trouxe diversas discussões; na verdade, um tema bastante denso para

podemos discutir e para pouco tempo. O que eu acho que me chama atenção é que ele colocou a importância da saúde mental e do suporte psicossocial, mas a importância de somar, de que essas duas questões sejam trabalhadas juntas o tempo todo. Ele trouxe como promover os primeiros cuidados psicológicos, falou da indústria da emergência, trouxe algumas imagens para que as pessoas pudessem discutir. Tem uma pergunta que ele faz, que é o que atrai os psicólogos para emergências e desastres, eu fiquei pensando nessa resposta também. Fala da importância da efetiva informação para as pessoas e os afetados que estão envolvidos, do triângulo de intervenção psicossocial, mostrando onde é que entra o atendimento mais específico, e apresentou os primeiros cuidados psicológicos.

Aqui na questão dos avanços apontados que eu levei em conta, ele trouxe a importância da saúde mental, o suporte psicossocial e o impacto sobre o bem-estar das pessoas e também trouxe o protagonismo dos afetados, a importância de ouvir o que se sabe, o que se faz, qual o modelo de intervenção. E ele chama também a atenção de que o importante para as pessoas não é o que elas precisam, mas o direito que elas têm, não é uma questão assistencialista, é uma questão do direito, do que é justo, de justiça das pessoas.

Eu anotei como as principais dificuldades o suporte psicossocial mais a saúde mental, embora seja dentro das necessidades. E também como dificuldades a coordenação em suporte psicossocial e saúde mental, a importância de unir os vários saberes para o atendimento psicossocial, não só a Psicologia, e não ser necessariamente o psicólogo, e a competição, das disputas políticas. Eu gostaria de saber se quem participou quer acrescentar mais alguma coisa, o próprio Márcio.

Homem: Boa tarde. No fim da discussão foi levantada a questão da transversalidade dos saberes para poder atuar nessa área, especialmente a questão da gestão do projeto, atender a emergência, atender o projeto. Ele dividiu com programas, projetos, mas é uma ação pontual como gerenciar isso tudo e preparar as pessoas para estarem dentro de um projeto, que aquilo não é uma atividade sem fim, é uma atividade que tem que terminar.

Dafne Oliveira: Boa tarde. Eu fiquei na oficina sobre atendimento psicológico à saúde mental nos planos de contingência, com a Janaína Furtado. A

oficina foi interessantíssima, sentimos que faltava tempo até para falar de mais coisas, mas eu acho que deu para falar bastante coisa.

Começamos com uma vivência que a Janaína propôs para pensarmos numa situação em que se você, avisada de um desastre e você tivesse que sair de casa, o que você levaria e tem um minuto para você pegar as suas coisas. De uma forma geral, acho que foi um jeito legal de introduzir o tema e pensar nas perdas e no sofrimento envolvido, nos colocando no lugar de pessoas afetadas, o quanto não podemos medir sofrimentos e perdas. Pensar um pouco sobre justamente a definição de desastres, o que são desastres, o que significam os diversos tipos de desastres em diversos tipos de impactos que podem acontecer. Discutimos bastante essa questão dos tipos de desastres que demandam diferentes tipos de intervenções. A questão da definição, da problematização da definição dos desastres. E pensou-se um pouco na questão do risco em relação à vulnerabilidade, o que são os locais vulneráveis, o que são as populações vulneráveis, que recursos temos para poder atuar tanto em prevenção quanto em resposta.

“...um material que falava sobre a proteção dos direitos humanos das pessoas afetadas por desastres e aí pensando em diferentes tipos de desastre, diferentes tipos de contexto”.

Ela foi trazendo bastante experiência de campo, principalmente no trabalho em Santa Catarina. Acho que uma coisa que ficou bastante importante foi essa questão de sabermos com o que estamos lidando, conhecer as ameaças, conhecer as vulnerabilidades. A partir disso, foi dado um panorama geral dos desastres no Brasil, a importância do mapeamento de áreas de risco, de populações de risco, pensar a questão da percepção de risco também da população, o quanto isso pode estar envolvido em questões de prevenção e de resposta também, na dimensão do impacto dos desastres. Pensar em todo o contexto de atendimento, de perda da moradia, de famílias, lidar com a saúde mental, a questão do meio ambiente, a questão de trabalho e renda, da rotina das pessoas e dos serviços que eram oferecidos antes da ocorrência do desastre. A questão de violência também, de segurança.

A Janaína falou sobre abrigos, sobre diversas situações. Ela apresentou para nós também um material que falava sobre a proteção dos direitos humanos das pessoas afetadas por desastres e aí pensando em diferentes tipos de desastres, diferentes tipos de contexto. Falamos também da importância de trazer a voz dos afetados, isso eu acho que em todas as discussões nós falamos, inclusive, pensando nos planos de contingência, o quanto é essencial ouvirmos os afetados para poder pensar no que seria importante para estar contemplado em um plano de contingência.

E de uma forma geral, pensando nos planos, pensar então que precisamos estar disponíveis, um atendimento em saúde mental, um atendimento psicológico, mas que não necessariamente todas as pessoas vão precisar e vão obrigatoriamente ter que passar por isso. A importância de ter o acolhimento, o oferecimento desse serviço que é um direito, mas a não obrigatoriedade para qualquer tipo de pessoa e que isso seria um trabalho de acolhimento, de oferta de atendimento, o primeiro auxílio até para prevenção de traumas.

“A relação das próprias pessoas que vão trabalhar a quantidade de horas que vão ser disponibilizadas, para isso pensando nas condições também de estresse dos profissionais”.

E pensar em relação aos planos, quais são os atores envolvidos, quais são os recursos disponíveis, deixar muito bem definidas as responsabilidades e de uma forma bastante operacional mesmo, vamos supor, para o atendimento psicológico, para quem você liga, quais são as pessoas que estão responsáveis para aquilo, de que forma isso está acontecendo, se eu posso ligar para aquela pessoa qualquer dia, quem vai gerenciar, vai coordenar tudo isso. A relação das próprias pessoas que vão trabalhar a quantidade de horas que vão ser disponibilizadas, para isso pensando nas condições também de estresse dos profissionais. A definição de objetivos muito claros, então deixar claro quais são as ações e quem vai executar, pensando tanto em recursos materiais quanto em recursos humanos, definição de objetivos.

A Janaína falou de um exemplo, um número de telefone que é disponibilizado na parte da reconstrução, porque muitas vezes o oferecimento logo após o acontecimento não surte efeito, as pessoas não buscam ajuda e essa ajuda pode ser despertada um tempo após, seria mais um meio, um número de telefone para as pessoas tirarem dúvidas, informações sobre seus direitos.

E algo importante seria a validação de um plano, que seria feita, geralmente, por meio de uma simulação bem planejada, e a questão de flexibilidade também, pensar que cada plano precisa estar de acordo com o tipo de desastre, com a condição daquela população, o impacto, pensando na vulnerabilidade, o impacto que aquele desastre teve, a importância de se ter esse plano, mesmo sabendo que essa flexibilidade é necessária e podem haver umas mudanças, mas que isso esteja documentado. Acho que é basicamente isso, se alguém tiver alguma coisa para complementar, mesmo a Janaína ou qualquer outra pessoa que participou.

“Há municípios no país que há anos estão em situação de emergência e não fazem esse tipo de produção para superar essa situação”.

Joari Carvalho: É uma complementação para que fique registrado e muito por que é um direito da população tudo que vocês discutiram. Se alguém quiser anotar, é a Lei 12.833/2013, fiz questão de conferir na última noite para ver se ela estava vigente, porque com esse clima conturbado da política nacional, vai que alteraram a lei e não ficamos sabendo, mas está vigente. Ela inclui em outra lei, que é a do repasse dos recursos para os municípios, o artigo 3º, “a”. Nele, o parágrafo 7º diz o seguinte: “São elementos a serem considerados no plano de contingências de Proteção e Defesa Civil a ser elaborado pelo município”. O item 5: “Definição de ações de atendimento médico hospitalar e psicológico aos atingidos por desastre”. É direito, precisa-se pensar nisso que a Dafne relatou, que foi discutido na oficina e a população precisa ter acesso a essa informação, porque isso é condição para os municípios poderem fazer jus e receber recursos para superar aquela história da indústria dos desastres, das calamidades. Há

municípios no país que há anos estão em situação de emergência e não fazem esse tipo de produção para superar essa situação. Para fazerem jus aos recursos, precisam montar um plano, entre outros elementos. Isso é novo, é desta lei, vou repetir, Lei 12.983/2014. Então é novidade, vem naquela linha que discutimos de manhã das alterações no campo da proteção em defesa civil, que como o colega lembrou, o campo não é necessariamente novo, é a percepção da sociedade da importância desse campo é que vem se ampliando, provavelmente; essa é a sensação nesses últimos anos. Queria deixar isso bem registrado, que é por isso que é o nosso dever dar o máximo de ciência e multiplicar essa informação para que todos saibam.

Sandra Luzia Assis: Boa tarde. Meu nome é Sandra. Eu participei da oficina de Mobilização Social, coordenada pela Maria dos Anjos Pires. Primeiro foi um prazer estar com ela nessa oficina, para quem esteve aqui no período da manhã e pode ouvi-la falar. Também acho que é muito importante trazer-mos para os nossos debates, sempre muito técnicos, acadêmicos, dessa área científica, mas trazer também a voz dos afetados; essa importância apareceu em diversas oficinas. Ouvir dela não só como afetada, não só como moradora da região, como ela trouxe, de manancial, mas também a mobilização e o trabalho que ela vem desenvolvendo a nada menos que 30 anos naquela comunidade.

"A população resolveu arregaçar as mangas e falar, "não, precisamos mudar, precisamos fazer alguma coisa para esse bairro, afinal é onde nós moramos"

Eu acho que isso é um grande diferencial, é uma região que tem peculiaridade a ser considerada. Ela começa falando um pouco dessa vivência de como isso foi constituído ao longo do tempo, que ela está no bairro Vera Cruz e que ele faz parte da subprefeitura de M'Boi Mirim, que compõe diversos outros bairros ali naquela região e quando ela chega para morar, essa região de M'Boi Mirim tinha uma cultura, um estigma social muito grande em volta da violência que aquela região passava naquele momento. E a população resolveu arregaçar as mangas e falar, "não, precisamos mudar, precisamos fazer alguma coisa para esse bairro, afinal é onde nós moramos".

Aí começa o trabalho, esse trabalho dela de liderança comunitária. Ela falou das diversas frentes em que está que (eu nem consegui anotar todas), acho que são mais de cinco frentes em que ela está nessa região, e há 30 anos construindo isso. Isso é importante falar e ela começa falando da importância de conhecer o território. Eu acho que independentemente de onde estamos falando ou de que desastre seja ele qual for, mas a importância para qualquer profissional que atue é conhecer o território, conhecer a especificidade daquele território e ela traz isso, a importância. Ela vai trazendo os relatos de como foi aos poucos conquistando; ela sempre fala, "não sou só eu, uma andorinha só não faz verão, somos vários, somos vários, mesmo que sejam dois, três, cinco, isso já é um conjunto de pessoas". Ela traz a importância disso.

"...a importância disso é não ser partidária, embora ela tenha ali as suas questões políticas, religiosas, mas ela não traz isso para esse campo, ela está ali e transita em diversas frentes religiosas, tudo em prol da comunidade"

Às vezes pensamos que mobilizar, fazer uma mobilização social, é reunir 300, 200 pessoas, e ela traz que não, que, às vezes, ela chegou a fazer encontros na garagem da casa dela com cinco pessoas, já fez com 300, mas já fez com cinco e traz a importância disso. Então primeiro, conhecer o território, de começar a formar.

E algo que ela traz também muito importante, ela é muito conhecida nessa região, ela é referência para muita gente lá e coloca que a importância disso é não ser partidária, embora ela tenha ali as suas questões políticas, religiosas, mas ela não traz isso para esse campo, ela está ali e transita em diversas frentes religiosas, tudo em prol da comunidade. E o que ela traz de muito interessante é que o partido dela é o povo e a bandeira dela é a comunidade e aí sim que ela trabalha, não só ela, como esse grupo de pessoas que ali estão juntas trabalhando para um território, para uma região melhor.

"...a população foi lá e buscou e a própria população foi atrás de aluguel de casa para poder chegar lá para a prefeitura, "enfim, aqui está a casa, vai ser aqui, pode ser feita"

Então traz essa experiência, acho que de mobilização social muito importante do conhecimento, da importância da liderança comunitária, que aos poucos vai conquistando esse espaço, buscando e lutando. Nessa região, ela tem o histórico de conquistas pela comunidade, conquistas de equipamentos públicos, trouxe para nós exemplos de UBS, postos de saúde, que a população foi lá e buscou e a própria população foi atrás de aluguel de casa para poder chegar lá para a prefeitura, “enfim, aqui está a casa, vai ser aqui, pode ser feita”. Ela ainda conta que em uma dessas casas que eles acharam para alugar, eles não sabiam, na parte de baixo dessa casa era um depósito de botijão de gás, e depois a própria comunidade percebeu que não poderiam ficar ali e a própria comunidade reivindicou, “nós precisamos...a UBS precisa sair daqui, precisa ir para outro espaço”.

Dona Maria vai mostrando essa luta, essa conquista. Eles conquistaram também diversos equipamentos públicos, mas também o CEU que tem lá nessa região de M’Boi Mirim, junto à educação, tiveram diversas divergências, não eles, a comunidade, mas políticas entre si. Ela conta que nesse momento onde tinha o CEU sobrou um espaço no próprio terreno e ela falou, “aqui é um bom espaço na comunidade para construir uma UBS, seria um espaço bom”. Mas tinha a briga da Secretaria da Educação com a Secretaria da Saúde e eles sempre lá atuando, “não, precisamos... nós precisamos ser ouvidos, nós precisamos disso” e sempre lutando.

“Tentaram, e quando eles não conseguiram, fizeram abaixo-assinado, ação civil pública, eles têm um fórum em defesa da vida...”

Então, traz a importância dessa luta da população, da comunidade, mas traz uma coisa que eu acho fundamental, que precisamos sim brigar e lutar, mas sempre dentro daquilo que já temos, dentro das leis, dentro das políticas públicas, não adianta inventarmos a roda, temos já uma política pública que nos garante isso, é direito; ela traz isso, como é direito nosso, então vamos com essas leis em mãos, com essas políticas públicas cobrar isso. É assim que eles conseguiram, conquistaram e tem muita coisa

para ser conquistada. Como ela mesma colocou, é uma área de manancial, tem diversos problemas de invasões, não entramos nesse mérito, já que a oficina era para discutir a importância da mobilização social e como eles chegaram a muitos resultados. Então ela trouxe isso, do quanto isso é importante, você buscar e buscar argumentos para isso. Eles buscaram argumentos na lei. Tentaram, e quando eles não conseguiram, fizeram abaixo-assinado, ação civil pública. Eles têm um fórum em defesa da vida, que é fundada de uma instituição religiosa, mas que consegue juntar diversas secretarias, diversos equipamentos públicos, diversas instâncias políticas nesse espaço em busca sempre em prol de melhorias para região.

Acho que isso foi superinteressante, muita gente ficou muito instigada, “mas como vocês conquistaram tanta coisa, como conseguiram” e ela falou, “olha...”, aí houve questionamento, “mas vocês tiveram marketing, como foi?”, “não, nosso marketing é o ‘boca a boca’, batíamos na casa das pessoas”, quando foi preciso, foram até algumas lideranças, como eu posso dizer, não muito legais dentro da comunidade, mas eles bateram na porta e foram lá mesmo correndo o risco de não serem bem recebidos, mas insistiram, foram lá: “Nós temos nosso espaço, vocês têm o de vocês, cada um no seu, mas que precisamos juntos”; é pela comunidade, que eles não desistem. Eu acho que isso é a importância que apareceu nas outras oficinas.

“...nosso papel é dar continuidade e ser mais um instrumento, mais uma técnica para agregar nesse trabalho que eles vêm desenvolvendo em qualquer outra comunidade”

E só para fechar, falar um pouco como a Psicologia atua na mobilização social. Eu acho que é isso, chegarmos nesses espaços, conhecermos o território e junto com essas lideranças começarmos a executar o nosso trabalho em parceria com eles, porque o trabalho já está lá, já está sendo feito, nosso papel é dar continuidade e ser mais um instrumento, mais uma técnica para agregar nesse trabalho que eles vêm desenvolvendo em qualquer outra comunidade. 🌱

Encerramento

Ana Cecília: Obrigada. Quero agradecer a vocês que estão aqui representando o debate todo que foi feito. Agradecer especialmente a vocês que participaram e também com muito carinho o pessoal que veio aqui falar, estou vendo aqui o Márcio, a Janaína, mas as outras pessoas também todas que vieram falar neste evento.

“...um debate mais cotidiano e mais transversal que também tangencie muito as outras áreas da política pública, da vida em sociedade, enfim, as outras práticas”.

Para nós é muito importante, acho que essa imagem que você traz, às vezes são cinco pessoas, às vezes tem 300 não importa, precisamos realmente seguir debatendo esse tema. Muitos de vocês trouxeram a importância do que vocês discutiram no grupo, trazendo esse tema

para um debate mais cotidiano e mais transversal que também tangencie muito as outras áreas da política pública, da vida em sociedade, enfim, as outras práticas. Quem sabe com um evento como esse, vocês todos que participaram, vão poder também seguir levando essa discussão para os outros campos da vida de vocês.

Estão aqui a Cecília e o Joari e também nós, que somos os membros do núcleo do CRP, enfim, estamos abertos. Fazemos eventos periódicos, tem a página que vocês todos devem conhecer por meio da inscrição que fizeram no evento, fica o convite para continuarmos esse debate em outros momentos.

Em nome do Núcleo eu agradeço muito a presença de todos, agradeço a UNICSUL também pelo espaço e a dedicação dos nossos colegas todos do CRP, que organizaram o evento e ajudaram a acontecer, o pessoal da imagem, do som, todo mundo que participou. Muito obrigada e vamos em frente. 🌍

Realização:



Conselho
Regional de
PSICOLOGIA SP